



Revista

IDEALOGANDO

REVISTA CIENTÍFICA / REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFPE

E-ISSN: 2526-3552

v. 7, n.1 (2023)



Revista
Idealogando
ISSN: 2526-3552

IDEALOGANDO

Revista de Ciências Sociais da UFPE

Imagem da capa
Rauan Rodrigues Gomes

Revista Idealogando: Revista de Ciências Sociais da UFPE. V. 7, N. 1 (2023)
Anual

Resumos em Português e Inglês.

Editora Chefe: Giovanna de Almeida Vilarim

Comissão Editorial: Marina Regueira Cardoso, Brenna de Lyra Portugal, José Vinicius Domingos Gomes, Lara Bezerra de Sampaio Carvalho, Thuanny Nascimento, Vinicius de Moraes Gomes, Lívia Oliveira Lopes, Rauan Rodrigues Gomes

Inclui bibliografia
ISSN 2526-3552

1. Ciências Sociais – Periódicos. 2. Antropologia. 3. Sociologia. 4. Ciência Política I. Vilarim, Giovanna de Almeida
Universidade Federal de Pernambuco. CFCH

CDU 3 (81) UFPE

INDEXADA EM

Academia.edu
BASE - Bielefeld Academic Search Engine
Biblioteca Digital da Justiça Eleitoral
Google Acadêmico
Latindex
LivRe - Periódico de Livre Acesso
LUX Leuphana
Nelson Mandela University
PKP - Index
REDIB - Portal de revistas Científicas Latinoamericanas
Sindex- Scientific Indexing Services
Social Science Research Center Berlin
SSOAR - Social Science Open Access Repository
Sumários.org - Sumários de Revistas Brasileiras

CONTATOS

E-mail: revistaidealogando@gmail.com
<https://periodicos.ufpe.br/revistas/idealogando/index>

APOIO

Coordenação dos Cursos de Graduação em Ciências Sociais – UFPE

I D E A L O G A N D O

Revista de Ciências Sociais da UFPE

Ano 7, v. 7 (1): 2023

A Revista Idealogando é uma revista eletrônica, com publicação anual, de Ciências Sociais da Universidade Federal de Pernambuco. Tem como objetivos principais divulgar e estimular a publicação de trabalhos científicos, dentro das três grandes áreas que compõem as Ciências Sociais: Antropologia, Ciência Política e Sociologia. Dessa forma, a revista tem como foco, promover a troca de experiências dentro de um ambiente interdisciplinar, além de servir como instrumento de divulgação de estudos científicos, dentro da pesquisa, ensino e extensão.

COMISSÃO EDITORIAL – 2023

Editora Chefe

Gyovanna de Almeida Vilarim

Comissão Editorial

Rauan Rodrigues Gomes

Marina Regueira Cardoso

Brenna de Lyra Portugal

José Vinicius Domingos Gomes

Lara Bezerra de Sampaio Carvalho

Thuanny Nascimento

Vinicius de Moraes Gomes

Lívia Oliveira Lopes

Fundadores

Clayton Rodrigues da Silva

Wenderson Luan dos Santos Lima

Projeto Gráfico e Diagramação

Rauan Rodrigues Gomes

Vinicius de Moraes Gomes

José Vinicius Domingos Gomes

Revisão

Brenna de Lyra Portugal

Thuanny Nascimento

Lívia Oliveira Lopes

Vinicius de Moraes Gomes

Conselho Editorial

Dr. Alex Giuliano Vailati - UFPE

Dr. Carlos Cirino - UFRR

Dr. Cristiano das Neves Bodart - UFAL

Dr. Cristiano de França Lima - FACOL

Dr. Erinaldo Carmo - UFPE

Dr. Marcelo Miranda - UFPE

Dr. Paulo Marcondes - UFPE

Dr. Raimundo Nonato Silva - UFAM

Dr. Reginaldo Prandi - USP

Dr. Renato Athias - UFPE

Dr. Ricardo Mariano - USP

Dr. Sérgio Neves Dantas - UFPE

Dra. Ana Cláudia Rodrigues - UFPE

Dra. Carmem Lúcia Silva Lima - UFPI

Dra. Conceição Lafayette - UFPE

Dra. Daniela Manica - Unicamp

Dra. Debora Messenberg - UnB

Dra. Eliane Maria Monteiro da Fonte-UFPE

Dra. Lilia Moritz Schwarcz - USP

Dra. Paula Monteiro - USP

Dra. Roberta Bivar Campos - UFPE

Dra. Rosane Alencar - UFPE

Dra. Silke Weber - UFPE

A G R A D E C I M E N T O S
AOS COLABORADORES E PARECERISTAS AD HOC

Alex Giuliano Vailati — **Universidade Federal De Pernambuco**

Artur Fragoso De Albuquerque Perruci — **Universidade Federal De Pernambuco**

Sidartha Soria E Silva — **Universidade Federal De Pernambuco**

Igor Holanda Vaz Arcoverde — **Universidade Federal de Pernambuco**

Hugo Wesley Oliveira Silva — **Universidade Federal de Pernambuco**

Mikelly Gomes da Silva — **Universidade Federal de Pernambuco**

Natasha Hevelyn Oliveira da Silva — **Universidade Federal de Pernambuco**

Nathália Maria Rodrigues Azevedo — **Universidade Federal de Pernambuco**

Jorge Henrique Oliveira De Souza Gomes — **Universidade Federal de Pernambuco**

Todos os trabalhos foram avaliados por pares cegas.

I D E A L O G A N D O

Revista de Ciências Sociais da UFPE

Ano 7, v. 7 (1): 2023

SUMÁRIO | CONTENTS

ARTIGOS | ARTICLES

APRESENTAÇÃO

Gyovanna de Almeida Vilarim, Rauan Rodrigues Gomes.....01

CIENTISTAS SOCIAIS: IDENTIDADES PROFISSIONAIS EM DISPUTA - UM ESTUDO DE CASO COM CIENTISTAS SOCIAIS (EM FORMAÇÃO) DA UFPE | SOCIAL SCIENTISTS: PROFESSIONAL IDENTITIES IN DISPUTE - A CASE STUDY WITH SOCIAL SCIENCE STUDENTS FROM UFPE

Lujan Fragoso de Farias Júnior.....03

ESTAR LÁ: NOTAS ETNOGRÁFICAS E APONTAMENTOS SOBRE RELAÇÕES RACIAIS NO CAMPO DE ENSINO DAS CIÊNCIAS MÉDICAS NO SERTÃO PERNAMBUCANO | BE THERE: ETHNOGRAPHIC NOTES AND NOTATIONS ON RACIAL RELATIONS IN THE FIELD OF TEACHING MEDICAL SCIENCES IN THE HISTORY OF PERNAMBUCO

Felipe Bernado da Silva, Raquel Lustosa.....14

PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS NA GUINÉ-BISSAU | WOMEN'S PARTICIPATION IN AGRICULTURAL ACTIVITIES IN GUINEA-BISSAU

Alamada Bidiandé.....28

ECONOMIA DO COTIDIANO: CRÍTICAS CONTRA DENOMINAÇÕES EUROCÊNTRICAS DE ALGUMAS CATEGORIAS DE TRABALHO NA GUINÉ-BISSAU | EVERYDAY ECONOMY: CRITIQUES AGAINST EUROCENTRIC DESIGNATIONS OF CERTAIN WORK CATEGORIES IN GUINEA-BISSAU

Aparicio Marques Vieira.....45

UBERIZAÇÃO: UMA ANÁLISE SOBRE A VIOLAÇÃO DOS DIREITOS TRABALHISTAS CONSTITUCIONAIS NA CONTEMPORANEIDADE | UBERIZATION: AN ANALYSIS OF THE VIOLATION OF CONSTITUTIONAL LABOR RIGHTS IN CONTEMPORARY TIME

Beatriz Rodrigues Maia.....65

A CONSTRUÇÃO DE HABILIDADES, TRAJETÓRIAS E CRIATIVIDADE ENTRE TATUADORES JUIZFORANOS | THE BUILDING OF SKILLS, TRAJECTORIES AND CREATIVITY AMONG JUIZFORANOS TATTOO ARTISTS

Rafael Siqueira Machado.....77

**ENTRE EUFORIA E MELANCOLIA: PESSOAS COM TRANSTORNO BIPOLAR E
O MUNDO DO TRABALHO | BETWEEN EUPHORIA AND MELANCHOLY:
PEOPLE WITH BIPOLAR DISORDER AND THE WORLD OF LABOUR**

Leticia Maria de Luna.....99

APRESENTAÇÃO | FOREWORD

A Revista Idealogando é uma revista eletrônica, com publicação anual, de Ciências Sociais da Universidade Federal de Pernambuco. Ela é administrada pelos estudantes da graduação em Ciências Sociais da UFPE. Tem como objetivos principais divulgar e estimular a publicação de trabalhos científicos, dentro das três grandes áreas que compõem as Ciências Sociais: Antropologia, Ciência Política e Sociologia. Dessa forma, a revista tem como foco, promover a troca de experiências dentro de um ambiente interdisciplinar, além de servir como instrumento de divulgação de estudos científicos, dentro da pesquisa, ensino e extensão.

Antes de tudo, gostaríamos de notificar que esta edição foi feita em conjunto com a v.8 (1), 2024, e enfatizamos os agradecimentos a todos que fizeram essas edições saírem do papel: aos pareceristas, que já foram citados na capa, por suas disponibilidades, e especialmente: Alex Vailati, Artur Perruci, Sidartha Soria, Hugo Oliveira e Igor Holanda. Agradecemos também à professora Mikelly Gomes e novamente a Sidartha, Alex e Artur pela força e impulso dado. Além disso, gostaríamos de exaltar a equipe incrível que foi formada de última hora, mas que batalhou até o fim com um único objetivo: reviver o periódico da graduação de Ciências Sociais da UFPE.

Foi um trabalho árduo e de grande incerteza, mas chegamos nesse momento onde, com grande satisfação, publicamos a última pendência para atualizar a Idealogando. Reafirmamos que se não fosse por cada um envolvido, por cada amizade, por cada surto, por cada momento, isso não seria possível. Para alguns isso pode não ser grande coisa, mas esses são os que ainda não compreendem as oportunidades – para além do Lattes – que essa revista pode nos proporcionar. Até porque, além do reforço de sua importância, pouco se vê o incentivo acadêmico voltado à graduação no que diz respeito à publicação de seus trabalhos. É isso que esse periódico significa para nós, graduandos: é o lugar onde podemos ocupar e nos introduzirmos no meio acadêmico de produção técnica, e também o meio pelo qual podemos nos inserir no debate intelectual e científico.

Após os agradecimentos, apresentamos a edição de 2023, v.7 n.1, da revista Idealogando: aqui estão reunidos textos que abordam temas como a inserção dos cientistas sociais no mercado de trabalho, relações raciais, participação feminina e relações trabalhistas, com base em pesquisas e entrevistas de pesquisadores de universidades brasileiras como a UNILAB, a UFJF e a UFRGS.

Abrimos a edição com o artigo intitulado “Cientistas sociais: Identidades profissionais em disputa - Um estudo de caso com cientistas sociais (em formação) da UFPE”, de autoria do Mestrando em Sociologia, Lujan Farias Júnior. No texto, a partir de um aporte histórico da formação e institucionalização da profissão no país, esta é problematizada a partir da clivagem entre as categorias possíveis para exercê-la, finalizando o texto com um modelo que compreende as possibilidades

dentro desta profissão, de maneira a valorizá-la sem a necessidade de prendimento aos moldes tidos como “tradicionais”.

Também no campo dos estudos sobre estudantes universitários, o graduando em Ciências Sociais, Felipe Bernardo da Silva, e a doutoranda em Antropologia, Raquel Lustosa, trazem o texto “Estar lá: notas etnográficas e apontamento sobre relações raciais no campo de ensino das ciências médicas no Sertão pernambucano”, ao qual se encarrega de resumir relatos etnográficos da pesquisa Enegrecendo Currículos, realizada com estudantes de medicina negros da Universidade de Pernambuco (UPE) em Serra Talhada.

No próximo artigo, Alamanda Bidiandé, graduada em Humanidades pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), avalia o desempenho e divisão do trabalho na agricultura a partir de uma perspectiva de gênero. Intitulado “Participação das mulheres nas atividades agrícolas na Guiné-Bissau”, se baseia em uma pesquisa exploratória, pautada em entrevistas com jovens que participam da produção de arroz e hortaliças de diferentes partes da Guiné-Bissau.

Trazendo o conceito de informalidade para ilustrar a dicotomia entre as formas de trabalho, o artigo “Economia do cotidiano: críticas contra denominações eurocêntricas de algumas categorias de trabalho na Guiné-Bissau” do doutorando pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Aparicio Marques Vieira, trata da comparação entre países europeus com o sul global, adotando a decolonialidade como lente para entendimento deste conflito.

Continuando a tratar do trabalho enquanto categoria analítica, em “Uberização: uma análise sobre a violação dos direitos trabalhistas constitucionais na contemporaneidade”, a graduanda em Direito, Beatriz Rodrigues Maia, trata da precarização deste e investiga aspectos de violação dos direitos garantidos na Constituição de 1988 com vistas à acumulação de capital.

Ainda na categoria de trabalho, mas desta vez focando na relação humano e não-humano – no que diz respeito ao uso de Inteligência Artificial e ao lado artístico do tatuador – em “A construção de habilidade, trajetórias e criatividade entre tatuadores juizforanos”, o doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Rafael Siqueira Machado, explica como as experiências individuais afetam no processo de construção do estilo artístico, a partir das reflexões sobre criatividade e construção de habilidades do profissional.

Encerrando esta edição, temos o artigo “Entre euforia e melancolia: pessoas com transtorno bipolar e o mundo do trabalho” da graduanda em Ciências Sociais, Leticia Maria de Luna, que estuda os impactos da dicotomia entre os episódios de mania e depressão advindos do transtorno bipolar na vida laboral. A autora inicialmente trata do tema relacionando-o com as ciências sociais, e, a partir de entrevistas semiestruturadas, descreve a diversidade do transtorno e as formas de enfrentá-lo no trabalho.

Gyovanna de Almeida Vilarim
Rauan Rodrigues Gomes
Recife, Dezembro de 2024

**CIENTISTAS SOCIAIS: IDENTIDADES PROFISSIONAIS EM DISPUTA -
UM ESTUDO DE CASO COM CIENTISTAS SOCIAIS (EM FORMAÇÃO)
DA UFPE**

**SOCIAL SCIENTISTS: PROFESSIONAL IDENTITIES IN DISPUTE - A
CASE STUDY WITH SOCIAL SCIENCE STUDENTS FROM UFPE**

*Lujan Fragoso de Farias Júnior**

Universidade Federal De Pernambuco (UFPE)

RESUMO

Esse estudo busca, por meio das ferramentas analíticas da 'Sociologia das Profissões', transformar a profissão de cientista social em problema sociológico. Assim o faz partindo da análise de como o processo de formação da identidade profissional do sociólogo é "clivado" entre a concepção de sociologia "acadêmica/crítica/militante ou rígida" e uma imagem de ciência social "não ciência/dócil/vendida ou dinâmica". No final do trabalho, é retomada a discussão por um modelo, pautado na interlocução, que supere os binômios e unilateralidades e busque na realização profissional dessa ciência, pluriparadigmática em termos teóricos, a compreensão da variedade de atividades que a profissão pode oferecer.

Palavras-chave: Sociologia das profissões. Cientistas sociais. Identidade profissional.

ABSTRACT

This study seeks, through the analytical tools of the 'Sociology of Professions,' to transform the profession of social scientist into a sociological problem. It does so by analyzing how the process of forming the professional identity of sociologists is "split" between the conception of sociology as "academic/critical/activist or rigid" and an image of social science as "non-science/docile/compromised or dynamic." At the conclusion of the study, the discussion revisits a model based on dialogue, aiming to overcome dichotomies and unilateral perspectives. This model emphasizes the professional fulfillment of this theoretically multi-paradigmatic science and its potential to encompass the diverse activities the profession can offer.

Keywords: Sociology of Professions. Social Scientists. Professional Identity.

*Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) na UFPE.

INTRODUÇÃO

O presente artigo é um desenvolvimento da pesquisa "Perfil social,

Artigo Recebido em: 22/03/2019. Aceito em 06/06/2023.

Revista Idealogando, Recife, v. 7, n. 1, p. 3-13, 2023, Universidade Federal de Pernambuco



Este artigo está sob uma [Licença Creative Commons 4.0 Internacional - CC BY](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

aspirações e motivações profissionais dos estudantes de graduação em Ciências Sociais”, elaborada pela Profa. Eliane da Fonte como projeto para o Programa de Educação Tutorial (PET) Ciências Sociais da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE.

Na busca por compreender as aspirações pessoais e profissionais do atual corpo discente de Ciências Sociais da UFPE (Campus Recife), foi discutido e elaborado coletivamente entre a Profa. Tutora e os integrantes do grupo PET, dentre os quais participo na condição de bolsista, um roteiro de entrevista semiestruturada e um questionário autoaplicável. Aqui, são utilizadas parte das respostas que se destacaram no curso da entrevista com dois estudantes para compreender a situação particular em que a profissão de sociólogo/cientista social está circunscrita. Ademais, a análise dos blocos D (estratégias de profissionalização) e E (horas livres, lazer, preferências culturais e políticas) do instrumento de pesquisa quantitativo se mostrou pertinente para mensurar, por exemplo, a relação de projeção que estes profissionais em formação estabelecem com as diversas atuações no mercado, a inserção no sistema acadêmico, e a participação em movimentos sociais e políticos. Para criação das tabelas que estão presentes no trabalho, foram realizados no programa SPSS (Statistical Package for the Social Sciences) cruzamentos entre a variável que discrimina a modalidade do curso - bacharelado ou licenciatura - e algumas das variáveis presentes nos dois blocos citados.

Como aporte teórico para esse estudo de caso, os empreendimentos de Eugênio Carlos Ferreira Braga (2009; 2011) e José Carlos Durand (1984) sobre uma “Sociologia dos Cientistas Sociais”, ou uma Sociologia das Profissões focalizada no estudo do desenvolvimento da profissão de sociólogo no Brasil, são imprescindíveis a fim de se compreender a formação de subgrupos profissionais de identidade conflitantes no contexto da sociologia brasileira. Conforme observado, embora as instituições credenciadoras - universidades - sejam responsáveis pelo repasse de conhecimentos teóricos e, sobretudo, saberes profissionais, isto é, formas de agir em situação de trabalho (DUBAR, 2012), é no próprio desempenhar da atividade profissional que se realiza - ou não - a identidade profissional do cientista social.

Assim, o texto que se segue é dividido em três seções, em que se procura

discutir: 1) o processo de institucionalização das ciências sociais no contexto nacional e suas implicações na estrutura de formação promovida pelas instituições credenciadoras atualmente; 2) as percepções sobre a sociologia acadêmica; 3) as opiniões acerca do fazer sociológico de mercado.

A FORMAÇÃO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS NO BRASIL

O processo de consolidação de uma profissão passa pela formação de uma instituição credenciadora que possa oferecer a um grupo de recrutados um conjunto de (re)conhecimentos (DUBAR, 2012). Uma vez devidamente habilitados para a prática como “expert” em uma área previamente delimitada - ainda que em constante negociação com outros grupos - via treinamento especializado, as ocupações tendem a se organizar e tornar-se profissões. No que concerne à formação de uma estrutura nacional de profissionais em sociologia, ou de cientistas sociais, é importante destacar alguns fatos históricos e políticos.

A missão francesa, iniciada no século XIX com a chegada de artistas e intelectuais franceses ao Brasil, teve um forte impacto no sistema de ensino superior nacional. A partir da influência dessa tradição, foram edificadas a Escola Livre de Sociologia e Política (1933) e a Universidade de São Paulo (1934), verdadeiras referências para toda uma incipiente produção sociológica “nacional”. Para Durand (1984), a institucionalização de uma atividade sociológica centralizada no potencial crítico, desprezando a inserção do ofício do sociólogo na lógica de profissões, é resultado de um “pacto de bom tom” entre as classes altas e média “que teve o efeito de fazer silenciar (...) preocupações com salário e profissões”. Dessa maneira, foi se construindo, via socialização, “uma definição de sociólogo que aponta para uma ideia de trabalho intelectual muito impregnada dos maneirismos, das exigências e das recompensas das hierarquias universitárias e da cultura acadêmica”.

Três décadas após a institucionalização das Ciências Sociais no sistema universitário brasileiro, é instaurada uma ditadura civil-militar, fato que reforça a valorização da contribuição crítica que a sociologia, enquanto área do saber,

poderia proporcionar a construção de estratégias de organização e emancipação. Como consequência, há uma despreocupação ainda maior quanto à profissionalização da área, o que Braga procura relacionar com a própria origem social desses estudantes. Em vista disso, "um dos pólos do continuum entre teoria e prática não conseguia conquistar o interesse dos estudantes e, por isso, as disciplinas vinculadas à estatística ou à pesquisa de campo, por exemplo, eram preteridas pelos estudantes" (BRAGA, 2009).

Como desdobramento dos dois eventos descritos acima, observamos no cientista social brasileiro uma identidade profissional cindida, em que o exercício da teoria e empiria, assim como o ofício acadêmico e do cientista social dito "profissional", são vistos, por vezes, como inconciliáveis. Embora haja todo um debate metodológico de teoria e empiria como parte de um contínuo, onde a teoria orienta e oferece recursos para se interpelar e interpretar o mundo social, enquanto a empiria devolve elementos para se confrontar ou confirmar a teoria (ALEXANDER, 1996), essa relação se objetiva para os estudantes entrevistados como dualismo e não dualidade. Dito isso, surge a hipótese de que é nas disciplinas de "Métodos" que se começa a construir uma identidade profissional, uma concepção do que é ser cientista social no âmbito do fazer profissional. Conforme o entrevistado do 4º período comenta quando perguntado das razões que o fazem sentir pertencente à área:

Eu acho que foi a primeira vez que a gente tá fazendo/tá exercendo a profissão de ser um cientista social nesses dois anos... porque assim, eu sentia que eu tava ganhando muito conhecimento... massa, massa mesmo o conhecimento que eu tava ganhando nesses dois anos, mas eu não exercia quase nada. Eu acho que, depois dessa cadeira de "métodos", é que você sabe o que é ser um cientista social de verdade, porque tem teoria, tem, é massa. Mas assim, ir ao campo e exercer o que você tá fazendo é bem melhor do que só ficar lendo teoria teoria teoria. Aí é isso que me fez sentir pertencer. (Bacharelado, masculino, 2017.1)

Uma vez compreendido o processo histórico da nossa estrutura de formação profissional, podemos explorar com maior segurança as diferentes formas de profissionalização, de "ser cientista social" que coexistem de forma conflituosa, impedindo a formação de uma identidade profissional coesa e, por conseguinte, dificultando a unidade profissional. Como descreve Durand (1984),

existem cinco eixos principais para atuação de cientistas sociais no mercado de trabalho: “a pesquisa comercial, o magistério secundário, o magistério superior (que comporta, para muitos, atividade de pesquisa acadêmica) e uma série de postos no aparelho de Estado onde ele é tido por técnico em planejamento”.

Quando perguntado aos graduandos em ciências sociais da UFPE sobre suas preferências de atuação, encontramos o seguinte resultado (Tabela 1): as duas respostas que obtiveram maior frequência foram “Uma carreira orientada para a pesquisa científica, em instituições públicas” (22,3% do total de respostas) e “Uma carreira acadêmica na Universidade (gestão de políticas acadêmicas, ensino, pesquisa e extensão)” (24,9%). O total de 7,3% que assinalaram por “Uma carreira dirigida para as oportunidades de mercado, oferecendo serviços” servem para confirmar a tese de Durand (1984) e mais tarde retomadas por Braga (2009) de que tais atividades não são equivalentes no que diz respeito às categorias weberianas de classe, status e poder. Existe, no interior do sistema intraprofissional, uma hierarquia que se exerce por meio de um “sentimento de culpa e sensação de vigilância nos profissionais na pesquisa de opinião e mercado” (BRAGA, 2009). Entende-se, portanto, ser pertinente complexificar o debate sobre essas duas concepções de ciência social: “esporte de combate ou sociologia rígida” e/ou “sociologia inventiva ou (não) ciência social”.

A SOCIOLOGIA COMO “ESPORTE DE COMBATE” OU “RÍGIDA”

É uma profissão que ninguém contrata em termo de mercado [...] porque o objeto de estudo da gente, enquanto sociedade, enquanto conflito, a gente eventualmente vai ter que tá colocando o dedo na ferida, o dedo na cara de quem não quer ser visto. é por isso que a gente sai com embasamento pra movimentos sociais, é por isso que a gente se coloca como militante de várias causas, porque a gente se identifica e a gente tem alguns aportes que vão facilitar pra poder ajudar o nosso reconhecimento com aquela causa [...] O nosso engajamento profissional com a sociedade, eu acho que isso traz muita prática de quem é de fora também. eu acho que esse é o nosso principal ponto: essas grandes violências, essas resistências, que é o próprio fazer sociológico... “a sociologia é um esporte de combate”. (Bacharelado, masculino, 2016.1)

Devido à formação histórica detalhada na primeira seção, onde se discutiu sobre a influência do evento da ditadura civil-militar para a tomada de posição da

sociologia enquanto ciência com potência emancipatória, muitas vezes os estudantes de ciências sociais são tidos, fundamentalmente, como ativistas. Se contrapondo a essa concepção, tão popular no senso comum, estão os resultados ilustrados na tabela 2, em que 66,2% do total de estudantes da UFPE responderam não participar de movimentos sociais ou políticos.

Se, por um lado, o estereótipo “militante” não se confirmou empiricamente, a valorização do trabalho acadêmico apareceu por meio dos índices de pretensões de ingresso no mestrado, com 83% do total pretendendo realizar ou já cursando o mestrado (Tabela 3).

Ao longo do trabalho empírico de Braga (2009), a valorização da autonomia e o teor crítico dos trabalhos acadêmicos produzidos em ciências sociais são destacados entre as qualidades reservadas à sociologia produzida sob tutela dos centros universitários. Enquanto campo disciplinar, “aprender a refletir” e “enxergar o mundo com outros olhos” são algumas das contribuições elencadas pelos entrevistados do autor.

Definindo-se ‘vocação’ como “um medium pelo qual o indivíduo interioriza os valores, as regras e as normas da profissão, incorporando-os ao seu mundo interior e tornando-os pessoais” (PERRUSI, 2009), pode-se pensar a forma com a qual alguns cientistas sociais orientados pela sociologia crítica/militante definem sua vocação como um “sacerdócio”. Segundo uma das definições presentes na versão online do Dicionário Aurélio sobre o termo, conceitua-se sacerdócio como “mister nobre, missão elevada”. Assim, pondo em parênteses toda a carga religiosa que o termo carrega, a relação de afastamento à noção comum de profissão justifica a afirmação de que “a sociologia não é uma profissão como outra qualquer” (MARINHO apud BRAGA, 2011) dado que há princípios emancipatórios muito caros no cerne do fazer sociológico; ela é, de fato, um “artesanato intelectual” (MILLS, 2009) ou um “esporte de combate” (BOURDIEU apud CARLES, 2001).

A CIÊNCIA SOCIAL “VENDIDA” OU “INVENTIVA”

A gente que trabalha muito no ramo de fora, meio que a gente tem que se reinventar às atualidades – sem esquecer preceitos acadêmicos, claro. Diferente do acadêmico, [...] ele não pega aquele conceito rígido de tempos atrás, mas vai especificar e destrinchar na realidade. Ele [o acadêmico] fica preso àquela

estrutura acadêmica, àquela rigidez acadêmica. O cientista social acadêmico é muito fechado e rígido, ele precisa se abrir mais” (Bacharelado, masculino, 2017.1)

Para muitos, a regulamentação das Ciências Sociais no estatuto profissional limitaria as potencialidades emancipatórias das ciências sociais e criaria um poder corporativo (DURAND, 1984) indesejado. O que não parece muito claro aos sociólogos que prestam tal defesa, ou talvez não reflita seus interesses, é que a profissionalização é um recurso importante tanto para a independência financeira (BRAGA, 2009) daqueles que buscam na formação profissional oportunidades de inserção no mercado de trabalho, quanto de fortalecimento da identidade profissional. Sobre a carência de uma “reserva de mercado”, o entrevistado do 4º período lamenta:

A sociologia, o mercado de ciências sociais, não é limitado só pra gente sabe... a gente divide com muitas pessoas: assistentes sociais, cientistas políticos, aí assim, fica muito ruim competir quando não tem uma área específica da gente, porque justamente, o curso sofre disso, o curso é muito amplo, o curso tem um conhecimento muito amplo... é uma área imensa pra você atuar num quadro que você tem que dividir com várias pessoas, entendeu? (Bacharelado, masculino, 2017.1)

Conforme afere Durand (1984), há uma “diferenciação interna, de legitimidade, de valorização e de remuneração” no grupo profissional de sociólogos. E, sendo o grupo de cientistas sociais acadêmicos aquele responsável também pela formação (magistérios superiores), são eles quem definem a dinâmica interna do grupo profissional (MARINHO apud, BRAGA 2011). Assim, reagem por vezes de forma hostil aos pesquisadores sociais envolvidos com pesquisa de mercado (BRAGA, 2011), retroalimentando o sentimento de traição por parte destes últimos. Tal distinção decorre da base marxista que tomou conta da sociologia brasileira entre a década de 1970 e 1980, a qual Florestan Fernandes é um dos representantes.

Para além dos desafios e disputas interprofissionais, o cenário de atuação do cientista social extra-universitário não é dos mais animadores. Embora existam perspectivas de altos salários, aumento da presença de institutos de pesquisa, como o IBOPE, integrando os meios de comunicação de massa, as empresas, em geral, são constituídas por poucos funcionários e a contratação

dos cientistas sociais tende a se dar por meio de contratos temporários (BRAGA, 2009). Talvez, levanta o autor, seja justamente a cisão entre as duas identidades profissionais que limite a absorção de cientistas sociais exercendo essas funções.

CONCLUSÃO

O exercício da profissão de cientista social, sobretudo, no contexto brasileiro, é um tópico ainda em construção no campo da Sociologia das Profissões. Devido à sua formação generalista, os cientistas sociais contam com um “pluralismo de formas identitárias” (DUBAR apud PERRUSI, 2009), que ora parecem se mover em torno de interesses distintos, em exclusão mútua, ora tentam competir para se impor como “sociologia por excelência”. Nesse jogo, os sociólogos de mercado se encontram em desvantagem visto que a baixo-autoestima desse subgrupo profissional em relação aos acadêmicos dificulta uma disputa mais acirrada.

Ao longo da elaboração deste trabalho, procurou-se desenvolver e problematizar, à luz da literatura, a situação de indefinição profissional que acomete os cientistas sociais. Decorrente do conflito identitário entre dois “tipos ideais” de exercício da profissão, foram colocadas em dois grandes pólos atividades profissionais que poderiam (e deveriam) estabelecer interlocuções para o fortalecimento da identidade profissional do sociólogo.

Assim, é preciso reconhecer, como (BRAGA, 2009), a importância de se construir “movimentos de preservação de identidade que abarque não só a formação, mas a profissionalização”. Retomando Durand (1984), seria particularmente potente para a sobrevivência da profissão e garantia tanto de sua área de atuação quando do espaço para intervenção crítica na/com a sociedade civil, que os princípios de igualdade, justiça e democracia, tão caros à nossa matriz disciplinar desde os clássicos, fossem equalizados com uma “cumplicidade real” no âmbito das suas várias possibilidades de atuação profissional.

ANEXOS

Tabela 1: Dentre as carreiras de cientistas sociais, caso fosse possível escolher,

Dentre as carreiras de Cientistas Sociais, caso fosse possível escolher, qual a de sua preferência? * Qual curso você está vinculado? Crosstabulation

			Qual curso você está vinculado?		Total
			Bacharelado em Ciências Sociais	Licenciatura em Ciências Sociais	
Dentre as carreiras de Cientistas Sociais, caso fosse possível escolher, qual a de sua preferência?	Uma carreira com uma forte orientação para a vida pública e pela participação nos debates políticos	Count	16	8	24
	% within Qual curso você está vinculado?	% of Total	17,0%	8,1%	12,4%
	Uma carreira orientada para a pesquisa científica, em instituições públicas	Count	28	15	43
	% within Qual curso você está vinculado?	% of Total	29,8%	15,2%	22,3%
	Uma carreira dirigida para as oportunidades de mercado, oferecendo serviços	Count	8	6	14
	% within Qual curso você está vinculado?	% of Total	8,5%	6,1%	7,3%
	Uma carreira acadêmica na Universidade (gestão de políticas acadêmicas, ensino, pesquisa e extensão)	Count	14	34	48
	% within Qual curso você está vinculado?	% of Total	14,9%	34,3%	24,9%
	Uma carreira dirigida para os movimentos sociais (assessoria), com intervenção prática em diversos tipos de organizações	Count	12	13	25
	% within Qual curso você está vinculado?	% of Total	12,8%	13,1%	13,0%
	Uma carreira de dedicação ao ensino, como professor do ensino médio	Count	1	17	18
	% within Qual curso você está vinculado?	% of Total	1,1%	17,2%	9,3%
	Uma carreira dedicada a produção de ensaios, livros e artigos	Count	15	6	21
	% within Qual curso você está vinculado?	% of Total	16,0%	6,1%	10,9%
Total	Count	94	99	193	
	% within Qual curso você está vinculado?	% of Total	100,0%	100,0%	100,0%
	Count	48,7%	51,3%	100,0%	
	% of Total	48,7%	51,3%	100,0%	

qual a sua preferência? x Qual curso você está vinculado?

Fonte: Programa de Educação Tutorial (PET) Ciências Sociais/UFPE (2018)

Tabela 2: Em suas horas livres de trabalho ou aulas você participa de organizações estudantis ou movimentos sociais? x Qual curso você está vinculado?



Qual curso você está vinculado? * Em suas horas livres de trabalho ou aulas você participa de organizações estudantis ou movimentos sociais Tabulação cruzada

			Em suas horas livres de trabalho ou aulas você participa de organizações estudantis ou movimentos sociais					Total
			Não	Raramente	Às vezes	Frequentemente	Muito frequentemente	
Qual curso você está vinculado?	Bacharelado em Ciências Sociais	Contagem	67	13	9	4	2	95
		% dentro de...Qual curso você está vinculado?	70,5%	13,7%	9,5%	4,2%	2,1%	100,0%
	Licenciatura em Ciências Sociais	Contagem	66	19	12	5	4	106
		% dentro de...Qual curso você está vinculado?	62,3%	17,9%	11,3%	4,7%	3,8%	100,0%
		Contagem	133	32	21	9	6	201
		% dentro de...Qual curso você está vinculado?	66,2%	15,9%	10,4%	4,5%	3,0%	100,0%

Fonte: Programa de Educação Tutorial (PET) Ciências Sociais/UFPE (2018)

Tabela 3: Pretende ingressar no mestrado? x Qual curso você está vinculado?

Tabla de contingencia Pretende ingressar no mestrado? * Qual curso você está vinculado?

			Qual curso você está vinculado?		Total
			Bacharelado em Ciências Sociais	Licenciatura em Ciências Sociais	
Pretende ingressar no mestrado?	Sim, imediatamente após a graduação	Recuento	61	77	138
		% de Qual curso você está vinculado?	62,9%	70,6%	67,0%
	Sim, alguns anos após a graduação	Recuento	16	15	31
		% de Qual curso você está vinculado?	16,5%	13,8%	15,0%
	Já curso o Mestrado	Recuento	0	2	2
		% de Qual curso você está vinculado?	,0%	1,8%	1,0%
	Não	Recuento	10	5	15
		% de Qual curso você está vinculado?	10,3%	4,6%	7,3%
	Não sei	Recuento	10	10	20
		% de Qual curso você está vinculado?	10,3%	9,2%	9,7%
Total		Recuento	97	109	206
		% de Qual curso você está vinculado?	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Programa de Educação Tutorial (PET) Ciências Sociais/UFPE (2018)

REFERÊNCIAS

- ALEXANDER, Jeffrey. **Las teorías sociológicas desde la Segunda Guerra Mundial. Análisis multidimensional.** Barcelona: Gedisa, S. A, 1996.
- BRAGA, Eugênio Carlos Ferreira. **Cientistas sociais extra- universitários: identidade profissional no mercado da pesquisa.** Estudos de Sociologia, Araraquara, v.14, n.26, p.141-167, 2009;



_____. **Novos elementos para uma sociologia dos cientistas sociais.**

RBCS, Vol. 26 n° 76, junho, 2011;

CARLES, Pierre. Pierre Bourdieu in **A sociologia é um esporte de combate.**

Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=PFejoCxHA0w>> Acessado em: 10 de dezembro de 2018 às 12:05

DUBAR, C. **A construção de si pela atividade do trabalho: a socialização profissional.** Cadernos de Pesquisa. vol. 42, n.146, p.351-367, 2009;

DURAND, José Carlos. **A mal assumida profissão do sociólogo.** Revista de Administração de Empresas (FGV). Rio de Janeiro, 24, 3, 1984;

FERREIRA, Aurélio. Dicionário Aurélio Online de Português. Disponível em < <https://dicionariodoaurelio.com>>. Acessado em: 10 de dezembro às 11:37

MILLS, C. W. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2009;

PERRUSI, A. F. A. **Vocação, identidade e individualismo.** Política & Trabalho (UFPB. Impresso), v. 27-30, p. 27-44. 2009;

**ESTAR LÁ: NOTAS ETNOGRÁFICAS E APONTAMENTOS SOBRE
RELAÇÕES RACIAIS NO CAMPO DE ENSINO DAS CIÊNCIAS
MÉDICAS NO SERTÃO PERNAMBUCANO****BE THERE: ETHNOGRAPHIC NOTES AND NOTATIONS ON RACIAL
RELATIONS IN THE FIELD OF TEACHING MEDICAL SCIENCES IN THE
HISTORY OF PERNAMBUCO***Felipe Bernado da Silva**

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

*Raquel Lustosa**

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

RESUMO

O presente artigo relata as experiências de trabalho de campo a partir da pesquisa Enegrecendo Currículos, desenvolvida no Departamento de Antropologia e Museologia da Universidade Federal de Pernambuco, que investiga como as relações raciais vêm sendo abordadas nos cursos de medicina. Assim, o percurso do trabalho apresentado destaca em notas etnográficas o campo de ensino das ciências médicas como um espaço marcado pelo racismo, os processos de vivência em que estudantes negros estão inseridos numa universidade do interior de Pernambuco e a inserção num campo que perpetua desigualdades raciais e de gênero. O trabalho analisa ainda o contexto elitista e excludente desse campo aprofundando-se nas narrativas dos estudantes que pontuaram os principais desafios de acesso e permanência num espaço acadêmico onde a diversidade étnica é inexistente. Nesse cenário, as reflexões levantadas e os apontamentos feitos indicam para a necessidade de repensar o currículo a partir da inclusão de conteúdos que viabilize uma formação médica antirracista.

Palavras-chave: Medicina, Negro, Campo, Ensino, Currículo.

ABSTRACT

This work reports on fieldwork experiences from the research Enegrecendo Currículos, developed in the Department of Anthropology and Museology of the Federal University of Pernambuco (UFPE), which investigates how racial relations have been addressed in medicine courses. Thus, the course of the work presented highlights in ethnographic notes the field of teaching medical sciences as a space marked by racism, the processes of experience in which black students are inserted in a university in the interior of Pernambuco and the insertion in a field that perpetuates racial and gender inequalities. The work also analyzes the elitist and exclusionary context of this field, delving into the narratives of students who highlighted the main challenges of accessing and remaining in an academic space where ethnic diversity is non-existent. In this

Artigo Recebido em: 04/12/2024. Aceito em 30/12/2024.

Revista Idealogando, Recife, v. 7, n. 1, p. 14-27, 2023, Universidade Federal de Pernambuco



Este artigo está sob uma [Licença Creative Commons 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) - CC BY

scenario, the reflections and notes raised indicate the need to rethink the curriculum based on the inclusion of content that enables anti-racist medical formation.

Keywords: Medicine Courses, Black People, Fieldwork, Education, Curriculum.

* Graduando em Ciências Sociais na Universidade Federal de Pernambuco.

* Mestre e Doutoranda em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia na Universidade Federal de Pernambuco.

INTRODUÇÃO

Um estudo produzido pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP), em parceria com a Associação Médica Brasileira (AMB), apresenta dados sobre o perfil e a distribuição de profissionais e estudantes de medicina no Brasil. Chamado de Demografia Médica (Schefer et al., 2023), o documento aponta, entre outras coisas, que 67,1% dos formandos nos cursos de medicina no ano de 2020 se declararam brancos. O dado obtido revela o cenário das relações raciais no campo do ensino das ciências médicas e abre precedentes para discutir a baixa presença de pessoas negras nesses espaços, bem como os processos de formação dos estudantes de medicina, especialmente no que diz respeito ao currículo e aos conteúdos oferecidos em sala de aula.

No Brasil, o exercício da medicina é tradicionalmente associado a pessoas brancas e oriundas de segmentos de alto poder aquisitivo, refletindo profundas desigualdades raciais e socioeconômicas. Essa exclusividade também se estende à predominância masculina nesses cursos, reforçada por assimetrias de gênero que, por muito tempo, restringiram o acesso das mulheres ao campo médico. Essas barreiras foram ainda mais acentuadas para mulheres negras e indígenas, que enfrentam a intersecção do racismo e do sexismo, limitando suas oportunidades educacionais e profissionais (Carneiro, 2005). Além disso, fatores como a sub-representação de políticas públicas inclusivas, barreiras financeiras e culturais, e a persistência de estereótipos de gênero e raça têm limitado ainda mais a diversidade nesses espaços, perpetuando um cenário elitista e excludente na área médica (Fanon, 2020; Carneiro, 2005; Gonzalez, 1984).

Desde antes da fundação das primeiras Escolas Médicas (EM) brasileiras, no século XIX, quando os médicos se formavam na Europa, os cursos médicos



têm sido marcados por essas características e pela falta de diversidade racial e de gênero entre professores e estudantes. Embora a historiografia da medicina apresente de forma parcial o papel desempenhado por médicos negros, figuras como Juliano Moreira, considerado o fundador da psiquiatria no Brasil (Oda e Dalgarrondo, 2000), e Maria Odília Teixeira, a primeira mulher negra a se formar em medicina no país, em 1909, desafiaram as barreiras de raça e gênero impostas à população negra no pós-abolição (Santos, 2019).

As contribuições da população negra são parte fundamental da memória médica brasileira e poderiam, portanto, servir como referência inspiradora para profissionais e estudantes, tanto na formação quanto no incentivo ao ingresso na área, promovendo maior representatividade e diversidade no campo médico. Ao invés disso, observamos na literatura sobre a formação de estudantes de medicina (Rocha et al., 2019; Santana, 2015) um vazio sobre a presença dessas pessoas e de currículos que pautem as relações raciais. Isso se deve ao processo de formação médica no Brasil que, especialmente nas universidades públicas, tem sido ainda marcado por um contexto elitista, com a predominância de estudantes autodeclarados brancos, refletindo as desigualdades raciais e socioeconômicas da sociedade.

Embora as políticas de ações afirmativas tenham permitido o acesso de pessoas negras aos cursos de medicina, a composição majoritariamente branca e masculina, tanto entre docentes quanto discentes, ainda é um reflexo de um campo de ensino excludente e pouco diverso. Essa realidade prevalece como um obstáculo para a construção de uma formação médica que esteja alinhada com as necessidades de uma sociedade plural, como a brasileira, que enfrenta sérias desigualdades raciais, particularmente no que se refere ao acesso à saúde pública de qualidade e sem discriminação.

Levando este panorama em consideração, entendemos que a formação de médicos(as) negros(as) deve incluir também a construção de sua identidade enquanto sujeito negro, na perspectiva de Fanon (2008). Este autor destaca que as tensões não apenas raciais, mas também de classe, presentes na medicina, atualizam constantemente os limites entre brancos e negros no processo de constituição do ser. Para Fanon, a construção da subjetividade negra ocorre no

contexto de uma sociedade colonizada e, portanto, racializada. Nesse sentido, as dimensões psicológicas, históricas, sociais e culturais moldam nossas subjetividades, sendo atravessadas por um racismo estrutural que organiza as relações de poder e define identidades.

Essa construção identitária, marcada pelas expressões do racismo e pelos estereótipos que aprisionam pessoas negras na posição de “objeto” e não de “sujeito”, reflete a formação da sociedade brasileira, atravessada por estruturas racistas e sexistas, conforme destacado também por Lélia Gonzalez (1994). Esses elementos se desdobram nos espaços de educação e poder, incluindo os cursos de medicina, onde o epistemicídio – a negação e o apagamento de saberes e contribuições de pessoas negras – perpetua desigualdades (Carneiro, 2005).

Neste contexto, compreender de que forma os conteúdos curriculares relacionados às relações raciais se dão nos cursos de medicina das universidades públicas torna-se tarefa fundamental para compreender a presença (ou ausência) desses temas na formação dos atuais e futuros profissionais de saúde. Esse foi o objetivo do projeto de pesquisa do qual participamos entre 2021 e 2024 e que gerou, como um dos resultados, a produção deste artigo. O projeto Enegrecendo Currículos: as relações raciais nos cursos de medicina das universidades públicas de Pernambuco foi desenvolvido a partir do Departamento de Antropologia e Museologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). O projeto recebeu financiamento da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco (FACEPE) por meio do edital Solano Trindade de estudos étnico-raciais e contou com uma equipe multidisciplinar, com estudantes de graduação em Ciências Sociais e pós-graduação em Antropologia.

Em 2004, o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana determinou a inclusão de conteúdos relacionados às Relações Étnico-Raciais (ERERs) nos cursos de graduação das Instituições de Ensino Superior, conforme previsto na Resolução CNE/CP nº 01/2004. Diante desse marco nas políticas públicas, buscamos investigar como as relações raciais são abordadas nos currículos, considerando também as



vivências de estudantes autodeclarados negros em um ambiente predominantemente branco e estruturado pela branquitude (Nascimento, 2022).

Essas e outras questões pertinentes são parte desse trabalho, que destacamos a experiência denominada “estar lá”, a partir da Universidade de Pernambuco (UPE), em Serra Talhada, onde desenvolvemos trabalho de campo e realizamos entrevistas com estudantes, professores e coordenadores que estão diretamente envolvidos no funcionamento e organização do curso, a partir de suas respectivas identidades raciais e funções. Utilizamos a expressão “estar lá” para iluminar duas questões pertinentes ao estudo etnográfico:

1. Narrativas sobre como se dá a permanência de estudantes negros no curso médico, uma vez que precisam de dedicação integral aos estudos;
2. “Estar lá” em campo e entender de forma mais ampla como a infraestrutura do ensino de medicina em Serra Talhada corrobora com o que estamos apontando sobre epistemicídio.

“ESTAR LÁ”: CONFIGURAÇÕES DO TRABALHO ONLINE E OFFLINE

O ponto de partida que demarca o início dessa trajetória compreende um ciclo que envolve uma série de atividades, dentre elas pesquisa bibliográfica e leituras que versam sobre raça, ciência e subjetividades, a partir da experiência de pesquisadores negros que atuam no campo das ciências médicas. Nesse sentido, tomamos como referência a antropóloga Rosana Castro, que forneceu elementos cruciais para a compreensão e percepção do campo, a partir das contribuições apresentadas em sua pesquisa (Castro, 2022), onde ela, uma mulher negra, acompanha o trabalho de médicos em um centro de pesquisa sob a condição de trajar-se de jaleco branco em um espaço onde pessoas negras costumam estar na condição de pacientes dos consultórios presentes no centro.

A organização da divisão de equipes para estar “em campo” se deu como um dos objetivos do projeto e como uma forma de ampliar o conhecimento sobre as realidades dos cursos de medicina da UPE e UFPE em Caruaru, Serra Talhada, Garanhuns e Recife. Depois da divisão de duplas para visitar cada campus e também tentar entrevistar pessoas que não tínhamos conseguido de maneira online, nos debruçamos sobre o material que tínhamos sobre Serra

Talhada, cidade no sertão pernambucano que sedia o campus da UPE, onde desenvolvemos essa interlocução e ampliação de redes da pesquisa.

Importa considerar que as entrevistas feitas de modo online, por diferentes membros da equipe maior, foram realizadas em momentos em que a pandemia de Covid-19 ainda se configurava como uma emergência em saúde pública de importância internacional. O formato remoto nos auxiliou para que pudéssemos chegar às narrativas de estudantes, discentes e docentes sobre a abordagem das relações raciais em suas grades curriculares. Com esse material em mãos, em momento posterior à pandemia de Covid-19, quando os protocolos de distanciamento social haviam sido retirados, visitamos as universidades.

Nas entrevistas, nos detivemos em alguns tópicos, como trajetória familiar, formação educacional, caminhos que levaram ao estudo da medicina, contato com conteúdos sobre relações raciais nos cursos, situações de racismo vivenciadas na universidade, participação ou apoio acadêmico em pesquisa e assistência estudantil. Por sua vez, a interação com estudantes que só havíamos conhecido durante a leitura das entrevistas permitiu que nos aprofundássemos em pontos que consideramos centrais e que se repetiram em cada narrativa. “Estar lá” em campo possibilitou que outros elementos se destacassem, não só em termos narrativos, mas também a partir da própria configuração do campus de Serra Talhada, que se associa à infraestrutura, ao acesso físico ao prédio e à forma como as narrativas dos estudantes se cruzam com essas questões.

Os questionamentos que emergiram antes e durante a imersão no campo impulsionaram reflexões sobre a melhor forma de adentrar em um espaço demarcado pela branquitude e masculinidade, considerando que os pesquisadores carregam em si a negritude e as questões de gênero como marcadores sociais. Nesse sentido, o desafio foi desenvolver uma etnografia que não se resumisse a um recorte meramente descritivo, mas que oferecesse também formulações teórico-etnográficas, tendo em vista que a etnografia, conforme Peirano (2014), também se configura como uma teoria.

Aqui, nos aprofundaremos em entrevistas realizadas com 5 estudantes de medicina da UPE Serra Talhada que estavam entre o segundo e o sexto período do curso, sendo eles três homens e duas mulheres na faixa etária de 19 a 22

anos. Dentre eles, 4 se declaram pardos e 1 se declara negro; 4 estudaram em escola privada e 1 estudou em escola pública. Também nos baseamos nas entrevistas realizadas durante o trabalho de campo com 2 discentes e nas reflexões e desdobramentos desses momentos da pesquisa. Dividimos as sessões deste artigo em dois tópicos: descrição, notas etnográficas e análise do material acumulado, em diálogo com os estudos que pautam a emergência das epistemologias raciais no centro do debate e da leitura do mundo.

O CAMPO E O CAMPUS: ADENTRANDO NAS HABITABILIDADES

Diante desse cenário, buscamos respostas para os muitos questionamentos que surgiram do problema da pesquisa e das observações realizadas durante o trabalho de campo. Nosso interesse em conversar com professores, coordenadores e estudantes esteve pautado em compreender a abordagem das relações raciais, a composição do currículo, os desafios enfrentados pelos estudantes relacionados à permanência na universidade e a experiência de ser negro em um espaço marcado pelo racismo.

Nos dirigimos, então, à UPE, campus Serra Talhada, para dar início à realização do trabalho de campo. Inaugurado em 2019, o campus é totalmente novo e está localizado em uma região afastada do centro urbano do município, em uma área de extensão com características de zona rural, o que obriga os estudantes a se deslocarem cerca de 5 quilômetros até a universidade. A UPE não dispõe de transporte próprio, e as opções de mobilidade utilizadas para chegar até lá incluem carros particulares, para os que possuem veículos, ou a possibilidade de acesso ao ônibus da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), que está na mesma região e oferece transporte para seus discentes.

Optamos pela segunda opção. O ônibus percorre a região central do município, e os estudantes embarcam ao longo do caminho até que o veículo esteja completamente cheio. Durante o processo de embarque, observamos os muitos rostos que conversavam entre si e percebemos uma preponderância de pessoas brancas e um baixo percentual de negros. Esse fato observado refletiu sobre a percepção racial apresentada pelos estudantes com quem conversamos,

nos quais o quesito "pardo" foi um fator de destaque. Isso nos provocou a refletir: a leitura racial e a autodeclaração dos estudantes, de modo geral, anulam a categoria "negro" e se autoafirmam apenas como "pardo"? Essa foi uma questão que emergiu das observações realizadas, colocando-os em uma indefinição em relação às suas identidades e fenótipos.

Chegamos à universidade por volta das 8 horas da manhã, com o prédio praticamente vazio, havendo apenas alguns estudantes presentes. Ao observarmos os movimentos iniciais, percebemos que fomos notados como pessoas desconhecidas no espaço. Nos dirigimos, então, ao funcionário da portaria e iniciamos um diálogo, no qual nos apresentamos como pesquisadores da UFPE em atividade de pesquisa no campus. Esse contato inicial serviu como um cartão de visitas, e logo fomos direcionados a outros funcionários, que se dispuseram a apresentar o prédio em uma ação acolhedora, algo incomum no processo de inserção nesse tipo de campo.

Fomos apresentados a Raimundo, funcionário de uma empresa terceirizada responsável pela limpeza do espaço, que nos mostrou as principais salas da universidade. Circulamos pelas salas de aula, laboratórios, biblioteca e sala de convivência nos três andares do prédio. Esta última, em especial, chamou nossa atenção por sua forma de organização. A sala de convivência é um espaço compartilhado entre estudantes e pessoas que trabalham no campus, de modo geral. É o local onde se toma café, onde ocorrem conversas e momentos de pausa para estudantes e funcionários.

A partir da sala de convivência, foi possível observar e compreender um pouco mais sobre a organização e o funcionamento do campus. O espaço promove uma aproximação entre estudantes e funcionários, o que evidencia uma relação de trato pessoal, em que todos se conhecem pela vivência cotidiana em um ambiente pequeno e frequentado por poucas pessoas. Entretanto, essa convivência também revela uma nítida divisão racial observada no campo. A relação entre estudantes e funcionários pode ser percebida a partir desse segmento: o branco ocupa a posição de estudante de medicina, professor ou servidor da universidade; o negro, por sua vez, está majoritariamente na condição de funcionário terceirizado ou representa um segmento étnico

minoritário entre os estudantes do curso.

Depois dessas observações, fomos informados de que a secretaria do curso funciona ao lado do café. Fomos até lá, nos apresentamos à servidora responsável pelo setor e explicamos as motivações de nossa presença no campus. A essa altura, nossa chegada já havia sido amplamente divulgada.

Vanessa, como optamos por chamá-la, mostrou-se solícita. Entre um café e um copo de água, conduzimos a conversa para questões mais objetivas, que despertaram nosso interesse após as observações iniciais. Depois de consultar informações no sistema interno da universidade, Vanessa nos apresentou dados censitários da instituição. Segundo ela, apenas 17 estudantes matriculados nos períodos iniciais do curso entre 2013 e 2022 se autodeclararam negros. Essa informação é relevante para contrastar com o que se observa nos corredores da UPE. A percepção do branco como detentor do lugar de estudante de medicina é reafirmada não apenas pela ausência de estudantes negros, mas também pelos registros fotográficos das turmas já formadas na universidade.

As placas com as fotografias das turmas formadas mostram uma composição na qual, visualmente, há apenas cerca de três estudantes negros nas imagens. Essas fotografias estão expostas no corredor da universidade, nas placas de formatura das turmas egressas do curso. Cada imagem exhibe rostos brancos e sorridentes, trajados com beca e segurando o canudo. Entre os presentes nas fotos, três ou quatro estudantes destoam da composição étnica. São pessoas negras que se formaram na universidade, mas não foi possível identificá-las, pois já atuam profissionalmente fora da cidade.

“EU MIGREI PRA ESTUDAR”

Os estudantes que conhecemos no campus destacaram, em algumas conversas informais, a questão do deslocamento de regiões rurais ou mais remotas para cursar medicina. Essa ênfase foi acompanhada por outras questões, como a ausência de estudantes negros no campus, a falta de transporte público para chegar ao prédio de medicina, a ausência de bolsas de estudo durante o curso e, especialmente, a ausência de cotas raciais. Aqui, iremos trazer algumas experiências narradas por dois estudantes, Juliano e

Suelen. Conhecemos o primeiro “em campo” e a última apenas pela entrevista e poucas conversas por aplicativo de mensagens.

Juliano, com 19 anos à época da nossa visita, compartilhou sua experiência de deslocamento para realizar o curso: "eu migrei pra estudar, sou de uma cidadezinha perto daqui" (entrevista, Juliano, 2023). Essa necessidade de mudar-se veio acompanhada de um sonho pessoal e familiar, já que não havia "um médico na família".

Juliano se identificou como "um pardo mais moreno" na entrevista e destacou esse aspecto ao refletir, no campus, sobre a dificuldade de se reconhecer e se identificar racialmente. Ele mencionou que a ausência de pessoas com as quais possa se identificar no campus torna mais desafiador o processo de autoconhecimento e pertencimento. Para ele, é urgente implementar cotas raciais no curso de Serra Talhada, pois isso possibilitaria o acesso de estudantes que se identificam como negros (pretos ou pardos), e ajudaria a enfrentar a falta de representatividade em sua turma e em seu curso de modo geral. Durante a conversa, ele exemplificou essa questão ao relatar:

Lei de Cotas é importante, porque permite que ocorra a entrada de alunos que muitas vezes não tem condição e também pela história brasileira. A história brasileira, o grupo das periferias tem essas coisas, são discriminados muitas vezes até no meu curso na UPE, eu vejo muito isso. Pra você ter ideia, a maior parte... Porque como tem pouca vaga pra pessoas negras, a maior parte são brancas, são 17 pessoas a minha sala de aula, é pequeninha a minha sala de aula. 14 pessoas são brancas e só passa três, dois são pardos e um negro. Então, é muito diferencial, eu acho a importância de implantar cada vez mais e mais para permitir essa igualdade de acesso. (Juliano, entrevista, 2023).

A questão da diversidade racial não foi a única mencionada, mas também a necessidade de repensar a formação da sociedade brasileira, marcada por uma branquitude posicionada em espaços de poder, como as universidades públicas. Quando Juliano trouxe a questão da migração, fez uma crítica sobre como é comum o deslocamento para estudar na universidade, e destacou o quanto tem se tornado frequente que estudantes de escolas privilegiadas, da capital, se desloquem para disputar vagas com estudantes que, como ele, vêm de regiões rurais onde a formação muitas vezes é marcada por desigualdades.

Nesse sentido, “estar lá”, no campus de Serra Talhada, representava, ao mesmo tempo, a concretização de um sonho e o enfrentamento de inúmeras barreiras para a permanência, refletindo a história de pessoas negras no acesso à educação. Entre essas barreiras, destacam-se a falta de bolsas, de representatividade, de professores negros e de disciplinas que abordem as relações raciais ao longo do curso. Essa perspectiva de ausências também foi compartilhada por Suelen, outra estudante de medicina, que não pudemos conhecer pessoalmente no campus. Um dos motivos para isso foi, justamente, a indisponibilidade de “caronas” para o prédio de medicina.

Suelen, com o sonho de suprir uma lacuna na comunidade de origem, ingressou na medicina por meio de cotas para estudantes do ensino público. Ela estudou em escolas públicas durante sua infância e adolescência e morava em um sítio rural com sua família. Na entrevista, Suelen afirmou:

Tive que migrar pra cidade e pra mim, assim, foi um pouco complicado, porque eu era uma pessoa acostumada a ter muita liberdade no Sítio, minha vó morava perto de mim e tal, como eu disse, morei com ela uma boa parte da vida, minhas tias sempre moravam perto e aí sempre transitei de uma casa pra outra com muita facilidade. O Sítio me permitia estudar embaixo de uma árvore, que hoje eu não tenho mais, aí eu tive que fazer uma adaptação completamente diferente de vida e é bastante complicado, você acaba saindo, não só se despedindo do laço afetivo, mas com o laço com a realidade local que você vivia (Suelen, entrevista, 2023).

Esse descompasso com a realidade social foi descrito pela estudante como a distância entre o que é estudado e a realidade vivida. Tal distanciamento se reflete na composição da turma de Suelen, majoritariamente formada por pessoas brancas, conforme relatado por ela. Além disso, o distanciamento também é evidenciado nas dificuldades de adaptação ao ambiente universitário e a uma vida frequentemente distante de seu território de origem.

A adaptação e a permanência e o “estar lá”, nesse sentido, se desdobram em impactos emocionais e psicológicos compartilhados por muitos estudantes, como Suelen:

No começo eu me vi com muita crise de ansiedade e me perguntando o que eu estava fazendo ali, se realmente era o que eu queria pra minha vida e me questionei isso muitas vezes, principalmente no primeiro mês, que foi bastante complexo, essa

questão foi bastante complexa (Suelen, entrevista, 2023).

Outro ponto que se cruzam nas experiências de estudantes que entrevistamos diz respeito a importância da representatividade em sala de aula e de disciplinas que abordem as relações raciais:

Eu acredito que realmente seria muito interessante o atendimento, que a gente tem e algumas matérias que desde agora já são práticas, a essas pessoas que vivem à margem da sociedade por conta da cor. Talvez um conteúdo que sempre bato muito na tecla, de ser um médico humano, nos leve a isso também, a entender que uma pessoa que traz consigo toda uma vida de preconceito, toda uma problemática que existe por trás, merece um atendimento que realmente proporcione equidade pra ela. (Suelen, entrevista, 2023).

Juliano e Suelen compartilharam experiências que corroboram o que temos apontado sobre a presença quase exclusiva de pessoas brancas no curso de medicina, seja como estudantes, professores ou teóricos do conhecimento aplicado. A ausência de pessoas negras se reflete tanto na limitada inclusão de estudantes e professores negros no ensino da medicina, quanto nas epistemologias oferecidas no currículo.

CONCLUSÃO

Ao longo do processo de realização desse percurso, estivemos inseridos em um campo etnográfico onde a subalternização dos corpos negros mostrou-se como uma marca presente nas ciências médicas e em suas formas de ensino. Por meio de entrevistas e conversas, ouvimos as experiências dos sujeitos envolvidos, abrindo espaço para narrativas biográficas, relatos dos processos de formação vivenciados enquanto estudantes negros(as) de medicina e reflexões sobre percepção e identificação racial. Nesse espaço, demarcado pela falta de diversidade étnica, onde a formação e o exercício da medicina estão sob uma predominância branca, o racismo não apenas mostrou-se como uma estrutura presente, mas também se estabeleceu como uma estratégia de hierarquização social.

Essa relação pôde ser observada na disposição dos estudantes e na forma como se relacionam no campus, seguindo uma lógica na qual brancos e negros dividem o mesmo espaço de formação, mas vivem realidades e condições

distintas. Essa desigualdade evidenciou ainda mais os obstáculos que os separam, como a ausência de cotas raciais que vigorava à época na UPE e que será implementada em 2024. “Estar lá” nos permitiu constatar essa realidade e a necessidade de se estabelecer um modelo de ensino que contemple o incentivo e a valorização de conhecimentos e práticas que promovam a inclusão e a diversidade como conteúdo curricular na área da saúde.

Identificamos, nessa premissa, uma demanda urgente pelo acesso equitativo e pela formação inclusiva nos cursos de medicina. Por isso, além do objetivo de compreender essa abordagem curricular, direcionamos nossos esforços para o desenvolvimento de materiais pedagógicos antirracistas, que pudessem enriquecer o currículo, com o intuito de fortalecer uma formação médica mais inclusiva e equitativa. Nesse sentido, a pesquisa realizada, como forma de retorno ao que foi levantado durante todo o processo, resultou na criação de uma série de materiais pedagógicos que integram essas perspectivas. Esses materiais são fundamentais para a formação de estudantes de medicina que, além de competentes tecnicamente, estejam comprometidos com a promoção da justiça social e da equidade no cuidado à saúde.

Tais iniciativas são indispensáveis, ainda, para enfrentar as desigualdades raciais e suas implicações no sistema de saúde brasileiro, contribuindo para um entendimento mais amplo sobre racismo e saúde da população negra. Elas se conectam ao conjunto de referências que construíram epistemologias negras, com as quais buscamos dialogar tanto na forma quanto no conteúdo de um fazer antropológico.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP n. 01/2004.**

Diário Oficial da União, Brasília, 22 de junho de 2004, Seção 1, p. 11.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser.** 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

FANON, Frantz. **Medicina e colonialismo**. Editora Terra sem amos: Brasil, 2020.

FANON, Frantz. 2008 [1952]. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Edufba.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. Revista ciências sociais hoje, v. 2, n. 1, p. 223-244, 1984.

NASCIMENTO, T. H. **Entre a medicina e a branquitude: as políticas de ações afirmativas em um ambiente de formação médica em Belo Horizonte**. 2022. p. 215. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

NEVES, Nedy MBC; NEVES, Flávia BCS; BITENCOURT, Almir GV. **O ensino médico no Brasil: origens e transformações**. *Gazeta médica da Bahia*, v. 75, n. 2, 2008.

ODA, Ana Maria Galdini Raimundo; DALGALARRONDO, Paulo. **Juliano Moreira: um psiquiatra negro frente ao racismo científico**. *Brazilian Journal of Psychiatry*, v. 22, p. 178-179, 2000.

PEIRANO, Mariza. **Etnografia não é método**. In: *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 2014, no 42, p. 377-391, jul./dez. 2014.

ROCHA, Dais Gonçalves; SOUZA, Dyana Helena de; CAVADINHA, Edu. **Equidade nos cursos de graduação em Saúde: marco legal, desafios políticos e metodológicos**. *Interface: comunicação, saúde, educação*, Botucatu, v.23, 2019.

SANTOS, Mayara Priscilla de Jesus dos. **Maria Odília Teixeira: a primeira médica negra da Faculdade de Medicina da Bahia (1884-1937)**. 2021.

SCHEFFER, M. et al. **Demografia Médica no Brasil 2023**. São Paulo, SP: FMUSP, AMB, 2023.

PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS NA GUINÉ-BISSAU

WOMEN'S PARTICIPATION IN AGRICULTURAL ACTIVITIES IN GUINEA-BISSAU

*Alamada Bidiandé**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

RESUMO

O presente artigo tem como propósito avaliar a participação das mulheres no processo da produção de arroz e de hortaliças na Guiné-Bissau. A pesquisa objetiva-se a descrever quais são as atividades realizadas pelas mulheres durante a produção de arroz e de hortaliças. Do ponto de vista metodológico, a pesquisa se assenta numa abordagem qualitativa exploratória, tendo como técnica coleta de dados bibliográficos e uso das entrevistas que nos permite avaliar a participação das mulheres durante as atividades agrícolas nas zonas rurais da Guiné-Bissau. Ao longo do estudo, verificamos que as mulheres participam ativamente nas produções agrícolas e as mesmas possuem papéis muito relevantes durante o processo de cultivo de arroz e de hortaliças.

Palavras-chave: Mulheres guineense; Agricultura; Produção de arroz e de hortaliças; Divisão de trabalho; Guiné-Bissau.

ABSTRACT

This article aims to evaluate the participation of women in the process of rice and vegetable production in Guinea-Bissau. The research aims to describe what are the activities performed by women during the production of rice and vegetables. From the methodological point of view, the research is based on an exploratory qualitative approach, having as technique collection of bibliographic data and use of interviews that allows us to evaluate the participation of women during agricultural activities in rural areas of Guinea-Bissau. Throughout the study, we found that women participate actively in agricultural production and they have very relevant roles during the process of growing rice and vegetables.

Keywords: Guinean women; Agriculture; Rice and vegetable production; Division of labor; Guinea-Bissau.

*Graduação em Humanidades e graduação em andamento em Ciências Sociais pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

INTRODUÇÃO

Artigo Recebido em: 20/01/2023. Aceito em 30/12/2024

Revista Idealogando, Recife, v. 7, n. 1, p. 28-44, 2023, Universidade Federal de Pernambuco



Este artigo está sob uma [Licença Creative Commons 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) - CC BY

A Guiné-Bissau é um país situado na África Ocidental, faz fronteira com Senegal e a Guiné. Foi independente desde 1974 e tem como a língua oficial a Língua Portuguesa, possui superfície total de 36.125 km¹. O mesmo país é composto por oito regiões e um sector autónomo, que são, respectivamente: Cacheu, Oio, Biombo, Quinara, Tombali, Bolama, Bafatá, Gabu e Bissau, capital do país, administrativamente autónomo, por isso Setor Autónomo de Bissau. As regiões estão subdivididas em trinta e seis (36) setores, e estes em seções, que são constituídas por tabancas (aldeias). A população do mesmo país é estimada em 1.852.284 habitantes, sendo 911.588 (50,4%) de mulheres e 895.836 (49,5%) de homens. De acordo com Indjai (2014), 65% dos habitantes desse país vivem em áreas rurais.

No país, o cultivo de arroz e a produção de colheita de caju são consideradas as principais produções agrícolas. A produção agrícola é caracterizada pelas pequenas propriedades tradicionais que pertencem às pessoas que vivem na zona rural e as mesmas realizam 90% da produção alimentar com base nos seguintes alimentos: arroz, milho, mandioca, batata-doce, inhame, mancarra, feijão, hortaliças e condimentos. Esses alimentos citados geralmente são cultivados pelas mulheres. Elas produzem também frutas como: mangas, bananas, citrinos, porém, o cultivo de arroz é prioritário de todas as produções, pois, é a base das famílias guineenses (MINISTÉRIO DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL, 2017, p.36).

Nas comunidades rurais, as mulheres têm tarefas diferentes com os dos homens, ou seja, mulheres e homens têm responsabilidades desiguais durante o trabalho agrícola. Os homens geralmente são responsáveis pelos cultivos em grande/larga escala, ao passo que as mulheres são responsáveis pelos cultivos de pequena escala, garantindo assim o sustento da família, e é importante ressaltar que as mesmas desempenham um papel muito importante na agricultura, pois grande parte do trabalho (55%) é feito por elas (MINISTÉRIO DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL, 2017, p. 31).

É importante frisar que as mulheres, além de serem responsáveis pelos cultivos de pequenas escalas, as mesmas participam ativamente no processo da

¹ Conforme os dados do relatório da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), atualizado em 2018.

produção, isto é, no cultivo de arroz desde início, trabalho que é caracterizado como tarefa especificamente dos homens (cultivo de grande escala), mesmo assim, a participação delas no último trabalho citado é considerada como uma simples ajuda.

Diante desse contexto, pode-se questionar: quais são as atividades realizadas pelas mulheres durante o trabalho da produção de arroz na Guiné-Bissau? A nossa pesquisa tem como propósito avaliar a participação das mulheres no processo da produção e desenvolvimento das atividades agrícolas, em especial na produção de arroz e de hortaliças na Guiné-Bissau. Além disso, objetivamos identificar o contexto em que ocorre o trabalho da produção agrícola na Guiné-Bissau; verificar os mecanismos da participação das mulheres e a relação de gênero que ocorre dentro desse processo e o papel das mulheres durante a produção de arroz e de hortaliças.

Pretende-se com o mesmo artigo contribuir para enaltecer o papel das mulheres no processo e no desenvolvimento das atividades agrícolas, em especial de arroz, que é de extrema importância para a realização do mesmo trabalho. Geralmente, as suas contribuições são consideradas como uma simples ajuda, auxiliando assim os homens durante o trabalho de campo. Contudo, percebe-se através dos dados que as mulheres são responsáveis pela maior parte das tarefas durante a produção agrícola e são fundamentais para a realização do mesmo trabalho.

Em termos metodológicos, o presente artigo se assenta em método qualitativo de natureza bibliográfica e exploratória. Para realização da nossa pesquisa, fizemos levantamentos bibliográficos sobre temas relacionados à nossa pesquisa, elaboramos questionários e realizamos entrevistas. Mas, as entrevistas foram aplicadas para a realização da pesquisa, onde participei como bolsista sob a orientação da Dra. Prof. Juliana Dourado².

Entrevistamos onze jovens, cinco meninas e seis meninos da faixa etária entre 24 à 30 anos, e de diferentes partes do país, tais como: Binar, Biambi (região de Oio), Biombo, Cassine (região de Tombali), Calequisse (região de

² Lavradores das tabancas: sociolizando o modo de vida rural em Guiné-Bissau, financiado pela Fapesb (Fundação de amparo a pesquisa do estado da Bahia), entre 2020 à 2021.

Cacheu), Djiu de Galinha, Sãcoma (região de Cacheu).

Para a coleta de dados, fizemos o planejamento das atividades (roda de conversa e entrevistas), definimos as datas, em seguida fizemos a divulgação da atividade e convites individuais para jovens que já tiveram experiências com os trabalhos nas tabancas ou que pertencem às famílias que trabalham nas zonas rurais entre estudantes de graduação da Unilab do campus dos Malês. Elaboramos um roteiro, com temas e perguntas que iriam nos possibilitar coletar informações para continuarmos a nossa pesquisa, as atividades foram realizadas remotamente em salas virtuais, tendo em conta a situação em que o mundo se encontra (pandemia). A primeira atividade aconteceu no dia 23/11/2020, tivemos a participação de seis meninos e duas meninas, sem contar comigo e a minha orientadora, a atividade teve duas horas de duração. A segunda atividade aconteceu no dia 31/11/2020 e tivemos a participação de seis meninos, a duração era de duas horas também.

As entrevistas foram realizadas no mês de agosto de 2021, mas antes, entramos em contato com os jovens que já participaram das atividades (rodas de conversas) que realizamos nos primeiros meses da pesquisa, e a maioria deles (cinco meninos e duas meninas) aceitaram o convite para participar da entrevista (individual), no google Meet. E, em seguida, fizemos a sistematização dos dados em quadros. Os dados foram sistematizados em quadros, contendo informações principais sobre as entrevistas, a partir de temáticas que julgamos importantes para a pesquisa.

O artigo está estruturado da seguinte forma: na primeira parte, além da introdução, apresentamos o contexto do trabalho da produção agrícola na Guiné-Bissau; no segundo tópico, os mecanismos da participação das mulheres e a relação de gênero que ocorre dentro desse processo da produção agrícola é apresentado, e no terceiro e último tópico, discute-se o papel das mulheres durante a produção de arroz na Guiné-Bissau.

CONTEXTO DO TRABALHO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA NA GUINÉ-BISSAU

A Guiné-Bissau possui uma população aproximada de 1.584.000 habitantes, sendo que a maioria (65%) vive em áreas rurais. É importante



destacar que, em decorrência do processo de separação das terras gerado pelo processo de colonização, é muito difícil distinguir o rural e o urbano na realidade guineense (INDJAI, 2014, p. 69). Conforme alguns documentos da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura – FAO – analisados, não existe uma definição clara do que seria o espaço rural, ou seja, não existe o conceito que difere a área rural e área urbana. A mesma organização ressaltou ainda que os bancos de dados dos Serviços de Cadastro da Guiné- Bissau incluem somente as famílias de origem urbana que deslocam da zona urbana para rural ao trabalho (agricultura) (INDJAI, 2014, p. 69).

Para Indjai (2014), é possível afirmar que atualmente as pessoas ocupadas em atividades agrícolas na Guiné-Bissau se subdividem em duas categorias: os pequenos produtores das tabancas (aldeias) e os ponteiros. Os ponteiros geralmente estão em propriedades maiores e ocupam os melhores terrenos agrícolas (além de terem recebido terra do Estado), sua produção é basicamente capitalista e tem como objetivo a geração de lucro. Por outro lado, o mesmo autor afirma que os lavradores das tabancas, por sua vez, estão em propriedades menores e têm suas economias voltada para a subsistência da família. Eles produzem arroz, milho, raízes, amendoim, feijão, diversas frutas, algodão, mandioca, caju, milheto e sorgo, além de se ocuparem de atividades de pesca e pecuária (INDJAI, 2014, p. 76).

Esse tipo de produtor geralmente produz para a subsistência, em poucos casos consegue produzir excedentes, e quando isso acontece, é em menor quantidade e são comercializados nos mercados locais. Por ano, cada família de agricultores cultiva uma superfície de 1 a 5 ha (hectares): é destinado uns 3 ha e às vezes acrescentam mais uns 0.5 ha para cultivar milhos, mancarra, feijão e mandioca e os 2 ha que restam serve para a plantação de caju e outras frutas. E este tipo de produção alimentar consegue cobrir as necessidades alimentares das famílias de 6 – 9 meses por ano (MINISTÉRIO DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL p. 36).

Na capital guineense, os lavradores são vistos com uma visão preconceituosa e são inferiorizados o tempo todo, caracterizadas como pessoas antiquadas que não estão acompanhando com a evolução, mas, nas tabancas

esses mesmos lavradores são considerados como pessoas muito importantes para comunidade, pois os mesmos batalham para garantir o sustento das suas famílias e, da sociedade guineense em geral, pois, esses alimentos que eles produzem são comercializados e acaba sendo sustento de várias pessoas inclusive aqueles que entendem que são superiores aos lavradores/as.

Até agora na Guiné-Bissau, o lavrador é uma pessoa de personalidade um pouco contravertida, alguns vêm no lavrador uma pessoa um pouco retrasada, uma pessoa assim, tem até alguns estigmas que a gente rotula sobre os lavradores, ele é lavrador, ele é de ponta (zona rural). Só que existem também outras pessoas que vêm nesse lavrador, um verdadeiro cidadão que luta com as suas próprias mãos, que busca com o seu próprio suor (INDI, 2021).

Geralmente, podemos aferir de que existe esta relação preconceituosas entre as pessoas que vivem na capital (Bissau) com o entendimento de que são superiores aos que vivem nas zonas rurais do país pelo fato de viverem na capital. Essa visão de interiorização da população se aplica ao povo rural em geral, mesmo sabendo que quando precisarem do dinheiro muitas pessoas saem da capital para zonas rurais, principalmente na época de castanha de caju para participar da colheita e ganharem dinheiro, que pelo visto não conseguiriam tão fácil na capital. Essa dicotomia cidade e zona rural também ocorre nas relações de gênero, principalmente na atribuição das funções e desempenhos durante o processo de preparo e da produção dos alimentos agrícolas que em seguida será o foco da nossa análise.

OS MECANISMOS DA PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES E A RELAÇÃO DE GÊNERO QUE OCORRE DENTRO DO PROCESSO DA PRODUÇÃO

Nesta secção, para compreendermos a participação das mulheres guineenses no processo e no desenvolvimento das atividades agrícolas nas zonas rurais, é muito importante, primeiramente, entendermos o que é o gênero ou conceito de gênero. A Oyeronke (2004, p.1-9), no seu artigo intitulado “*Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas*”, que tem como objetivo interrogar gênero e conceitos aliados com base em experiências e epistemologias culturais africanas, define o gênero como uma construção sociocultural, e isso porque

varia de sociedade para sociedade, depende da sociedade em que o indivíduo nasceu/vive, pois logo na infância as crianças são ensinadas/os a comportar de uma certa maneira, se for menina é ensinada a comportar-se de forma diferente de um menino.

Na Guiné-Bissau, mulheres e homens são educados ou ensinados de diferentes maneiras. As mulheres desde pequenas são ensinadas a fazer os trabalhos domésticos, cuidar da casa em geral, e são obrigadas a aprender a fazer comida, ao passo que os homens, desde infância, são ensinados de que precisam ser corajosos e trabalhadores, pois, mais tarde (futuro) terão que cuidar da sua família, ou seja, vai ser responsável futuramente. Então, características ligadas à força, assertividade e a coragem são associadas a homens, enquanto que características ligadas à fragilidade, como delicadeza, são associadas às mulheres.

Portanto, a divisão do trabalho entre mulheres e homens na mesma sociedade é visto desde muito cedo como resultado dessa construção social. Isso acaba determinando o que uma mulher deve ou não deve fazer/ser e como um homem deve se comportar. Como Martins explica, em artigo elaborado acerca da *Participação das mulheres guineenses no mercado informal e suas contribuições para o crescimento da economia na Guiné-Bissau*:

São esses comportamentos que regem a discriminação pelas mulheres, e, ao mesmo tempo, acaba por diferenciar em certos padrões comportamentais. O homem foi ensinado a não chorar, a não demonstrar a fraqueza e ser chefe de família e líder, enquanto a mulher ela foi ensinada de outra forma, sempre quando senta tem que fechar as pernas, tem que saber tarefas domésticas e ser obediente ao seu marido, portanto é ali que assenta a desigualdade, isto é, a diferença no papel desempenhado entre o homem e mulher, bem como, nos lugares que são ocupados pelas mulheres na sociedade (MARTINS, 2022, p. 6).

Como foi mencionado acima, a desigualdade entre as mulheres e os homens se verifica principalmente através das instituições, tanto público ou privado. Os homens sempre são ocupantes de lugares de destaque em detrimento das mulheres que, mesmo possuindo e dotado de capacidades para desempenhar as mesmas funções, encontram barreiras socialmente construídos que as dificultam a ocupar esses espaços. Ainda Martins mostra outro aspecto

inerente a situação das mulheres:

Na sociedade guineense, a mulher não é vista como alguém que é capaz de liderar por causa da “sensibilidade” que elas apresentam. Já que são vistas como incapazes e não têm capacidade suficiente ou habilidades intelectuais. Por mais que uma mulher seja formada e demonstra a sua capacidade para assumir um determinado cargo, o sistema não lhe permite assumir esse lugar, uma vez que a sua condição de ser mulher é associada à ideia de uma fragilidade maior que a colocasse em uma situação de total dependência, o fator que impuseram-lhe a limitação desses cargos (MARTINS, 2022, p. 8)

É importante salientar que as mulheres, além de serem consideradas como incapacitadas ou cuidadoras de lares, como ajudantes dos homens em alguns trabalhos, ou seja, sempre são colocadas em segundo plano, elas, pelos fatos apresentados, têm grande importância na sociedade e, principalmente no contexto estudado. Durante o processo histórico guineense, em várias dimensões, as mulheres deram contributos importantíssimas, como, por exemplo, na luta pela libertação nacional contra administração colonial portuguesa, a participação das mesmas tem sido de grande relevância. Segundo Gomes (2015):

A contribuição das mulheres foi importante e permitiu alcançar objetivos em termos de organização das novas instituições nas áreas libertadas. As mulheres guineenses tiveram destaque em alguns domínios, tendo a componente feminina do movimento da libertação contribuído de forma positiva, para a mudança de mentalidades sociais, sobretudo nos meios rurais, em que a resistência a sua presença, em lugares de decisão era mais evidente (GOMES, 2015, p. 171).

Como é sabido, na Guiné-Bissau e na maioria dos países, a política geralmente é dirigida pelos homens, mas, nos últimos anos nota-se uma certa melhoria, em alguns momentos as mulheres têm participado dando as suas contribuições. No ano 2018 um grupo de mulheres parlamentares apresentaram ao parlamento guineense uma proposta de lei de quotas, que vai permitir uma maior participação das mulheres no espaço público. Em seguida, a proposta foi discutida e, posteriormente aprovada por unanimidade no parlamento do país. A mesma proposta de lei deixa as seguintes recomendações, como consta no jornal “O Democrata”, veículo de comunicação que circula no referido país:

Determina a participação das mulheres em 36 por cento, mas a sua

implementação localiza apenas em cargos eletivos, designadamente assembleia nacional popular, e Autarquias Locais (O' democrata, 2018).

Essas evidências demonstram a melhoria e um avanço significativo, pois, a mesma lei vai servir de incentivo para mulheres tentarem desconsiderar a política como espaço que não serve para elas, como foi construído socialmente. De certa forma, vai permitir a participação das mesmas nos grandes momentos de tomadas de decisões ligados ao país. As mulheres guineenses têm uma participação muito forte na economia do mesmo povo. Com o trabalho informal que as mesmas realizam é importante frisar que elas ocupam a grande parte do mesmo fator, portanto, não só contribuem para o crescimento da economia do país, mas também para a sobrevivência e a manutenção de muitas famílias.

As mulheres guineenses ocupam grande parte do setor informal, garantindo assim um grande fluxo desse espaço, sendo elas a maioria da população. Segundo Inquérito Regional Integrado sobre Emprego e Setor Informal (ERI- ESI) (201. p. 62 - 70), em geral, as mulheres participam em todas as atividades econômicas e são majoritárias no ramo de Agropecuárias, de Caça e Apoio (51,1%), Silvicultura, Extração de Madeira e Atividades de Apoio (55,8%), comércio a grosso (54,1%), comércio retalhista (68,5%) e alojamento e restauração (81,4%). No entanto, existem regiões em que elas não são majoritárias, mas acabam dominando o ramo em questão (MARTINS, 2022, p.16).

Mesmo com essa ocupação no setor informal, e as contribuições que as mesmas dão para sociedade guineense, os trabalhos feitos por elas continuam a ser invisibilizados e desvalorizados, pois nas zonas urbanas herdou-se tudo do colonizador, especialmente o patriarcado, infelizmente. Como Martins mostra:

É importante salientar que apesar delas contribuírem para o crescimento socioeconômico do país, o trabalho delas continua a ser desvalorizado, devido ao machismo que coloca a mulher sempre inferior ao homem e por ser um trabalho onde não precisa de nível acadêmico e, sobretudo, é ocupado majoritariamente pelas mulheres, assim passa a ser desvalorizado ainda mais (MARTINS, 2022, p. 10).

Na mesma linha com a autora, entende-se que na mesma sociedade, as mulheres contribuem bastante, mas mesmo assim, as suas contribuições não são consideradas como importantes, pois são trabalhos feitos pelas mulheres, seria

muito diferente se fossem trabalhos feitos pelos homens. É importante mostrar que os trabalhos que as mulheres fazem são bastante importantes para o crescimento do país e para manutenção de grande parte das famílias guineenses. E, essas situações se verifica também dentro do processo da produção agrícola.

RELAÇÕES DE GÊNERO DENTRO DO PROCESSO DE TRABALHO AGRÍCOLA

No livro intitulado *Dicionário crítico do feminismo*, Hirata et al., aborda a questão sobre a divisão sexual do trabalho. Conforme a autora, mulheres e homens vivem nas condições que não têm nada a ver com o destino biológico, porém são resultados das construções sociais, e ainda ressalta que homens e mulheres são envolvidos numa relação específica que são as relações sociais de sexo e essa mesma relação, como todas as relações sociais, possuem sempre uma base material, portanto, neste caso a base material é o trabalho e se manifesta através da divisão sexual do trabalho entre os sexos, ou seja, divisão sexual do trabalho (Hirata et al. 2009, p. 67).

Conforme a história, a divisão sexual de trabalho é uma forma de divisão do trabalho social e é exatamente o resultado das relações sociais de sexo existentes. Na esfera produtiva, os homens são prioritários e as funções dos mesmos são de grande valor social e as mulheres são consideradas da esfera reprodutiva. Como a autora demonstra:

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é historicamente adaptada a cada sociedade. Tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares etc.). Essa forma de divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o da separação (existem trabalhos de homens e outros de mulheres) e o da hierarquização (um trabalho de homem “vale” mais do que um de mulher) (HIRATA EL AL.P. 67).

As duas formas de divisão de trabalho apontadas vêm evidenciando as formas sociais de tratamento que as mulheres sempre são sujeitas vitimadas pelo sistema que valoriza as ações dos homens em relações a das mulheres. No texto

sobre Trabalho das mulheres nos espaços rurais, Aguiar (2017) aborda a questão dos trabalhos atribuídos e feitos pelas mulheres nos espaços rurais, que é muito importante para entender a condição econômica desigual das mulheres envolvidas na agricultura. Conforme o texto, entende-se que existe uma separação entre trabalhos, que não é facilmente vista quando se trata da produção familiar, porque não existe separação entre a unidade familiar e a produção. Existe uma separação entre trabalhos ditos produtivos e não produtivos, que acaba inferiorizando os trabalhos feitos pelas mulheres nas zonas rurais e não só, e o mesmo acaba ficando irreconhecível. Essa situação dá ênfase à construção de significado de sexos construída pela sociedade e, sendo assim, essas categorias são posicionadas dentro de relações hierárquicas e de poder, dando mais valor ao trabalho masculino considerado como trabalho produtivo (AGUIAR, 2014, p. 136).

No meio rural, a mulher é atribuída ao trabalho de reproduzir, que é identificado ao espaço privado porque não é expresso em valores monetários e também é considerado improdutivo. Apesar da sua participação ativa no trabalho agrícola, fazendo o mesmo trabalho que os homens, a participação das mulheres nesse processo é considerada como uma simples ajuda e, é normatizado serem vistas como “ajudantes” dos seus maridos considerados “agricultores”. Essa é uma das causas que faz com que se diz que os trabalhos feitos pelas mulheres são invisibilizados (AGUIAR, 2014, p. 137).

PAPEL DAS MULHERES DURANTE A PRODUÇÃO DE ARROZ E DE HORTALIÇAS NA GUINÉ-BISSAU

Nas zonas rurais da Guiné-Bissau, desde a infância, meninas e meninos acompanham os trabalhos dos pais na agricultura para adquirir mais experiências, compreender as técnicas agrícolas e artesanais, o trato dos animais e os trabalhos domésticos. As meninas participam na *monda* (capinar), descasque do arroz, moagem dos milhos, colheita da mancarra (amendoim), venda de pequenas quantidades de produtos agrícolas, preparação das refeições e outros trabalhos domésticos. E os rapazes são pastores, pois vigiam as produções, transportam o alimento para os campos dos cultivos (MINISTÉRIO

DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL, 2017, p. 38).

É importante ressaltar que nas zonas rurais o trabalho feito pelas crianças é considerado como uma fase de preparação dos futuros herdeiros, como um valor que deve ser transmitido aos filhos, ou seja, é como um legado (MINISTÉRIO DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL, 2017, p..38).

As mulheres participam ativamente nos trabalhos agrícolas, tanto da grande escala assim como da pequena escala, e os entrevistados descrevem o cultivo de arroz como lavoura de larga escala, e o cultivo das hortaliças como a lavoura de pequena escala, onde são cultivados legumes, como por exemplo, repolho, cenoura, tomate, etc.

Segundo os entrevistados e as entrevistadas, em algumas regiões a bolanha onde o arroz é cultivado, geralmente não costuma ser considerado propriedade de ninguém, por exemplo, numa família, o mais velho vai ser considerado responsável por mesmo terreno, mas não significa que pertence somente a essa pessoa e, muitas das vezes, é uma herança, portanto, não pode ser vendida.

Na minha terra natal, a terra de cultivo de arroz ou bolanha, não pertence a ninguém porque é uma propriedade deixada de geração para geração, mas a responsabilidade dessa propriedade é de quem é mais velho, o mesmo vai dividir cada qual com o espaço dele para poder trabalhar e sustentar a família dele. E tem alguns espaços que é da linhagem que é passada de família para família e ninguém pode vender aquele espaço (região de Cacheu, Calequisse) (VILELA, 2021).

Nas entrevistas, os entrevistados afirmam que o arroz é trabalhado nos meados de mês de junho/julho até dezembro/janeiro, portanto esse período é considerado como a época de produção de arroz na Guiné-Bissau. Por outro lado, eles também concordaram que, durante os trabalhos agrícolas, principalmente durante a época de cultivo de arroz, as tarefas são divididas, ou seja, existem tarefas específicas para mulheres e para homens durante todo o processo. E o arroz é trabalhado primeiramente na terra e depois na bolanha, portanto a divisão de tarefas é visível nesses dois espaços, na zona menos úmida (terra) e mais úmida (bolanha).

[...] cultivam o arroz perto da bolanha numa zona não tão úmida quanto a bolanha, cultivam e só depois de arroz ter uma certa altura

e pegam e levam para a bolanha. Nesse caso, os trabalhos são divididos na zona úmida e zona menos úmidas, nessas duas zonas os homens é que laboram [...] (SÁ, 2021).

O trabalho acontece da seguinte forma: primeiramente, os homens viram a terra, que é um trabalho considerado “deles”, pois exige mais força física e as mulheres ficam responsáveis por semear as sementes. Depois de um certo tempo, ou seja, quando o mesmo crescer até uma certa altura, as mulheres voltam para o campo para continuar as tarefas delas que é de tirar e transportar os arrozes para a bolanha, essas tarefas são feitas pelas mulheres. Como bem explica um dos entrevistados:

A questão da divisão do trabalho, normalmente são divididos tem trabalhos mais específicos para mulheres e tem também para os homens, por exemplo, na lavoura, o cultivo de arroz são os homens os responsáveis para fazer o trabalho da lavoura, o arroz que é trabalhada na terra e depois na bolanha, naquele processo de transplante as mulheres é que fazem o trabalho. Vão lá na terra onde o arroz é plantado, primeiramente tiram e levam para a bolanha e lá os homens continuam o trabalho até a colheita. (INDI, 2021).

Como se pode perceber, essa divisão é baseada muito na questão física, um dos pilares que alimentam o machismo. Como os homens são considerados mais fortes

fisicamente, eles são encarregados de virar a terra; e as mulheres como corpos frágeis e com certo "dom de cuidar", elas são responsabilizadas a cuidar do transplante, transporte (carregando arrozais na cabeça), e do semear na bolanha. Portanto, as mulheres nesse primeiro momento do cultivo no espaço menos úmido têm a tarefa de semear, transplantar e transportar os arrozes (a pé) para a bolanha, e tanto elas como os homens continuam trabalhando (na bolanha), mas com papéis diferentes. Além disso, é importante destacar que as mulheres são responsáveis pela comida então, é a responsabilidade delas ministrar bem o tempo para assim poderem conciliar as tarefas citadas.

Depois de transplantar os arrozes para bolanha, que podemos considerar como o segundo momento do mesmo trabalho, deixam os arrozes até amadurecer. As mulheres nesse segundo momento do cultivo são responsáveis por arrancar/colher, malhar e peneirar os arrozes e depois transportar através de

uma bacia na cabeça a pé independentemente da distância para casa ou lugar onde os arrozes devem ser guardados, essa tarefa são as mulheres que fazem. Depois da colheita, na fase final da produção, as mulheres têm o papel de administrar a quantidade de arroz conseguido no cultivo, onde as mesmas vão separar a quantidade para o consumo da família e a quantidade que vai ser usado para o cultivo do próximo ano agrícola, porém com a colaboração dos homens.

Quando chegar o momento da colheita quase é o mesmo processo porque mulheres são vistas como administradoras da casa (na tradição Balanta) o homem tá mais para partilhar a ideia ou auxiliar. Então, quando o arroz chega as mulheres em colaboração com os homens, separam os que vão cultivar no próximo ano e a outra parte para o consumo durante o ano todo (BLATA, 2021).

Uma das entrevistadas realça que em algumas tabancas na época de cultivo de arroz criam grupos conforme idade ou estado civil, as mulheres não ficam de fora, participam desses grupos que têm como objetivo ajudar cada integrante durante o processo de cultivo nos trabalhos, mas, o mesmo grupo tem a obrigação de ajudar só uma vez se o integrante precisar de ajuda pela segunda vez, a pessoa precisa dar algum valor para o grupo.

Durante época de cultivo mulheres e homens principalmente jovens na tabanca são divididas em grupos conforme idade por exemplo, mulheres casadas vão criar um especificamente para elas, as adolescentes também. Na época de cultivo de arroz esses grupos colaboram para trabalhar ou ajudar cada membro ou integrante do grupo durante todo o processo, só que a integrante deve decidir em que momento vai precisar da ajuda do grupo, pois o grupo tem a obrigação de ajudar só uma vez e se a pessoa vai precisar da ajuda mais de uma vez tem que dar algum valor (CAMARÁ, 2022).

Sendo assim, entende-se que o mesmo trabalho exige a colaboração de toda a comunidade e é feito através de seleções, grupo de pessoas compreendida numa certa faixa etária. Por exemplo, pessoas compreendidas de 17 a 20 anos formam uma seleção, todas as pessoas na comunidade compreendida nesta idade estarão participando desta associação que é a seleção para ajudar no trabalho, então, se uma pessoa desta idade tiver trabalho os outros vão ter que ajudar e assim sucessivamente.

Na lavoura de “pequena escala”, as mulheres encarregam de fazer todos

os trabalhos desde o início até fim, virar a terra, semear os legumes, apanhar água para regar, enfim, cuidam do processo todo até quando os legumes amadurecerem, esse tipo de trabalho exige força. Então, de certa forma, isso mostra que as mulheres também podem fazer trabalhos que exigem esforço físico maior, tanto quanto os homens. E na verdade, considerando todo o processo, tanto da grande e pequena escala, as mulheres têm maior participação no processo de produção. Como um dos entrevistados explica no trecho abaixo:

[...] lavouras de pequenas escalas que as mulheres assumem em grande parte, em uma outra ocasião talvez elas peçam para os homens para fazer outros trabalhos, mas, em grande maioria delas encarregam de fazer tudo, viram a terra e colocam os legumes por exemplo, o repolho, a cenoura, tomate, então, fazem tudo sozinhas e encarregam de cuidar de todos os processos até o amadurecimento dos legumes e tiram uma parte para o consumo e outra parte para vender (UNA, 2021).

Depois dos produtos amadurecerem, elas separam alimentos para o consumo familiar e o resto é vendido. Atualmente, o sector informal é ocupado majoritariamente pelas mulheres na Guiné-Bissau, portanto, as mesmas com esse trabalho além de sustentar a família com o valor conseguido nas vendas dos produtos cultivados conseguem custear a escola/universidade dos filhos/as, garantir que os mesmos se vistam bem, ou seja, o principal objetivo das mulheres é investir nos filhos para que os mesmos tenham um futuro brilhante, como um dos entrevistados explica:

As mulheres com esse trabalho conseguem sustentar a família, colocar as crianças na escola e pagando então, essas agora as que estão dedicadas mais nessa escala menores elas encarregam de todo o processo (UNA, 2021).

CONCLUSÃO

Quando se iniciou o trabalho de pesquisa observou-se que nas zonas rurais da Guiné-Bissau, durante as produções agrícolas, mulheres e homens assumem papéis desiguais durante os trabalhos. Diante disso, a pesquisa teve como objetivo avaliar a participação das mulheres no processo da produção de arroz e de hortaliças na Guiné- Bissau. Constatou-se que o objetivo da pesquisa foi alcançado, porque efetivamente a pesquisa demonstrou que as mulheres participam seriamente nos trabalhos agrícolas, e as mesmas são responsáveis

pela maior parte do trabalho durante o processo das produções, principalmente o cultivo de arroz e de hortaliças.

Conforme os dados analisados e as entrevistas realizadas, entende-se que as mulheres e homens possuem papéis diferentes durante os trabalhos agrícolas, principalmente nas lavouras de grande escala (cultivo de arroz) e de pequenas escalas. Na lavoura de grande escala, as mulheres são responsáveis por semear as sementes, transplantar, transportar os arrozes para bolanha (a pé) e quando chegar a colheita, as mesmas encarregam de arrancar/colher os arrozes, malhar, peneirar e separar a quantidade para o consumo da família. E na lavoura de pequena escala, elas assumem o trabalho no seu todo, sem a participação dos homens, ou seja, elas cuidam do processo desde início até fim, elas viram a terra, semeiam, regam e quando os legumes amadureceram as mesmas separam a quantidade que vai ficar para o consumo da família e o excesso é vendido.

Em suma, as mulheres rurais guineenses são a força maior dos trabalhos agrícola, em especial, a produção de arroz e de hortaliças. Elas rompem a expectativa do gênero nas zonas rurais, afirmando com as suas ações que uma mulher é capaz de fazer trabalhos que exigem força, tanto quanto os homens.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, V. V. P. **O trabalho das mulheres nos espaços rurais**. Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas. v. 37, n. 2, p. 134-149. 2017.

AMPA, Agnaldo. O´democrata-gb: **Deputados guineenses aprovam lei de quota**, link: <http://www.odemocratagb.com/?s=sobre+quota>

GOMES, Patrícia Godinho. **O estado da arte dos estudos de gênero na Guiné-Bissau: uma abordagem preliminar**. Outros Tempos–Pesquisa em Foco História. 2015

HIRATA, Helena et al. (Org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009

INDJAI, Mamadi Queluntã. **Políticas públicas na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável da Guiné-Bissau.** Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional. Pato Branco: UTFPR, 2014

MARTINS, Rosiani Sanca. **Participação das mulheres guineenses no mercado informal e suas contribuições para o crescimento da economia do país,** 2021

MINISTERIO DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL. **Plano de desenvolvimento agrícola regional de Bafatá.** Direcção Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural. – Bafatá, 2017.

OYEWUMÍ, Oyèrónké. **Conceituando O Gênero: Os Fundamentos Eurocêntricos Dos Conceitos Feministas E O Desafio Das Epistemologias Africanas.** Volume 1, Dakar, CODESRIA, 2004.

ECONOMIA DO COTIDIANO: CRÍTICAS CONTRA DENOMINAÇÕES EUROCÊNTRICAS DE ALGUMAS CATEGORIAS DE TRABALHO NA GUINÉ-BISSAU.**EVERYDAY ECONOMY: CRITIQUES AGAINST EUROCENTRIC DESIGNATIONS OF CERTAIN WORK CATEGORIES IN GUINEA-BISSAU.***Aparicio Marques Vieira**

Universidade federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

RESUMO

O presente artigo debruça-se sobre as complexidades ou ambiguidades por trás do conceito da informalidade empregado de maneira exógena para caracterizar as instituições ou formas de trabalhos no sul global, especialmente na Guiné-Bissau, como ilegal, subalternos, inferiores, informais etc. por não estar enquadrado dentro do padrão colonial europeia. Procuramos, por meios de autores/as que pesquisam sobre a informalidade, apresentar as complexidades existentes em universalizar o conceito sem levar em conta as especificidades locais e regionais de cada contexto (CERQUEIRA, 2008). O conceito pode ajudar na leitura de algumas categorias de trabalhos, assim como se pode dar de modo ao contrário (FILGUEIRAS, DRUCK, AMARAL, 2004), uma vez que, estas realidades ainda se fazem presentes no modo de produção e nas formas de trabalhos pré-coloniais. As realidades sobre as quais investigamos precisam se livrar da classificação dualista. A partir desse desafio metodológico para classificação destas formas de trabalhos no sul global, apropriamos de termo “economia do cotidiano” para denominar estes tipos de trabalhos, com o intuito de escapar do dualismo eurocêntrico. A respeito da melhor compreensão de debate, adotamos a teoria decolonial como pressupostos teóricos para entender o binarismo classificatório adotado durante o período colonial para classificação do outro como inferior. A decolonialidade surgiu como uma perspectiva teórica que vai contrapor a universalização do conhecimento europeu, demonstrando que outras realidades produzem os seus próprios modos de vida. A partir dessa teoria construímos um termo sociológico para denominação de trabalhos, que escapam da categorização dualista eurocêntrica nos contextos do sul global, a Guiné-Bissau.

Palavras-chave: Economia cotidiano. Denominações eurocêntricas. Trabalhos. Guiné-Bissau.

ABSTRACT

This article looks at the complexities or ambiguities behind the concept of informality used exogenously to characterize institutions or forms of work in the global south, especially in Guinea-Bissau, as illegal, subordinates, inferior, informal, etc. for not fitting into the

Artigo Recebido em: 01/08/2023, Aceito em 30/12/2024.

Revista Idealogando, Recife, v. 7, n. 1, p.45-64, 2023, Universidade Federal de Pernambuco



Este artigo está sob uma [Licença Creative Commons 4.0 Internacional - CC BY](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

European colonial pattern. We searched for authors who research on informality, where they show the complexities in universalizing the concept regardless the local and regional specificities of each context (CERQUEIRA, 2008). The concept can help in the reading of some categories of works as well as the other way around (FILGUEIRAS, DRUCK, AMARAL, 2004), once these realities are still present the production mode and pre-colonial forms of works present, therewith, these realities escape dualistic classification. From this methodological challenge to classify these forms of work in the global south, we appropriate the term "everyday economy" to denominate these types of work, to escape from this Eurocentric dualism. For a better understanding of the debate, we adopt decolonial theory as theoretical assumptions to understand the classificatory binarism adopted during the colonial period to classify the other as inferior. Decoloniality has emerged as a theoretical perspective that oppose the universalization of European knowledge by demonstrating that other realities produce their own ways of life. From this theory, we built a sociological term to denominate works, which escape the Eurocentric dualistic classification in the contexts of the global south, Guinea-Bissau.

Keywords: Everyday economy; Eurocentric denominations; works; Guinea-Bissau.

*Graduado em Ciências Sociais pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, mestre pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e doutorando pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

INTRODUÇÃO

A ciência ocidental moderna/cartesiana tem por base a criação de conceitos para explicar determinados fenômenos. Ao mesmo tempo em que se universalizavam as realidades sociais, criavam-se também dicotomias para denominar as realidades que não são capturadas pelo modelo europeu, exemplo: rural x urbano; moderno x tradicional; científico x mito; civilizado x selvagem; formal x informal, entre tantas outras formas de classificação. Teorias como o darwinismo social, o evolucionismo, a eugenia, fizeram parte deste pacote que prega uma evolução linear que todas as sociedades têm que passar (FONSECA, 2022). Estas produções eurocêntricas das realidades do sul global, especialmente do continente africano, serviram de base para fundamentação da barbaridade que ocorreu durante a colonização (FONSECA, 2022). As dicotomias criadas pela ciência moderna eurocêntrica, funcionam como colonialidade de poder, que vai operando como forma de marginalização, exclusão de tudo que é diferente da realidade europeia (QUIJANO, 2009; GROSFUGUEL, 2008; FONSECA, 2022).

O presente artigo busca demonstrar que a categoria "informal" empregada sobre algumas formas de trabalhos na Guiné-Bissau não consegue explicar a complexidade dos mesmos, uma vez que, estas realidades ou contextos estão



além dos dualismos eurocêntricos. Nas sociedades africanas, especialmente na Guiné-Bissau, os modos de produções e formas de trabalhos pré-coloniais, continuam se fazendo presentes em certas localidades, mesmo com o processo da globalização que não possui mais limites fronteiriços. Os modos pré-colonial de organização social, configuram-se como a forma de resistência aos modelos de dominação do regime de controle monetário exercido pelo Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional que vêm estabelecendo as formas que os países do Sul, especialmente os africanos, devem investir suas economias gerando mais desigualdades sociais. De forma a explicar os limites do conceito de informalidade, mobilizados por vários autores/as, que tecem críticas à universalização do conceito e a não consideração das realidades locais ou regionais.

O horizonte metodológico desse artigo parte do pressuposto teórico decolonial que surgiu no ano de 1990 como uma resposta às teorias eurocêntricas produzidas a partir do norte global para classificar o povo do sul global. Estas epistemologias vêm como uma ferramenta que vai demonstrando que os conhecimentos produzidos a partir do norte global não podem ser tomados como universal, porque outras realidades também produzem conhecimento. Usar os contextos do Norte como parâmetros para classificar outras realidades, é como dizer que os sujeitos do sul global, são inferiores, submissos e improdutivos. Nesse sentido, a decolonialidade emerge como uma forma de frear as teorias eurocêntricas que denominam os sujeitos do sul global com um olhar estereotipado e discriminatório.

A teoria reúne nomes de pesquisadores e pesquisadoras que trabalham com diferentes perspectivas dentro dessa corrente epistemológica: Aníbal Quijano, Catherine Walsh, Arturo Escobar, Ramón Grosfoguel, Joaze Bernadino-Costa, Enrique Dussel, María Lugones, Walter Mignolo, Silvia Rivera Cusicanqui, dentre outras/os. As teorias produzidas pelos/as intelectuais nas décadas 90 até hoje vão tencionar muito com forma universal de produção de conhecimento que toma Europa como centro de produções científicas. Subalterniza as contribuições de povos das Américas, África, Ásia, Oriente nos processos das modernidades (FONSECA, 2022).

As produções científicas no campo das ciências sociais, humanas e saúde, estavam até pouco tempo sob domínio de métodos eurocêntricos, cartesianos, evolucionismo social e darwinismo social, que tomam a realidade social europeia como modelo para desenvolvimento de outras sociedades. Com a emergência de outras produções científicas, fora dos territórios europeus, o pensamento universal começou sendo questionado por outras teorias possíveis. Cusicanqui (2010) destaca que estas pequenas categorias ou histórias coloniais que estão presentes ainda no séc. XXI e que às vezes nos apropriamos para explicar as nossas realidades, operam como uma forma de reprodução da colonialidade do poder, que precisamos ficar atento.

Este artigo está dividido em duas partes, na primeira procuramos discutir como autores/as definem o que seria o trabalho informal no contexto no qual estão falando. Como destaca Cerqueira (2008), a definição do que seria informalidade deveria ser pensada a partir dos contextos específicos, porque algumas categorias de trabalhos que existem nos países ditos “economia emergentes”, apresentam incongruência ao defini-la assim. Na segunda parte apresentaremos uma proposta sociológica, denominada “Economia do Cotidiano”, para pensar as categorias de trabalhos realizados nos interiores da Guiné-Bissau, e que escapam da comparação binária cunhada durante a dominação imperialista das sociedades africanas. Com isso, trazemos duas formas de trabalhos - comerciante e bideira - para mostrar como estas incorporam várias outras formas dos trabalhos. Essa discussão demonstrou que o capitalismo opera de maneira diferente em cada contexto e os trabalhos ou instituições pré-coloniais resistem ainda à penetração capitalista.

OS TENSIONAMENTOS ENTRE O CONCEITO DA INFORMALIDADE E REALIDADE DO SUL GLOBAL

A economia da Guiné Bissau se baseia na exploração dos recursos naturais, pesca e agricultura, que se configuram como um recurso interno bruto (AFONSO, 2005). A Agricultura ocupa 50% do PIB no país, com mais de 83% da população atuando neste espaço e corresponde a 93% de produtos exportados do país. Este setor possui três categorias ou classe de trabalhadores, uns

denominados de pequenos produtores, que são pessoas de tabancas, que totalizam 90.000 da população da Guiné-Bissau, vivem na zona rural, e efetuam várias modalidades de trabalho: pesca, economia solidária e familiar (PAN/LCD, 2006 apud REGALLA, 2010). A outra categoria é denominada de “ponteiros” e emergiu depois da independência. São pessoas que receberam grande parte de terra pelo Estado para produção (REGALLA, 2010). O que conhecemos como ponteiro no pós-independência, é diferente do que vemos atualmente. A terceira categoria é conhecida como tabanqueiros, e agrega hoje características de ponteiro, pequeno agricultor, tudo está bem imbricando entre si, o que torna muito difícil diferenciá-los. As interligações dessas categorias de trabalhos na atualidade, implicam na forma direta de classificação binária do trabalho, uma vez que, o ponteiro agrega agora as outras categorias, tabanqueiros, pequenos agricultores.

Os estudos sobre a problemática do trabalho informal no campo da sociologia, mostram as dificuldades de se operar este conceito devido à complexidade com a qual o mesmo é tratado. Esta complexidade pode ter origem primeiramente, devido aos diversos critérios adotados para se definir e medir aquilo que em cada grupo social se entende por informalidade, a partir de seu modo de atuação ou apresentação em cada contexto social, por isso que não dá para usar termo de forma homogênea. Para uma sociedade onde o assalariamento não é a única forma de sobrevivência de sujeitos, o conceito se torna complexo quando tentamos entendê-lo usando os contextos Norte Americano e ocidentais.

Aqui não pretendemos criticar o uso da palavra para referir estes tipos de trabalhos, porque mesmo criticá-los não vai mudar as formas precárias de trabalho. Pretendo mostrar que em certos contextos o que se denomina de trabalho formal, em outros contextos apresenta inconsistência, devido a própria precariedade, a exemplo dos setores públicos em Guiné-Bissau, onde os funcionários da estatal trabalham numa condição precária, com salários baixos, sem receber devidamente (salários), devido a corrupção instaurada no país.

Outro exemplo que ajuda a compreender os limites da classificação formal/informal na Guiné Bissau está relacionado as pessoas que possuem

grandes quantidades de cabeças de gados e terras com plantações de cajueiros. Não podemos denominá-los de agricultores e fazendeiros, porque suas especificidades não se encaixariam na definição do que seria estas categorias. Primeiro, ao mesmo tempo que os gados possuem valor comercial, tem também o valor cultural, quanto mais quantidades dos gados mais status na comunidade.

As produções não são feitas de modo contínuo, as plantações de caju possuem o tempo específico. As pessoas aqui acabam incorporando várias categorias de trabalho, uma hora agricultor, outra hora pescador artesão, quando acaba o período da castanha de caju, assim sucessivamente, por isso que as classificações exógenas podem mais atrapalhar do que ajudar (DRUCK, 2004). Talvez a categoria “ponteiro” em que se encontram várias categorias de trabalho na atualidade guineense possa explicar melhor essas imbricações de sujeitos que desenvolvem várias lógicas de trabalho ao mesmo tempo.

Jacques Chames (1997), enfatiza que o conceito da informalidade surgiu no começo do ano 70, como forma de denominar as economias dos países de terceiro mundo a partir de um olhar Europeu com relação a estes países. Este foi ano que muitos países africanos estavam em processo de independência contra a dominação colonial dos países Europeus. Segundo Fernandes (2012), as dicotomias da diferença surgidas no período da colonização para caracterização do outro diferente deles - civilizado/indígena, industrial/artesanal -, e que continua presente na contemporaneidade, foram criadas pela colonialidade do poder para hierarquização das suas posições sociais em relação ao outro. Tais dicotomizações não dão conta da realidade e vivências subjetivas de sujeitos sociais (QUIJANO, 2009). A experiência social dos sujeitos neste contexto vai além dos limites impostos por estas lógicas de produção não existente, pertencente à colonialidade do poder (FERNANDES, 2012).

A informalidade não é um conceito neutro, dentro do aspecto apresentado acima, faz parte desta mesma lógica dualista da colonialidade do poder, existe porque possui um oposto superior, o formal. Em sua obra “Ch’ixihakax utxiwa: Una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores” Cusicanqui (2010) faz uma denúncia epistêmica das produções das pequenas narrativas ou histórias contadas pelos colonizadores. Para autora as pequenas categorias coloniais

apropriadas para tentar explicar a realidade do sul global, acabam reproduzindo as mesmas lógicas coloniais de classificação dualista. A categoria informal usada para descrever as formas dos trabalhos no sul global não escapa dessa lógica colonial de descrever o outro como insuficientes, incapazes, improdutivos etc. As categorias exógenas importadas do norte global para classificar os modos de produção ou modelos sociais dos trabalhos do Sul, colocam essas realidades como submissas por não encaixarem nos parâmetros usados para denominá-los. Existem muitas experiências dos trabalhos nestes contextos que escapam destes binarismos advindos dos modos de produção do conhecimento cartesiano.

Quando olhamos para experiências de “tabanqueiros”, “lavradores” e “novos ponteiros”, percebemos que estas formas de trabalho não conseguem ser captadas pelo conceito do que seria formal ou informal, pois estão fora da lógica de assalariamento tomado como parâmetro para explicar a classificação trabalhista nas sociedades capitalistas. Estas formas de trabalhos acontecem em sua maioria nos interiores do país e são modos de produção pré-colonial, isso quer dizer que são primeiras formas de trabalhos antes da invasão colonial. Embora o assalariamento tenha sido incorporado a elas, a troca dos produtos produzidos entre os sujeitos sem envolver o valor monetário permaneceu. Nesse sentido, compreende-se que essa incorporação não apaga outras formas de relação de produção, por este motivo não podemos classificá-los a partir do padrão ocidental. Como alega Cerqueira (2008), a compreensão do que seria a informalidade não deve tomar somente a questão econômica como base para caracterizar o que seria o trabalho formal e informal, mas precisa olhar para economia local, crenças e costumes.

Os trabalhos precários desenvolvidos pelos sujeitos onde o assalariamento é o principal modo de sobrevivência, pode ser considerado informal por conta dos contextos sociais que os sujeitos se encontram. Na capital Bissau, onde há muitas instituições modernas, a relação do sujeito com o trabalho é diferente daquela vivida pelos sujeitos na zona rural, onde os trabalhos são desenvolvidos em base coletiva e solidária, a principal moeda de troca pode ser os próprios produtos produzidos pelos estes sujeitos ou dinheiro. Mesmo que seja uma economia solidária e familiar, isso não pode ser entendido como informal.

Thiago Brandão Peres (2015), apresenta duas suposições sobre o conceito: primeira, a informalidade pode ser pensada como uma resposta popular espontânea e criativa em sociedades onde há pouca generalização de assalariamento; a segunda definição compreende a informalidade ou trabalho informal como o sinônimo de precariedade e vulnerabilidade de sujeitos sociais ou escassez dos postos dos trabalhos.

A segunda suposição de Thiago Brandão Peres (2015) dialoga com as reflexões do sociólogo guineense Miguel de Barros (2014), que compreende o trabalho informal como precário por não garantir segurança social. Patrícia Godinho Gomes (2012), no seu artigo sobre as mulheres no setor informal, possui os mesmos entendimentos sobre a informalidade, associando aos trabalhos precários que não possuem nenhum vínculo institucional. Os dois trabalhos são muito importantes para compreensão da dinâmica do mercado em Bissau, em que as formas de trabalho realizadas pelos sujeitos são, como diz Barros e Godinho, precárias, à exemplo das mulheres bideiras que pegam quantidades de peixes da mão de pescadores para vender e depois devolver o dinheiro, ficando somente com um pequeno de lucro.

Segundo as análises feitas por Luis A. M. Filgueiras, Graça Druck e Manoela Falcão do Amaral (2004), em pesquisa realizada na Região Metropolitana de Salvador (PED) cujo objetivo foi confrontar os distintos conceitos sobre a noção de informalidade e trabalho informal encontrados nas diferentes teorias de economia e sociologia de trabalho, o conceito de informalidade existente ou as regras usadas para caracterizar a informalidade na contemporaneidade podem mais confundir do que ajudar a entender as dinâmicas do mercado de trabalho. Isso porque os parâmetros usados para caracterizar os trabalhos informais, se baseiam nas formas capitalista de organização de trabalho, que invisibiliza outras formas de produção que estão fora do padrão estabelecido pela forma de produção moderna colonial. Os autores utilizaram diferentes caracterizações da informalidade ao longo do tempo para analisar a realidade pesquisada. A primeira caracterização se deu no início do ano 70, quando as formas de trabalhos não captadas pela acumulação capitalista eram consideradas como informais. (FILGUEIRAS, DRUCK, AMARAL,

2004).

De acordo com autores/as acima citados, a pesquisa realizada no Quênia pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) sofreu muitas críticas por parte de alguns pesquisadores/as, primeiro porque tomou como problema para o alto número de informalidade o crescimento demográfico da população no final dos anos 60 no país, o que gerou caos no mercado. Contudo, esqueceram de colocar a colonização como principal problema, porque o país tornou-se independente apenas em 1963, não tendo como superar o longo processo de escravização até o momento da pesquisa na década de 1970, momento da pesquisa.

Luis A. M. Filgueiras, Graça Druck e Manoela Falcão do Amaral (2004), vão salientar que esta forma de caracterização do que seria informal no início décadas 70, foi cunhado pelos países de norte global para denominar aqueles países de economia emergentes que estavam saindo da colonização dos países centrais. Então, percebe-se que o conceito herdou a dicotomia de dualidade empregada nos outros povos durante a colonização. A teoria dualista usada para caracterizar os trabalhos que estão fora dos registros institucionais, repete a velha forma do estatuto Indigenato, uma vez que, durante o processo da colonização os que resistiam à dominação eram considerados bárbaros, selvagens, incivilizados etc. Tudo o que não obedecia a normas ou regras impostas não era racional a partir dessas perspectivas eurocêntricas.

A segunda forma de caracterização do que seria a informalidade ou trabalho informal no final da década 70 é baseado na natureza jurídica legal/ilegal; todos os trabalhos registrados institucionalmente são considerados formais dentro desta lógica, aqueles que não são registrados são diferenciados como ilegais porque não possui o padrão da legalidade dentro deste contexto de modernidade (FILGUEIRAS, DRUCK, AMARAL, 2004). Segundo os mesmos esta forma de descrição legal/ilegal ou economia registrada/ economia subterrânea surgiu nos países centrais no período pós-guerras, as maiorias adotaram o modelo do Estado de bem-estar, mas com a crise do modelo fordista e o processo de liberação econômica, abriu-se o caminho para os trabalhos ilegais nos países centrais.

Já terceira e última forma de descrição apresentada no artigo de Luis A. M.



Filgueiras, Graça Druck e Manoela Falcão do Amaral, é baseada na primeira e a segunda forma de caracterização da informalidade, que apresentamos acima, esta forma de descrição reforça tanto o que foi produzido no final do ano 60 e o final de 70 sobre a informalidade. Este aspecto de descrição da informalidade ou trabalho informal é considerado como a nova informalidade, surgida nos anos 90, com advento da globalização.

Percebe-se que as formas de caracterização do trabalho informal, ainda se encontra configurada dentro de parâmetros de colonialidade do poder (QUIJANO, 2009). As três definições trazidas por Luis A. M. Filgueiras, Graça Druck e Manoela Falcão do Amaral possuem características dualista para compreender o que seria informalidade dentro de outros contextos, os próprios autores realçam que os conceitos usados para caracterizar os trabalhos informais podem ajudar, assim como também pode atrapalhar algumas análises. Como os contextos sociais apresentam de modo diferente, é importante olhar de forma empírica as realidades que estão sendo pesquisadas.

Segundo Jacques Chames (1997), com toda polêmica levantada com relação ao conceito durante anos, as vezes úteis ou em vão, os parâmetros ou formas descrição sobre o termo continuam destacando todas as atividades não captadas por estatísticas, ou seja, não registradas ou atividades não capitalistas como informais. Segundo o autor, a noção de informalidade ou trabalho informal, era pensada como um estágio de desenvolvimento que todos países do norte global deveriam passar. Para os países centrais do sul global, o desenvolvimento se daria em forma de estágios, por isso se cria uma dicotomia entre industrial e tradicional.

O conceito foi forjado para descrever a realidade dos países do sul global em desenvolvimento (CHAMES, 1997), mas sem levar em conta as especificidades do contexto no qual descreve. Jacques Chames, ao mesmo tempo que aceita o termo para descrever o que seria informalidade nesses contextos dos países em desenvolvimento, faz uma análise importante da realidade dos países centrais com relação à noção do mesmo. Ao mesmo tempo que traz no texto uma cronologia do surgimento do conceito, faz uma ressalva importante sobre os países industrializados nesta época. Segundo Chames

(1997), ao mesmo tempo que tomamos a realidade dos países em desenvolvimento como base do aparecimento da informalidade ou trabalho informal, é bom refletir o processo de construção da industrialização, onde as mulheres e crianças trabalhavam no chão da fábrica numa condição precária e desumana. Até aquele momento não tinha se pensado um conceito para descrever a situação precária vivenciada pelos sujeitos nas indústrias, com uma jornada de trabalho longo e sem proteção social. Nesta época provavelmente falariam que era uma modelo de produção que não olhava pela condição social dos sujeitos que ali se encontram. A informalidade surgiu nos meados de 70 para procurar uma justificativa para implementação de políticas de controle monetário, como não possuem mais força para impor a violência nestes contextos, adotaram outras formas de controle ideológico.

Segundo Adair (1997), a teoria dualista defende uma separação entre o formal e informal baseada no critério de superioridade da renda, proteção social e financiamento no mercado de trabalho. Para esta teoria o mercado informal é o oposto deste privilégio dado aos indivíduos que se encontram no mercado formal. Ao mesmo tempo que o autor anuncia os critérios ou preceitos usados para descrever a informalidade, problematiza quais as unidades de análise utilizadas para aquelas realidades que estão fora do padrão moderno colonial ou “qual é o critério de demarcação pertinente entre o informal e o formal: a dimensão da atividade ou a obediência à lei?” (ADAIR, 1997, 103p).

[...] o estatuto dos trabalhadores não assalariados levanta um problema de classificação delicada. Os independentes podem ser considerados como (micro) empresas, sob o ponto de vista da produção, e conviria, então, adotar-se um critério de dimensão; ou eles são classificados entre os membros das unidades familiares e devem ser claramente distintos dos ajudantes familiares mais distantes? (ADAIR, 1997, 103p).

Adair mostra a complexidade que se tem nas metodologias usadas para descrever o que seria informalidade, se seguir por contexto da dimensão de produção não faz sentido. Em pesquisa realizada na África subsaariana, o autor demonstra a dimensão de produção e ganhos salarial de pessoas ou empresas familiares que não são registradas ou são consideradas ilegais segundo a lei fiscal do mercado, demonstra ainda que os sujeitos sociais que são denominados

informais possui os ganhos salarial maior em relação aos assalariados de função pública.

A partir das definições teóricas a respeito do conceito da informalidade apresentadas acima, podemos perceber que a construção do termo segue o padrão moderno/colonial usado pela colonialidade do poder para descrever as realidades sociais diferentes. Neste processo acaba invisibilizando outras experiências sociais vividas por grupos que afirmam que o assalariamento não é a única forma de sobrevivência. Para melhor compreensão destas realidades sociais que incorporam várias formas de trabalhos e produções, pré-colonial e moderno/capitalista, denominaremos de economia do cotidiano, para não repetir as mesmas lógicas dualistas que seguem o padrão colonial de classificação. Primeiramente caracterizamos o termo ou conceito que escolhemos para descrever estas realidades sociais que a categoria exógena não consegue descrever imparcialmente.

A ECONOMIA DO COTIDIANO COMO FORMA DE PENSAR ORGANIZAÇÃO DE TRABALHO NESTES CONTEXTOS

Um termo que talvez defina melhor o contexto do trabalho na Guiné-Bissau é o de “Economia do Cotidiano”, usado pelo canal Bissau online durante o período da pandemia de covid-19 para descrever aqueles sujeitos que levavam as suas mercadorias para vender no maior mercado do capital (Bandim). Neste artigo acionamos o termo como um conceito sociológico para descrever o contexto da Guiné-Bissau, onde a forma de trabalho abrange a dimensão pré-colonial e moderna, que escapa a classificação dualista realizada a partir do ponto de vista eurocêntrico. Tomar a realidade ocidental como parâmetro para medir outras dimensões do trabalho, que incorporam várias lógicas de organização interna limita o campo de análise. Por que uso a expressão “economia do cotidiano”? Dentro dessa lógica de dualismo entre civilizado e selvagem, formal e informal, moderno e tradicional, mina-se qualquer que seja a lógica produtiva que está fora do padrão eurocêntrico estabelecido. Como vimos no tópico anterior, o assalariamento servirá como modo de medição dos trabalhos que podem ser considerados formais e informais dentro desse modo econômico

vigente. Para as sociedades do sul global onde predominam ainda forma de trabalho pré-colonial ou pré-moderno se fazem presente, esse binarismo não dá conta da explicação características desses trabalhos que possuem muitas faces.

A dinâmica da organização do trabalho nestes contextos foge da interpretação dualista produzida a partir das sociedades ocidentais que tomam a industrialização como o principal marco para estabelecer as formas de trabalhos assalariados como mecanismos de integração. Minando outras formas de organização de trabalho que existiam antes do atual modelo vigente, denominando-as com as conotações coloniais e pejorativas.

As realidades do sul global, tanta economia capitalista como economias pré-coloniais continuam fazendo presente no modo como as pessoas se relacionam entre si. Os modos de produção baseada em troca de mercadoria em forma de solidariedade de comunidade, faz-se presente até os dias atuais nos países africanos. O capitalismo nos países africanos, encontra ainda a resistência dos modos de produção pré-coloniais, principalmente na Guiné-Bissau nos interiores, onde os sujeitos não dependem do trabalho assalariado para sobrevivência.

Primeiramente, caracterizamos as formas como os sujeitos se organizam dentro deste modo, diferente do que costumamos enxergar a partir do modo de produção capitalista, que organiza de forma diferente do que nós estamos colocando aqui. É importante destacar que o que estamos colocando aqui não é novo, é uma forma de organização social existente antes do que conhecemos hoje, que foi sendo expurgado pelo atual modo de produção capitalista. Depois de apresentarmos a forma como essa economia do cotidiano se organiza, traremos os exemplos dos trabalhos que muitas das vezes, por falta de variáveis para classificá-los, acabam sendo classificados como informais, a partir de uma visão eurocêntrica.

Podemos caracterizar essas formas organizações a partir de três dimensões:

1. Primeiro, esse modelo não é cumulativo. Opera como uma forma de subsistência, que pode ser realizado individualmente ou coletivamente. Diferente de uma perspectiva capitalista, onde visa-se mais os lucros através da exploração de força de trabalho dos outros. Como as terras

às vezes pertencem ao núcleo familiar herdado dos avós ou de um sujeito que possuem vários filhos, os trabalhos ou riquezas são partilhadas para o bem comum de todos. Outras características que podemos destacar é com relação à "propriedade privada", segundo Mafeje (1991), lido a partir de Borges et al (2015), não existia o sujeito dono de espaço, mas sim pertencente aquela terra. O autor, critica o modelo binário de classificação empregado pela ciência moderna europeia e chamava de ideologia do tribalismo. Além disso, Mafeje desconstrói a ideia de propriedade privada, onde os sujeitos possuíam controle política da terra, como um território na qual um determinado grupo social pertence.

2. A relação de subjetividade com o meio na qual extraem recursos. Os sujeitos mantêm uma relação de subjetividade com meio na qual produzem, como aponta Borges et al (2015) quando traz as escritas do Mafeje sobre a propriedade privada, que destaca que a terra não pertence às pessoas, mas eles às pertencem. O modo na qual se relaciona com este espaço difere completamente como se apropriam do modelo capitalista. Ailton Krenak (2019) destaca que os recursos naturais são seres vivos pertencentes ao mesmo espaço que vivemos. Olhar passivo que temos com relação a terra, como espaço parado no tempo, esperando a ser submetido a novo escrutínio.
3. Incorporação de várias formas de trocas de mercadoria. A economia do cotidiano incorpora várias lógicas do trabalho, que podem ser por via do dinheiro como forma de troca e as próprias mercadorias podem servir para fazerem troca. Como acontece nos "LUMOS". As pessoas se encontram num determinado espaço para venderem seus produtos ou trocar com outros produtos que não possuem na sua terra. Por possuir estas características em forma de troca que não acontece somente por sistema monetária, escapa deste sistema dualista de classificação.

As três características acima apresentadas demonstram que existem muitas formas de produção no contexto da Guiné-Bissau. Assim, quando

paramos para analisar, percebemos que os termos exógenos usados no trabalho ou relações de trabalho na Guiné-Bissau são improdutivo e apresentam equívocos. Como bem aponta Mafeje (1963) apud Borges et al (2015), estas categorizações têm por finalidade tirar a “humanidade comum” do outro. Se no passado serviu de justificativa para a invasão, no presente funciona como um tipo de barreiras ideológicas. O nosso trabalho não é repetir as mesmas lógicas, mas sim entender estas experiências a partir do seu contexto de produção. Traremos dois tipos de trabalhos que podemos compreender como economia do cotidiano, o termo sim colocado por nós para caracterizar os trabalhos que escapam da dualidade.

Trazemos agora o trabalho das Bideiras para pensar como um olhar equivocado para esta forma de trabalho compromete a real compreensão desta forma organizacional de economia do cotidiano. Embora tenha predominância nas atividades realizadas por mulheres na Guiné Bissau, Bideira (guintis di bida) é um termo frequentemente usado para denominar alguns trabalhadores/as que batalham no dia a dia para manter a sua família ou se assegurar a sua sobrevivência sem auxílio do governo e pode configurar como trabalho autônomo. Esse termo abrange grande números de tipos de trabalhos, que podem ser classificados como precários e estáveis. Contudo, assim como em trabalhos de horticultura e agricultura familiar, que são praticados pelas mulheres guineense, estas podem desempenhar dois papéis ao mesmo tempo: o de produtora e vendedora; há mulheres que trabalham com vendas de produtos importados da Europa e países vizinhos e para tanto viajam para Europa e Brasil à procura de produtos (roupa, sapatos, colares etc.), para revender. Estas mulheres costumam ter vidas estáveis. Há ainda mulheres bideiras que importam produtos nacionais (cabeceira, veludo, foroba, camarão defumado) em voos para Cabo-verde. Outras vendem seus produtos de forma precária no mercado de capital.

Achar que todas as bideiras são precárias é um equívoco, porque nem todas estão no mesmo nível de status quo. Essa caracterização destes grupos de trabalhos que se encontra dentro do termo bideira, é para mostrar que não cabe a explicação dualista eurocêntrica em contextos africanos, sobretudo a

Guiné-Bissau para caracterizar a forma de organização do trabalho. Talvez possamos dizer que a expressão esteja muito mais relacionada a exaltação da pessoa, o orgulho de estar trabalhando, sobretudo para as mulheres chefes de família.

Outro tipo de trabalho também que é complexo classificá-lo a partir dessa lógica dualista é o de comerciante, porque embora possua certa hierarquização, todos detêm alvará de reconhecimento dado pelo Estado como contribuinte. Mas, enquanto alguns estão numa condição bem precária, não os permite disputar com os grandes comerciantes de arroz dos países vizinhos, por exemplo. Outros possuem várias redes de estabelecimentos ou abrem espaços em suas casas. O poder econômico que vai determinar os status entre esses grupos. A partir disso, torna-se difícil caracterizá-los a partir dualismo. Se for trabalhar com as condições das pessoas, para classificá-los em forma dualista, vai ser obrigado também a fazer a mesma inferência lógica no aparelho do Estado, porque possuem trabalhos também precários no aparelho público do País.

Dentro da categoria acima citado, nota-se que existem várias formas de trabalhos que podem ser considerados precários e outros estáveis, que escapa a classificação binária eurocêntrica, que precisa ser entendido a partir do seu próprio contexto, não importando conceitos para explicar outras realidades sociais.

Os termos produzidos a partir de uma visão exógena não dão conta das intersecções do trabalho em contextos africanos, mesmo com os processos da globalização, ainda dinâmicas de trabalhos atrelados aos grupos étnicos que atuam independentemente do capital. As formas de organização econômica entre os grupos sociais organizados de modo vertical e horizontal, apontado pelo Lopes (1988), continua fazendo presente até os dias atuais.

CONCLUSÃO

No decorrer do texto buscamos demonstrar os limites da teoria dualista eurocêntrica sobre as realidades sociais do sul global, especialmente da Guiné-Bissau. Percebemos que o conceito da informalidade, comumente empregado para descrever os trabalhos desenvolvidos por sujeitos destes

contextos escapam os binarismos classificatórios.

Buscamos demonstrar como a realidade do trabalho na Guiné-Bissau tensiona o conceito de informalidade, especialmente as formas de trabalho realizadas no interior do país. Autores/as como Luis A. M. Filgueiras, Graça Druck e Manoela Falcão do Amaral (2004) e Cerqueira (2008) destacam que o termo não pode ser universalizado porque os hábitos culturais e crenças de cada contexto são diferentes e impactam na organização social. Como funciona dentro da lógica do colonialidade do poder (QUIJANO, 2009), tudo o que não obedece às formas ou regras ocidentais são considerados, inferiores, opostos, descartáveis, irracional, inoperante etc. estes são algumas das categorias coloniais que servirá de base para denominação do outro.

Diante disso, apresentamos no decorrer do artigo que as definições do que seria informalidade apresentam ambiguidades que escapam da lógica dualista eurocêntrica. As formas de trabalho desenvolvidas no interior da Guiné-Bissau não têm o sistema monetário como configuração única de troca de produções, ainda se faz presente as antigas práticas pré-coloniais. Essa interligação entre o modo capitalista e pré-colonial, impossibilita a descrição de algumas categorias de trabalhos nestas localidades, a partir da categoria dualista, visto que, há uma resistência ao modo capitalista. Então, entendemos que a ideia de informalidade não dá conta da realidade guineense, que precisa ser entendida endogenamente. Para tanto, nos apropriamos do termo “economia do cotidiano” que durante a pandemia foi usado para nominar alguns trabalhadores/as, que enfrentaram muitas dificuldades.

Utilizamos o termo “economia do cotidiano”, acionado aqui enquanto categoria sociológica, para descrever as formas de trabalhos que escapam da classificação colonial, de forma atentar evitar a reprodução das mesmas lógicas da colonialidade do poder. As realidades sociais ou formas de organização social precisam ser entendido a partir da sua própria localidade, muitas das vezes, a importação do conceito ou termo de lugar para compreender outro, acaba não levando em conta as especificidades do local ou região.

Um desafio colocado pela teoria decolonial é pensar nos desafios de se pesquisas sobre as realidades do sul global desmistificando o olhar construído

socialmente sobre estas realidades durante a colonização, e segundo estas sociedades precisam ser lidas a partir do entendimento dos sujeitos que as habitam, constituindo, dessa forma, teorias locais.

É necessário destacar a importância de trazer as formas de denominação endógenas dos sujeitos sobre as suas realidades ou instituições sociais, a exemplo das categorias bideira, ponteiro, labraduris, tabanqueiros e muitas das outras formas de denominações, para os debates acadêmicos. Confrontados as teorias universais eurocêntricas, que por muito tempo, tem ocupado produzindo teorias que inferiorizam ou colocam os contextos diferentes das realidades ocidentais numa posição de subalternos. Portanto, as formas de denominação produzidos pelos sujeitos que vivem a realidade, trazidos para debate, é para demonstrar os limites das teorias universais eurocêntricas.

REFERÊNCIAS

ADAIR, Philippe. O setor informal urbano na África. **Ensaio, FEE, Porto Alegre** V.18, n.2. p.100-125, 1997.

BARROS, M. **Economia informal e estratégias juvenis em contexto de contingência**. INEP/Guiné-Bissau, 2010.

BORGES, Antonádia et al. Pós-Antropologia: as críticas de Archie Mafeje ao conceito de alteridade e sua proposta de uma ontologia combativa. **Revista Sociedade e Estado** - Volume 30 Número 2 Maio/Agosto 2015.

CERQUEIRA, Eder da Silva. Considerações acerca do conceito de informalidade. **Periódicos, UFMG**, 2008.

CHAMES, Jacques. O setor informal na África: um crescimento que não significa marginalização. **Ensaio FEE, Porto Alegre**, V.18, n.2. p.64-99, 1997.

FERNANDES, Raul Mendes. **O Informal e o Artesanal: Pescadores e Revendedeiras de peixe na Guiné-Bissau**. Fronteiras pós-coloniais: rigidez, heterogeneidade e mobilidade, 30 de abril de 2012, Universidade de Coimbra.

FILGUEIRAS, Luiz A.M; DRUCK, Graça; AMARAL, Manoela Falcão do. O CONCEITO DE INFORMALIDADE: um exercício de aplicação empírica. **Caderno CRH, Salvador**, v.17 n.211-229, p. Mai/Agos. 2004.

GOMES, Patrícia Godinho. **As mulheres do sector informal. Experiências da Guiné-Bissau**. 29/02/12. Disponível em:
http://www.academia.edu/5130097/As_mulheres_do_sector_informal._Experi%C3%A0Anci> Acesso: 04/2022.

GROSGUÉL, Ramón. **Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global**. Revista Crítica de Ciências sociais. nº80. p.p 115-147. Março, 2008.

PEREZ, Thiago Brandão. Informalidade: um conceito em busca de uma teoria. **Revista da ABET**, v. 14, n. 2, julho a dezembro de 2015.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do Poder e Classificação Social**. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria de Paula (Orgs.). Epistemologias do Sul. Coimbra: Almedina, 2009.

RANGEL, Felipe. **O trabalho informal no comércio popular: ressignificando práticas na nova cultura do trabalho**. Dissertação de Mestrado (Sociologia). UFSCar, 2015.

REGALLA, Aissa. **Inventário das necessidades prioritárias de reforço de capacidades para a gestão de ambiente nacional e mundial**. 2010. 70 p.

RIVERA, Cusicanqui Silvia. **Ch'ixinakax utxiwa: una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores** - 1a ed. - Buenos Aires: Tinta Limón, 2010. 80 p.

SANTOS, B. de S., & MENESES, M. P. (Orgs.) (2010). ***Epistemologias do Sul*** (2ª edição). Coimbra: Almedina, CES.



UBERIZAÇÃO: UMA ANÁLISE SOBRE A VIOLAÇÃO DOS DIREITOS TRABALHISTAS CONSTITUCIONAIS NA CONTEMPORANEIDADE**UBERIZATION: AN ANALYSIS OF THE VIOLATION OF CONSTITUTIONAL LABOR RIGHTS IN CONTEMPORARY TIME****Beatriz Rodrigues Maia***

Faculdade Anhanguera de Betim (MG)

RESUMO

O termo “uberização” é usado para expressar a conexão entre as mais recentes tecnologias lançadas e a precarização do trabalho. A justificativa para a realização desse artigo vem com a necessidade de investigar e analisar as diferentes formas pela qual a uberização viola os direitos e garantias mínimas para os trabalhadores previstos na Constituição da República de 1988. Porque e quais os direitos o processo de uberização do trabalho viola? Este estudo tem como objetivo relacionar a precarização do trabalho com o descumprimento da Carta Magna, destacando a acumulação de capital desenfreada. A pesquisa se baseia em legislação, análise de casos jurisprudenciais, revisão doutrinária e bibliografia.

Palavras-chave: Uberização; Constituição; Capitalismo; Trabalhador.

ABSTRACT

The term “uberization” is used to express the connection between the latest technologies launched and the precariousness of work. The justification for carrying out this article comes from the need to investigate and analyze the different ways in which uberization violates the rights and minimum guarantees for workers provided for in the Constitution of the Republic of 1988. Why and what rights are the process of uberization of work viola? This study aims to relate the precariousness of work with non-compliance with the Magna Carta, highlighting the unbridled accumulation of capital. The research is based on legislation, analysis of jurisprudential cases, doctrinal review and bibliography.

Keywords: Uberization; Constitution; Capitalism; Worker.

* Graduanda em Direito pela Faculdade Anhanguera de Betim - Minas Gerais

INTRODUÇÃO

O trabalho, enquanto classe ontológica, é aquilo que nos difere dos demais animais, sendo ele o elemento decisivo dos vários aspectos da vida

Artigo Recebido em: 04/08/2024. Aceito em 30/12/2024.

Revista Idealogando, Recife, v. 7, n. 1, p. 65-76, 2023, Universidade Federal de Pernambuco



Este artigo está sob uma [Licença Creative Commons 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) - CC BY

social. É por meio do trabalho que o indivíduo expressa sua humanidade, reproduz sua subsistência e interage com a natureza ao seu redor, da qual ele é parte integrante.

“[O] trabalho é, assim, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre o homem e a natureza e, portanto, da vida humana” (MARX, 2013, p.98).

Como pontua Antunes (2000), sob o sistema do capital, o trabalho é despejado do seu sentido uma vez que se torna uma atividade medida de valor ao capitalista. Enquanto surgimento de fenômenos político-econômicos e culturais, os modelos de ordenamento do trabalho se movem continuamente para dar conta das mudanças que acontecem no “sistema de sociometabolismo do capital”, cuja tendência é sempre a expansão (MÉZÁROS,2011). Dessa maneira, as formas de controle do trabalho invariavelmente abarcam diferentes formas de exploração.

Inserido em um meio globalizado do capital, o Brasil passou a adotar medidas neoliberais, o que facilitou a entrada e o surgimento de empresas de economia compartilhada ou de consumo colaborativo, essas empresas aproveitam da facilidade que a internet trouxe com o pretexto de revolucionar o modo preexistente de trabalho. Todavia, o que acontece na realidade é a precarização do trabalho e a retirada de direitos e garantias que lhe são devidas de acordo com o artigo 7º da atual norma constitucional, isso ocorre, pois, essas empresas, em busca de aumentar seus lucros tentam que a relação de emprego existente seja indetectável, a ponto como por exemplo de um motorista ou entregador de aplicativo não conseguir se ver como empregado

CARACTERIZANDO A RELAÇÃO DE EMPREGO E A DINÂMICA DE EMPRESAS DE ECONOMIA COMPARTILHADA

Para que um indivíduo consiga se tornar um motorista ou entregador de aplicativo é necessário que ele faça um cadastro no site da plataforma com seus documentos e os do veículo que será utilizado no fornecimento do serviço; após aprovado ele estará apto para desempenhar seu ofício e para isso basta entrar no aplicativo e esperar ser chamado.

Esse ciclo mostra-se ser bastante libertador, pois é vendida uma imagem de um indivíduo que pode estabelecer seu horário de trabalho, fazer sua rotina e “ser” seu próprio chefe. Entretanto, a realidade é outra. A estrutura de trabalho dessas empresas não se distingue do emprego tradicional, isto é, quando há uma pessoa física prestando um serviço, em troca de remuneração, que não pode ser substituída por outra, com caráter de não eventualidade e sob forte subordinação, desta maneira os requisitos que os artigos 2 e 3 da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) estão presentes, entretanto, escondidos pela chamada “economia de compartilhamento” que estabelece um vínculo de “colaboração” ou “empreendedorismo” com seus, verdadeiramente, funcionários.

Para a legislação brasileira o primeiro requisito para estabelecer uma relação de emprego é a troca entre uma pessoa física e uma pessoa jurídica. Parece óbvio, mas isso significa que o empregado nunca poderá ser uma pessoa jurídica, o trabalhador de aplicativo é uma pessoa física, que faz seu cadastro em uma plataforma (possuidora de um CNPJ) com os seus documentos pessoais, logo esse requisito está devidamente presente.

O segundo requisito diz sobre a pessoalidade do serviço, isso quer dizer que o trabalhador não pode ser substituído tendo em vista o cunho personalíssimo de sua obrigação; na relação existente entre as empresas e os trabalhadores também se encontra esse requisito, uma vez que o cadastro é pessoal e intransferível. Ademais, no caso de aplicativos de corrida, o usuário passageiro quando solicita uma corrida recebe uma foto do motorista para que possa identificar quem estará prestando o serviço, inclusive substituir-se por outro trabalhador constitui falta grave demonstrando mais uma vez o cunho personalíssimo presente.

A não eventualidade é o terceiro requisito exigido que significa que o trabalho tem que ser contínuo e sem interrupções. Porém, com as empresas de economia compartilhada, o caráter não eventual é o mais difícil de provar; inicialmente porque um dos focos de atenção gastos pela empresa é o de justamente fazer com que todos acreditem que podem fazer sua própria jornada de trabalho, entretanto, podemos perceber por meio de depoimentos dos empregados que foram reconhecidos judicialmente que as empresas exigem

frequência dos seus trabalhadores, e, caso estes fiquem muito tempo sem utilizar os aplicativos, podem sofrer algum tipo de penalidade.

Nesse sentido decidiu o TRT (Tribunal Regional do Trabalho) da 03ª região 01ª Turma que:

UBER DO BRASIL TECNOLOGIA LTDA. VÍNCULO DE EMPREGO. PRESENÇA DOS ELEMENTOS INDISPENSÁVEIS PARA CARACTERIZAÇÃO. SUBORDINAÇÃO POR ALGORITMOS. A presença concomitante dos elementos pessoalidade, onerosidade, não eventualidade e subordinação jurídica implica o reconhecimento do vínculo de emprego entre a Uber e o motorista. A ré mantém vínculo personalíssimo com cada motorista que contrata por meio da plataforma digital disponibilizada para tal fim. A onerosidade também se apresenta evidente, na medida em que a própria empresa, por meio de seu software, é quem determina o preço da corrida contratada, repassando ao motorista os valores devidos pelo serviço prestado. A não-eventualidade decorre da fixação jurídica do trabalhador perante a tomadora, com continuidade na prestação de serviços, o qual, por sua vez, é essencial ao desenvolvimento da atividade econômica da ré, que, ao fim, atua como verdadeira fornecedora dos serviços de transporte. Inegável, ainda, a presença da subordinação, ante a incontestável ingerência no modo da prestação de serviços e da inserção do trabalhador na dinâmica da organização, com prestação de serviço indispensável aos fins da atividade empresarial: o transporte de passageiros. Ainda que existam elementos de autonomia na relação havida entre as partes, eles não afastam a configuração da relação de emprego, porquanto presente a subordinação algorítmica (a substituição do controle pessoal por formas automatizadas ou por meio de algoritmos, também conhecido como trabalho por comandos, ou por objetivos, ou por programação). Por meio da subordinação algorítmica, o motorista é submetido a constante fiscalização dos parâmetros previamente traçados na programação, estabelecidos de forma unilateral pela Uber, que, dessa forma, exerce seu poder diretivo e disciplinar. Embora se reconheçam peculiaridades na dinâmica de funcionamento do modelo de negócio da Uber, como tendência atual decorrente das novas tecnologias, há ingerência na forma de prestação de serviços do motorista, sendo a fiscalização realizada por meio das avaliações dos clientes. A política de uso da plataforma permite o acompanhamento ostensivo pela ré dos serviços prestados e da remuneração correspondente, com a direção na forma de pagamento e mediante o desligamento do trabalhador no caso de descumprimento das diretrizes fixadas. Trata-se, pois, de uma inegável expressão do poder diretivo daquele que organiza, controla e regulamenta a prestação dos serviços, não havendo como se acolher a tese da defesa de que a Uber se limita a fornecer tecnologia, como plataforma de mediação entre motorista e seus clientes, atuando, em verdade, como verdadeira prestadora dos serviços de transporte de

passageiros. Assim, o reconhecimento do vínculo de emprego impõe-se como medida necessária a assegurar o patamar mínimo civilizatório de direitos e garantir o respeito à dignidade do trabalhador, bem como ao disposto nos artigos 2º e 3º /CLT.

(TRT-3 - RO: XXXXX20195030016 MG XXXXX-66.2019.5.03.0016, Relator: Maria Cecília Alves Pinto, Data de Julgamento: 22/10/2021, Primeira Turma, Data de Publicação: 27/10/2021.)

Além disso os aplicativos se constituem como uma forma de operacionalização da atividade, tal como o veículo no caso dos motoristas. O terceiro ponto de análise é a respeito da fixação do funcionário ao empregador, o que, obviamente, ocorre no momento da efetivação do aplicativo, bem como quando representa um ato de serviço da empresa.

A onerosidade configura-se como quarto elemento necessário e significa que o trabalho desempenhado é remunerado, havendo uma contraprestação pelos serviços prestados paga pelo empregador. As empresas possuem o domínio do sistema remuneratório, elas recebem o dinheiro e depois passam para o usuário trabalhador o que, nesse caso, pode tranquilamente chamar de salário.

O quinto e último elemento é a subordinação considerada como o ponto chave do contrato de trabalho por muitos autores. Porém, a subordinação, nesse caso, não se enquadra na teoria clássica mas sim se reforma nos moldes delineados pela tecnologia, não se vê mais a figura de um chefe pessoa humana mas sim um sistema computadorizado que determina o que fazer, os algoritmos dão o modus operandi do trabalho desempenhado. Nesse sentido afirma-se que:

“A autonomia concedida é uma “autonomia da subordinação”. Os trabalhadores não devem seguir mais ordens, mas sim “regras do programa”. Uma vez programados, na prática, trabalhadores não agem livremente, mas exprimem “relações esperadas”” (OITAVEN; CARELLI; CASAGRANDE, 2018).

Esse novo aspecto de subordinação recebeu o nome de subordinação algorítmica (LEMES, 2019) que ainda constitui como uma nova faceta da organização do trabalho. Nesse sentido, assevera-se:

“Altera-se a formatação, mas resta a natureza: a) de um lado as pessoas, travestidas em realidades intersubjetivas denominadas empresas, que detêm capital para investir na produção e serviços e b) do outro lado, os demais indivíduos que têm somente o

trabalho a ser utilizado e apropriado por essas realidades intersubjetivas para a realização de sua atividade econômica. A exploração dos segundos pelos primeiros continua a mesma.” (OITAVEN; CARELLI; CASAGRANDE. 2018).

Dessa forma podemos observar que a suposta relação de empreendedorismo na realidade é uma relação de emprego, com todos os elementos necessários de seu aspecto presentes.

A RESPEITO DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL

Seguindo os termos marxistas, expomos aqui as centrais categorias a respeito do processo de produção de capitais, de modo que subsequentemente possamos analisar a manifestação delas no cenário da uberização e da precarização do trabalho.

“Sob o sistema do capitalismo, a força de trabalho é aquela mercadoria que o trabalhador possui e é forçado a vender para garantir seu sustento. Assim como qualquer outra mercadoria pelo tempo de trabalho socialmente necessário para sua reprodução, ou seja, o quanto o trabalhador precisa trabalhar diariamente para arcar com suas necessidades próprias da produção e reprodução da força de trabalho sejam elas do estômago ou da fantasia.” (MARX, 2013), (FRANCO David, FERRAZ Deise, 2018)

A força de trabalho que a classe operária tem é o único elemento empregador na geração que é capaz de criar mais valor, a também chamada, na teoria marxista, de mais valia, que representa o tempo de trabalho que o operário aplica para produzir o acúmulo de valor do capitalista. A consolidação desse modo de produção possibilitou aos burgueses (capitalistas, donos de grandes empresas e fortunas) ter um grande papel estratégico sobre o processo produtivo e ocupar-se em apenas aumentar a mais valia, seja ela absoluta ou relativa. Esse não se trata apenas de ganância, mas sim de uma necessidade socialmente condicionada da manutenção do seu capital, que só se mantém se estiver em um movimento de expansão (FRANCO David, FERRAZ Deise, 2018).

“O investimento em capital contrastante, ajuda para a acumulação de capital e, dessa forma, amplia a lucratividade dispensando a necessidade de investimento na força de trabalho. Aumenta-se a produção com investimento em capital variável sem necessariamente aumentar o número de trabalhadores, mas aumentando o tempo de trabalho excedente. É possível, assim,

acrescer em lucro sem incorporar nova força de trabalho e até reduzindo-a. O que significa que para o capital aumentar a lucratividade não requer a contratação de mais funcionários (ou significa não aumentar a oferta de emprego) e, ainda, se for o caso, pode se valer de demissões.” (PINHEIRO, Sílvia, SOUZA, Marcia, GUIMARAES, Karoline, 2018)

O FENÔMENO DA UBERIZAÇÃO E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

O termo uberização expressa as novas configurações nas relações trabalhistas na atual conjuntura do capitalismo, essa expressão também reacende o debate sobre a relação entre as novas tecnologias e a situação precária do trabalho. No mundo capitalista, no qual o trabalho e o empregador são vistos como meras mercadorias, o uso da tecnologia ao mesmo tempo que torna as condições mais precárias mantém uma falsa sensação de liberdade e autonomia. Assim, também pontua Ludmila Costhek Abílio:

“Ao mesmo tempo em que se livra do vínculo empregatício, a uberização mantém, de formas um tanto evidentes, o controle, gerenciamento e fiscalização sobre o trabalho”, adverte. Para ela, a perspectiva é ainda inteiramente aliada com a ideia de empreendedorismo de si. “Trata-se então da consolidação da transformação do trabalhador em um nanoempreendedor de si próprio” (MACHADO, 2017).

O economista Marcio Pochmann aponta uma crescente onda de individualismo provocada pela uberização, o que aumenta a competitividade e vem fantasiado de um discurso encantador de empreendedorismo, que, em tempos de recessão econômica, ganha ainda mais força.

“Com a uberização, há uma competição ainda maior entre os trabalhadores e quem estabelece ou avalia a sua continuidade nesse tipo de trabalho é o cliente, o comprador. Ao invés da união buscando o acordo coletivo, o trabalhador está orientado para o acordo individual, a competição com seus pares. Obviamente isso torna ainda mais fracos os trabalhadores diante daqueles que os contratam. Esse rebaixamento não é só econômico, mas também moral e ético.

[...] O que nós passamos a ter na verdade é uma transição para esta ideia não mais de trabalhador, mas de empreendedor. Você pode ganhar como trabalhador, mas tem os anseios de classe média consumista. É uma disputa ideológica. Se você não admite ser trabalhador, as lutas dos trabalhadores vão se perdendo. Você é da classe média e é o seu esforço que vai fazer com que você alcance os resultados. A propaganda ideológica mostra que alguns de fato ficarão em situação melhor, mas serão uma exceção num conjunto grande, legitimando um grau de

desigualdade ainda mais intenso” (POCHMANN, 2016).

É importante salientar também que o Brasil em toda a sua história nunca teve um Estado de bem-estar social, pois o trabalho precarizado e sucateado com baixos salários sempre fizeram parte da história do trabalhador brasileiro. Em um contexto de intensa exploração da mão de obra da classe trabalhadora pela classe dominante, a simples ideia de autonomia, de empreender, de ter controle sobre o próprio tempo de trabalho e de ter uma renda mais elevada – mesmo desconsiderando a ampliação da jornada de trabalho – ganha força e o trabalhador, que não tem outras condições, aceita a precarização acreditando em um ideal irreal de liberdade.

A Violação do Artigo 7º da Constituição da República pelas Empresas de Economia Compartilhada

A Constituição da República de 1988 foi resultado de um grande processo de discussão que foi aberto pela redemocratização do país (BERTOTTI, 2012), fato esse que influenciou de forma decisiva para o tratamento recebido pelos direitos dos trabalhadores que os direitos presentes no art.7º passou a ter status de direitos fundamentais. Entretanto, mais de 20 anos depois, com a precarização do trabalho ficando cada vez mais evidente, a chegada das empresas de economia compartilhada e o processo de uberização, tais direitos fundamentais estão sendo violados.

Como explicado anteriormente, as empresas de economia compartilhada vendem para a população e seus funcionários um ambiente de liberdade onde eles vão empreender, fazer seu horário e não ter um chefe; mas não é assim na realidade. Conforme observado em jurisprudências, o trabalhador trabalha horas exaustivas em um trabalho onde ele tem uma relação de emprego com a empresa.

Pelo fato de essas empresas tentar mascarar esse vínculo, o trabalhador acaba por ter seus direitos fundamentais violados como a falta de um salário nunca inferior ao mínimo, seguro contra acidentes de trabalho a cargo do empregador e redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança (BRASIL, 1988).



Os trabalhadores não têm as mínimas garantias legais para que seu trabalho seja executado em segurança e, caso sofra um acidente, ainda tem a possibilidade de ser expulso do aplicativo pois é exigido do empregador uma presença constante para assim gerar mais lucro.

Podemos observar também a jornada do trabalho, onde o trabalhador por não ter um salário, acaba por ficar horas e horas trabalhando, muitas vezes sem descanso, para que no final do dia consiga um dinheiro que dê para pagar suas contas e manter sua subsistência. Além disso, também pode colaborar com o aumento de doenças provocadas pela atividade laborativa exercida, como por exemplo depressão ou uma lesão na coluna por ficar muito tempo na mesma posição sem uma pausa.

Conclusão

Conforme o avanço desenfreado do capitalismo, as mais sofisticadas tecnologias são empregadas no processo de produção, de um lado temos um aumento significativo de produtividade e, do outro, a queda progressiva da força de trabalho.

A situação atual em que está o Brasil, nos mostra que, por intermédio do desmonte dos direitos trabalhistas, as condições para o crescimento de formas precarizadas de trabalho ficaram mais propícias e tem se desenvolvido rapidamente. É neste contexto em que o fenômeno da uberização floresce. Uma forma de trabalho onde aparentemente o trabalhador não possui vínculo com o empregador. O capitalista certifica o seu lucro, dispensando a exigência de garantir os direitos ao trabalhador previsto na Carta Magna, não fornecendo mais os meios de produção, não arcando com os custos de manutenção dos meios e instrumentos laborais. O trabalhador para ter uma renda que atenda às suas necessidades mais básicas como alimentação e saúde, precisa ampliar a sua jornada de trabalho e sua produtividade, em condições precárias em que se expõem aos mais variados riscos e situações.

Por fim, o que se deseja é a intensificação do dever que o Estado tem de proteger o trabalhador na garantia sociais trabalhistas, garantias essas que são mínimas para aqueles que representam uma significativa massa de operários em

condições de trabalho precarizadas, como é o caso dos trabalhadores de aplicativo. Devemos retomar a soberania e imperatividade do texto constitucional para que os direitos e condições mínimas que vemos sendo cada vez mais sucateados possam ser recuperados, dando assim um local de trabalho mais digno ao trabalhador.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

BIANCHI, S. R.; MACEDO, D. A. de; PACHECO, A. G. **A UBERIZAÇÃO COMO FORMA DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E SUAS CONSEQUÊNCIAS NA QUESTÃO SOCIAL. REVISTA DIREITOS, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL**, [S. l.], v. 6, n. 10, p. 134-156, 2020. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rdtps/article/view/9755>. Acesso em: 16 maio. 2023.

BRASIL. **Decreto-Lei 5.452, de 01 de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm>. Acesso em: 16 mai. 2023. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 11 mai. 2023. competição entre os trabalhadores, Diário Liberdade, 2016. Disponível em: Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

FRANCO, D. S.; FERRAZ, D. L. da S. **Uberização do trabalho e acumulação capitalista**. Cadernos EBAPE.BR, Rio de Janeiro, RJ, v. 17, n. Especial, p. 844–856, 2019. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/view/76936>. Acesso em: 16 maio. 2023. <https://gz.diarioliberalidade.org/artigos-em-destaque/item/90878-marcio-pochmann-auberizacao-leva-a-intensificacao-do-trabalho-e-da-competicao-entre-ostrabalhadores.html>. Acesso em: 11 mai. 2023.



LEMES, A. C. R. P. **Uber e o uso do marketing da economia colaborativa.** In: LEME, A. C. R. P.; RODRIGUES, B. A.; CHAVES JUNIOR, J. E. R. **Tecnologias disruptivas e a exploração do trabalho humano.** São Paulo: LTr, 2017. p. 77-88.

MACHADO, Ricardo. **Uberização traz ao debate a relação entre precarização do trabalho e tecnologia.** Edição 503 –24 abril 2017. Disponível em: <<<http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/6826-uberizacao-traz-ao-debate-a-re-lacao-entre-precarizacao-do-trabalho-e-tecnologia>>.

MARTINEZ, L. **Curso de direito do trabalho: relações individuais, sindicais e coletivas do trabalho.** 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

MARTINS, Ana Christina Tavares; DE MIRANDA, Maria Geralda. **CAPITAL SOCIAL, PRECARIZAÇÃO E UBERIZAÇÃO DO TRABALHO.** LexCult: revista eletrônica de direito e humanidades, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 93-108, dez. 2017. ISSN 2594-8261. Disponível em: <<http://lexcultccjf.trf2.jus.br/index.php/LexCult/article/view/7>>. Acesso em: 16 maio 2023.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital.** São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição.** São Paulo: Boitempo, 2011.

OITAVEN, J. C. C; CARELLI, R. L; CASAGRANDE, C. L. **Empresas de transporte, plataformas digitais e a relação de emprego: um estudo do trabalho subordinado sob aplicativos.** Brasília: Ministério Público do Trabalho, 2018.

PINHEIRO, S. S. M.; SOUZA, M. de P.; GUIMARÃES, K. C. **Uberização: a precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo. Serviço Social em Debate,** [S. l.], v. 1, n. 2, 2020, 53-68. Disponível em:

<https://revista.uemg.br/index.php/serv-soc-debate/article/view/3923>. Acesso em: 16 maio. 2023.

POCHMANN, Marcio. **A uberização leva à intensificação do trabalho e da competição entre os trabalhadores**, Diário Liberdade, 2016. Disponível em: <https://gz.diarioliberalidade.org/artigos-em-destaque/item/90878-marcio-pochmann-auberizacao-leva-a-intensificacao-do-trabalho-e-da-competicao-entre-ostrabalhadores.html>. Acesso em: 4 dez. 2016.

TRT-3 - RO: XXXXX20195030016 MG XXXXX-66.2019.5.03.0016, Relator: Maria Cecilia Alves Pinto, Data de Julgamento: 22/10/2021, Primeira Turma, Data de Publicação:27/10/2021.Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/trt-3/1307220099/inteiro-teor-1307220144>. Acesso em: 14 mai.2023



A CONSTRUÇÃO DE HABILIDADES, TRAJETÓRIAS E CRIATIVIDADE ENTRE TATUADORES JUIZFORANOS

THE BUILDING OF SKILLS, TRAJECTORIES AND CREATIVITY AMONG JUIZFORANOS TATTOO ARTISTS

Rafael Siqueira Machado*

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

RESUMO

O presente trabalho busca aprofundar o tema da constituição de habilidades, trajetórias e criatividades de tatuadores de Juiz de Fora-MG, trazendo o intermédio de reflexões de uma antropologia fenomenológica que dá ênfase ao aspecto da construção de tais elementos através das “relações” com humanos e não-humanos e as implicações que se geram a partir de então. Assim, busca-se dar ênfase às trajetórias como elementos de construção, tanto de habilidades necessárias ao fazer do tatuador, como pontos necessários à constituição de preferências que influenciam diretamente na identidade artística de cada tatuador, tal como o processo de abertura ao mundo e as experiências variadas como pontos nodais de constituição da criatividade.

Palavras-chave: Tatuagem. Trajetória. Criatividade. Habilidades. Preferências.

ABSTRACT

The present work seeks to deepen the theme of the constitution of skills, trajectories and creativities of tattoo artists from Juiz de Fora-MG, bringing the middle of reflections of a phenomenological anthropology that emphasizes the aspect of the construction of such elements through "relations" with humans and nonhumans and the implications that are generated from then on. Thus, it is sought to emphasize the trajectories as elements of constitution, both of the skills needed to make the tattoo artist, and points necessary to the constitution of preferences that directly influence the artistic identity of each tattoo artist, such as the process of opening to the world and the experiences as nodal points for the constitution of creativity.

Keywords: Tattoo. Trajectory. Creativity. Preferences.

* Doutorando em Ciências Sociais na Universidade Federal de Juiz de Fora.

INTRODUÇÃO

O presente artigo é resultado de reflexões feitas a partir de uma etnografia produzida no período de mestrado (2016-2018), em que busquei refletir acerca

Artigo Recebido em: 20/08/2019. Aceito em 06/06/2023.

Revista Idealogando, Recife, v. 7, n. 1, p. 77-98, 2023, Universidade Federal de Pernambuco



Este artigo está sob uma [Licença Creative Commons 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) - CC BY

das construções de habilidades e padrões constitutivos da criatividade entre uma rede de três tatuadores de Juiz de Fora-MG. O período etnográfico se estendeu de 26 de março de 2016 até se findar em 27 de outubro de 2017, englobando além da etnografia, entrevistas e conversas informais. No presente artigo, trago essencialmente algumas vivências do campo acompanhadas de entrevistas que tem por foco central a percepção de como se dá o desenvolvimento artístico dos tatuadores, a forma como a constituição de suas preferências produz profissionais que se direcionam a desenvolver estilos de tatuagens próprios, tal como a forma como se dão os processos criativos na elaboração de desenhos e tatuagens específicas.

Juiz de Fora-MG é uma cidade de porte médio, localizada na Zona da Mata entre grandes metrópoles como Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, contando com mais de 560 mil habitantes¹. Apenas em sua região central, é possível encontrar mais de 25 tatuadores (segundo um levantamento prévio que fiz anteriormente a entrada no campo) disponíveis em variados estúdios de tatuagem. Dentre tais opções, segui a pesquisa selecionando previamente 3 destes tatuadores que guardavam importantes relações entre si, como será possível notar adiante.

É importante frisar que o campo de tatuadores não apenas em Juiz de Fora como em todo o mundo é altamente plural e variado, não sendo possível radicalizar as presentes análises como padrões universais. Da mesma forma que existem tatuadores especialistas em determinados estilos de tatuagem, limitando seus trabalhos e estes estilos, existem aqueles que limitam seus trabalhos à portfólios fechados, englobando principalmente desenhos gerais (modelos de dragões, flores e borboletas) e nomes de pessoas. No presente caso, a ênfase se dá ao grupo de tatuadores que direcionam sua arte à construção de um estilo particular que permeia a variedade de tatuagens feitas e disponíveis a se fazer.

A TATUAGEM NO OCIDENTE CONTEMPORÂNEO: CONTEXTUALIZAÇÃO DA PRÁTICA

¹ Disponível em:

<http://diarioregionaljf.com.br/2017/08/30/ibge-afirma-que-juiz-de-fora-e-a-quarta-cidade-mais-populosa-do-estado/> Acesso em 02 jun. 2018



A tatuagem é um fenômeno amplamente presente em vários locais do mundo, permitindo a construção de diversas práticas à ela vinculadas. No Ocidente, ainda que sua presença date da antiguidade greco-romana, a expansão da prática se dá no contexto das Grandes Navegações do século XVIII e a descoberta da Oceania. Neste período, segundo Fonseca (2003):

[...] o contexto social em que se começou essa prática no Ocidente se deu a partir do contato com outras culturas, distantes e diferentes, cujas artes, tais como as tatuagens, eram vistas como “exóticas”. Um exotismo que seduzia aos viajantes, que se converteram em intermediários de um saber que se foi apropriando paulatinamente através das viagens, do ir e se tatuar, de retornar e se mostrar, de provar, de começar a aprender e de experimentar em seus próprios corpos. (FONSECA, 2003, p.19)

Tal contato com culturas ainda “desconhecidas” gera a expansão da prática da tatuagem principalmente entre marinheiros, prostitutas, presidiários e soldados, resultando certo estigma social da prática por conta de sua ligação com classes marginalizadas. Nos anos 1950, 1960 e 1970, diversos grupos adotam a tatuagem enquanto marca de identificação - motoqueiros, punks, neonazistas e outros - que se apropriam de símbolos e desenhos particulares como marcadores de pertença, como Le Breton (2004) destaca. Na década de 1980 inicia-se um processo de transformação do estigma social da tatuagem, graças a diversos fatores. O primeiro é a criação de estúdios personalizados em países europeus e EUA, que podem abrir suas portas a partir de um relativo controle estatal das práticas de tatuagem: “instalar uma loja significa passar por uma série de requerimentos de ordem jurídica, comercial e sanitária” (FONSECA, 2003, p.26). O segundo é, com a legalização da prática em diversos países, a construção de uma indústria focada na criação e aprimoramento de máquinas de tatuagem, tintas, cadeiras, agulhas, máscaras e luvas de higiene, equipamentos de esterilização, etc. Enquanto a tatuagem era uma prática ligada a grupos marginalizados e praticada em ambientes precários (barbearias, prisões, fundo de bares), se ligava ao estigma do perigo e risco. Porém, com a expansão regulatória, controle social e a criação de uma indústria da tatuagem, além da expansão do número de tatuadores e sua decorrente especialização em diversos

âmbitos artísticos (LE BRETON, 2004), a tatuagem passa a ser, paulatinamente, uma prática presente em diversas classes sociais antes não atingidas. Como Le Breton (2004) defende, a tatuagem passa a se vincular à expressão da subjetividade moderna (o que não apaga outras formas de uso), das preferências individuais.

Machado (2017) resgata as contribuições de Annemarie Mol (2002) no que tange a compreensão da tatuagem a partir do contexto e das práticas à ela vinculadas para repensar o fenômeno no Ocidente contemporâneo. Nesta linha, a tatuagem é pensada no Ocidente enquanto prática unificada:

Tal unificação repousa em sua suposta objetividade: a inserção de tinta na derme por agulhas. Ainda que as motivações que levem à prática tal como as significações posteriores envolvam uma diversidade analítica importante, tais aspectos condenam-se à pura interpretação. (MACHADO, 2017, p.135)

Isto é, a universalização da tatuagem sob esta ótica compreende o fenômeno descolado de qualquer relação social/espiritual que possa se vincular em outro contexto cultural/grupal, relegando qualquer questão deste nível a simples formas interpretativas. A objetividade da tatuagem repousa no fenômeno de inserção de tinta na pele por meio de máquinas criadas pra isso, e o resultado prático destas questões é a valorização do aspecto estético da tatuagem: “tatuagens maori, samoanas, japonesas, indígenas e etc são importadas como variações artísticas, desvinculadas de seus contextos culturais particulares” (MACHADO, 2017, p.136), tal como a ênfase no desenvolvimento de equipamentos e tecnologias que resultem em uma melhoria estética da tatuagem, ou seja, a criação de agulhas de diversas espessuras, tintas antialérgicas, máquinas mais rápidas e leves, e etc. Todos estes pontos vem sustentar o argumento da perspectiva ontologizante ocidental da tatuagem enquanto fenômeno visual objetivo, não ligado *em si* a qualquer perspectiva sobrenatural ou espiritual. Tem-se aqui a compreensão de que o argumento delineado não é capaz de dar conta de todo o fenômeno da tatuagem no próprio contexto ocidental, mas destaco-o para enfatizar seu caráter de discurso legitimado da tatuagem enquanto fenômeno de inserção de tinta na pele por equipamentos próprios, desvinculado de qualquer outra prática que possa envolver relações

com seres espirituais ou divindades.

Na esteira deste macro contexto os tatuadores situam-se no centro do vórtice, sendo tanto uma construção do meio como também construtores. Compreendendo então o contexto contemporâneo (pós anos 1980) da tatuagem por uma expansão da prática por diversas camadas sociais, resultado do processo de legalização de estúdios especializados (FONSECA, 2003; OSÓRIO, 2006), o tatuador passa a atender uma variedade tanto quantitativa quanto qualitativa de clientes. A consequência é a especialização de tatuadores em vários “estilos artísticos” (realismo, tribal, maori, *old-school*, *new-school*, aquarela e etc), ocasionando uma formação plural focada na busca por destaque e diferenciação através da qualidade artística e capacidade de criar um estilo particular. A tatuagem, localizada aqui a partir de sua ênfase estética; focada no bem-fazer, na perfeição de traços e preenchimento de cores, sombreamentos e efeitos de texturas, inclina sua atenção para as potencialidades de desenvolvimento criativo, inovador e visualmente agradável. Portanto, é importante frisar que os três tatuadores analisados ao longo da pesquisa inserem-se em um campo específico da tatuagem na cidade de Juiz de Fora-MG, mas o tema da criatividade enquanto propulsor da construção de desenhos e estilos próprios permeia o campo de atuação destes sujeitos.

CONSTRUÇÃO DE TRAJETÓRIAS E PREFERÊNCIAS

Tendo a pesquisa se localizado num espaço de tempo superior a um ano e seis meses, pude acompanhar parte da trajetória de três tatuadores juizforanos selecionados previamente: Breno, Lígia e Sebá. Breno tatua há cerca de dez anos e, além de seu trabalho como tatuador, possui formação acadêmica à nível de doutorado, defendendo uma tese em 2016 no campo da Artes abordando os processos da tatuagem (BITARELLO, 2016). É proprietário do estúdio TattooHome ao lado de sua esposa e também tatuadora Lígia, que tatua acerca de dois anos. Já Sebá tatua há quase três anos e é proprietário do estúdio Sebá Tattoo. Tanto Lígia quanto Sebá iniciaram suas carreiras de tatuadores por intermédio da orientação de Breno, definindo aí uma rede importante de trocas de informação e construção mútua entre os três sujeitos.



Ao traçar aqui eventos e processos vinculados a trajetória dos tatuadores pesquisados, será possível destacar que estas não se vinculam unicamente ao aspecto profissional, mas se entrecruzam e conectam-se experiências pessoais de diversas origens que possam ser relevantes em sua formação e, “como irá se observar, aspectos morais, técnicos, experienciais e etc ocupam simetricamente lugares privilegiados nas narrativas” (MACHADO, 2018, p.22).

Deleuze e Guattari (1995) destacam a ideia de “devir” como característica essencial da condição existencial, apontando o entrelaçamento das coisas que não se dá por conexão, mas pela conjunta movimentação, tal qual um violino em relação ao arco e a mão na produção de uma música. Essa forma de agregar, a *ecceidade* (DELEUZE; GUATTARI, 1995), é a essência da concepção destes autores sobre o movimento. Neste sentido, ao trazer no presente trabalho as trajetórias dos tatuadores enquanto elementos reflexivos, implica em fazer do “devir”, da “*ecceidade*” de Deleuze e Guattari (1995), um ponto analítico que permite destacar a constante transformação dos sujeitos e perceber como a relação entre pessoas, experiências e etc transpassam a individualidade. Ou seja, cabe aqui destacar as trajetórias relacionais e experienciais entre os tatuadores pesquisados, enfatizando pontos de movimentação conjunta e transformativa que permeiam a construção destes sujeitos enquanto profissionais da tatuagem em busca de individualização artística.

Como complementação conceitual, parto também da concepção de “teoria ator-rede” de Bruno Latour (2012). Tal conceito aponta a ideia de rede não apenas sob o viés de um imbricamento conectivo, mas destaca a essencialidade do argumento de Deleuze e Guattari. Se num sentido amplo suas relações se dão principalmente através da concepção de constituição associativa, o que o aproxima também do pensamento de Gabriel Tarde. Esta constituição associativa rompe com a dicotomia entre realidade e construção, afirmando a essencialidade realista daquilo que se constrói. Isto é, no campo da ciência por exemplo, fatores econômicos, religiosos, políticos e etc são associações essenciais na construção de um possível pensamento científico, fruto de investimentos financeiros, entre outros fatores, para pesquisas que possam ser socialmente utilizáveis. Cabe então, por meio do conceito teórico-metodológico da “teoria ator-rede” seguir os

atores nas associações que estes criam, formando grupos, instâncias de objetos, pessoas, experiências e etc: “Para empregar o slogan da ANT [actor-networktheory], cumpre ‘seguir os próprios atores’, ou seja, tentar entender suas inovações frequentemente bizarras, a fim de descobrir o que a existência coletiva se tornou em suas mãos” (LATOURET, 2012, p.31).

O conceito de “rede” de Latour (2012) apresenta-se como princípio importante para expansão do campo de análises, englobando além das relações entre sujeitos tatuadores, associações com experiências, objetos, situações e etc, que possam apresentar-se como essenciais na construção da identidade destes tatuadores e de ferramentas para exercício de criatividade. Esta proposta parte de um rompimento apriorístico entre sujeito e objeto, entre meio de ação e re-ação: “permitindo com que objetos [e experiências] sejam tão ativos e reativos nas práticas dos sujeitos quanto os sujeitos são em tais objetos [e experiências].” (MACHADO, 2018, p.18).

Assim, ao dar ênfase às trajetórias dos tatuadores, tenho em vista a perspectiva de não priorizar uma análise espaço-temporal de conglomerados de experiências e práticas que acrescentariam aos sujeitos elementos para um objetivo definido a priori. Trata-se então, mais do que acumular elementos, definir a rota a partir do próprio caminho, envolvendo tanto a materialidade das oportunidades experienciais, quanto abstrações, ideias, princípios éticos e etc, e dessa forma, destacar o desenvolvimento da criatividade a partir do caminho percorrido.

Tomo Breno como ponto de partida na análise por ser quem se liga aos outros dois tatuadores de forma ampla, mesmo que a relação com Sebá e Lígia não seja uma relação mestre-aprendiz, como Ferreira (2012) aponta no envolvimento de tatuadores mais experientes e iniciantes, sendo mais próxima de uma orientação para evitar erros, não ensinar a prática. Tendo iniciado seu curso de graduação em Artes na UFJF, Breno interessava-se por seguir a carreira de desenhista de quadrinhos, quando um amigo comprou uma máquina de tatuagem e fez despertar seu interesse pela prática, ainda que este tenha revelado seu gosto pela tatuagem desde criança. No início, a falta de informação sobre práticas de tatuagem e a pouca disponibilidade de outros profissionais são

fatores relevantes que marcaram a gênese da carreira de Breno:

Breno: As condições eram difíceis, por exemplo: não tinha ninguém para ensinar. Você falava que ia começar a tatuar e a galera ria. Então, coisas que agora, graças à Deus, a galera aprende em duas semanas, eu demorei quatro anos. Não tinha ninguém! Era murro em ponta de faca e vamos ver o que que dá. Eu tatuei pele de porco, EVA, laranja e tudo que der.

Ao longo de sua graduação e mestrado, Breno passou por algumas mudanças de cidade, intercalando períodos em que tatuava e outros que precisava deixar a prática de lado, ainda que este período tenha sido essencial para sua própria formação, graças a certos cursos que este participou, tanto sobre tatuagem quanto de outros temas que poderiam ser adaptados à prática. Já no doutorado, Breno teve oportunidade de desenvolver sua pesquisa na modalidade sanduíche, realizando parte dela na Califórnia-EUA, local em que foi possível conhecer o tatuador Guy Aitchison, famoso no mundo todo por ser o grande desenvolvedor do estilo biomecânico e biorgânico. Este encontro, visto por Breno como essencial em sua trajetória, torna-se paradigmático pela receptividade de Aitchison com Breno - um sujeito de outro país e, até então, desconhecido.

Breno: Eu fui encontrar com o cara [Guy Aitchison] e ele é de uma humildade, de uma doçura, de uma beleza interior que é tão grande que eu pensei “Caralho, todo mundo tinha que conhecer esse cara”. Eu estava na frente de um dos caras que revolucionou a tatuagem. Ele tem uma pegada de não segurar o conhecimento.

Tal encontro despertou em Breno exatamente este impulso em compartilhar o conhecimento adquirido ao longo de sua trajetória, algo diferente do que viveu. Após o doutorado, já estabelecido em Juiz de Fora, passa pelo estúdio Bioma por um período de tempo e abre o TattooHome, com sua esposa Lígia.

Lígia, por sua vez, tatua a cerca de dois anos e, opondo-se à Breno, não passou pelas dificuldades por ele elencadas:

Lígia: O meu começo foi completamente o oposto do Breno, porque eu tive muito mais acesso a tudo, tanto com internet hoje que facilita tudo e tal. O meu [começo] foi por pilha do Breno! Uma vez a gente “tava” desenhando juntos e ele falou: “Pô, você nunca pensou em começar a tatuar?” Aí quando o Breno voltou com essa pilha a gente

já tava namorando. Ele disse: “faz uma tatuagem em mim?” Eu fiquei: “que isso Breno, você é maluco?! Claro que não!” Tá bom que eu desenho, mas não pra tatuar. Eu já cogitei a trabalhar em balcão de estúdio de tatuagem só pra estar nesse meio, pois sempre fui muito encantada. Eu tatuei o corpo inteiro antes de começar a tatuar. Só que eu via isso como impossível pra mim.

Como apontado, além do fácil acesso a informação por via da internet, Lígia iniciou sua carreira com equipamentos de alta qualidade utilizados por Breno, sendo este seu “orientador”, sugerindo correções em desenhos, sugestões técnicas e etc. Tendo seu desenvolvimento sido rápido, logo no primeiro ano como tatuadora Lígia larga seu emprego para dedicar-se totalmente ao novo trabalho, fundando também o TatttoHome. Diferindo de trajetórias como a de Breno, também evidenciadas em Fonseca (2003); Osório (2006); Ferreira (2014) e outros, o caminho percorrido por Lígia não é caracterizado pelos percalços tão comumente mobilizados: falta de acompanhamento de tatuadores experientes, falta de equipamento, clientes e etc. Isto é, sua trajetória difere essencialmente pelas oportunidades que dispôs e possibilitaram seu rápido desenvolvimento artístico, juntamente com a dedicação total à prática.

Por seu turno, Sebá combina pontos que o aproximam tanto de Breno como de Lígia. Sua primeira experiência com o aprendizado da prática careceu de êxito, haja vista a negação e “má vontade” de outros profissionais em ajuda-lo, situação revertida em seu encontro com Breno.

Sebá: Eu comecei a tatuar com a ajuda do Breno. Antes tinha procurado um outro cara que não me ajudou em nada e ficou de má vontade. Eu falei com ele que tinha muita vontade, muito interesse em tatuar mas não sabia nem por onde começar, por falta de informação mesmo né?! Aí ele chegou e me deu a ideia: “Oh, eu vou ficar mais tempo em Juiz de Fora. Quando eu voltar, se você animar, a gente começa. E dali ele foi me ensinando. Desenho que é o essencial mesmo né? Aí ele disse: “Pra tatuar é óbvio que você tem que ter uma prática com a máquina, isso é agravante, mas o mais importante é saber desenhar, então você tem que ‘comer’ desenho noite e dia. Se não sabe, tem que ir buscando os fundamentos um a um o tempo todo, senão você não vai pra frente”.

Nota-se em seu depoimento a ênfase dada ao encontro com Breno enquanto gênese de sua carreira de tatuador. A necessidade de dedicar-se às práticas de desenho enquanto elementos essenciais para a tatuagem também

constituem alguns dos pontos centrais na formação de Sebá (mas também do próprio Breno e de Lígia). A partir de então, Sebá passa um período de tempo tatuando em um estúdio compartilhado, o Bioma, até fundar seu próprio negócio: o Sebá Tattoo.

Na relação com Sebá e Lígia, Breno não se porta como mestre, mas um facilitador que cobra de ambos a dedicação em desenho e prática com a máquina, seja em tecidos EVA, pele de porco e etc. O papel de Breno é fornecer dicas de como segurar a máquina em certas circunstâncias, acertar pontos fracos de desenhos e tatuagens, sugerir ideias e etc.

Lígia: Ele [Breno] sempre está do meu lado o tempo inteiro, quando vou desenvolver um desenho eu sempre peço opinião dele.

Breno: São dicas bem pontuais, e isso é do campo mesmo. Ou acho que pelo menos deveria. Ao invés da galera ficar brigando uns com outros, deveriam se juntar e brigar por um bem maior. Acho que é isso, é colaborar. As vezes eu pergunto [pra Lígia]: “e aí amor, o que você acha?” “Pô, não gostei não, acho que você deveria fazer isso ou aquilo”. Crítica construtiva é a melhor coisa que existe.

Sebá: Pô, o Breno sempre me ajudou bastante. Até hoje ele me manda uns desenhos que sabe que eu vou curtir. Desde o começo ele sempre me deu umas dicas sobre o que eu poderia fazer, acertar um detalhe aqui, corrigir um erro lá. É sempre uma dica que ajuda mesmo a gente desenvolver.

A consequência direta desta questão tangencia o próprio desenvolvimento dos sujeitos em seus campos preferenciais particulares. Em certas conversas e acompanhamento de trabalhos, pude perceber que Breno segue um estilo de tatuagem que mescla o uso do preto e cinza com desenhos inspirados em temáticas abstratas, voltadas para explorar texturas de tecidos, plantas e etc, mesclando com diferentes desenhos. Lígia opta por trabalhar com desenhos de traços mais finos e delicados, com menos preenchimento de tons de preto. Já Sebá segue a linha de preferências voltadas para temas ocultistas, sobrenaturais e demoníacos, utilizando-se do intenso uso de preto e tipos de desenho mais inspirados em tatuagens dos anos 1950 e 1960, o chamado *old-school*. Tais disparidades de estilos de tatuagem desenvolvidos pelos três interlocutores, se originam exatamente neste tipo de orientação de Breno, ou seja, Breno não prioriza a formação de seguidores em estilos artísticos próprios ou mesmo “ensina” a tatuar, mas preza que Lígia e Sebá busquem por conta própria os

elementos que viabilizem sua formação enquanto tatuadores, tanto na prática de desenho, quanto na necessária formação de estudos em estilos que mais os agradem, cabendo a Breno o papel de corrigir erros e sugerir questão. É mais uma questão de orientação do que ensinamento.

Na rede (LATOIR, 2012) formada em torno de Breno-Lígia-Sebá é possível destacar, ainda que de forma resumida, que a construção dos tatuadores na relação com outros não se dá por meio da incorporação de técnicas, mas por orientações que buscam tanto corrigir equívocos quanto sugerir ideias e possíveis experimentações no campo da tatuagem, abrindo caminho para um desenvolvimento particular de cada tatuador, tendo em vista construir um “estilo” próprio de desenhos a serem tatuados a partir da mesclagem e combinação de diferentes estilos de tatuagem, movimentos artísticos e etc. A construção de saberes da tatuagem, assim, dá-se pela constituição associativa no sentido atribuído por Latour (2012) a partir da influência de Deleuze e Guattari (1995), isto é, a partir de associações relacionais com experiências de vida, interações e relações.

Aprofundando a questão, é possível recorrer ao pensamento de Tim Ingold (2015), destacando sua perspectiva da trajetória enquanto movimento constitutivo do ser. Ingold (2015) parte de uma radicalização da concepção do sujeito como essencialmente vinculado ao seu movimento, ou seja, ele é o caminho que percorre. Tal noção também guarda ampla aproximação com Deleuze e Guattari (1995), mas desta vez absorvendo a essencialidade do movimento, do devir, como ponto central: “O mundo, para mim é um emaranhado de fios e caminhos. Vamos chama-lo de malha [...]. Meu argumento afirma que a ação [...] emerge da interação de forças que são conduzidas ao longo das linhas da malha” (INGOLD, 2015, p.148).

A partir de tais arcabouços conceituais e teóricos, busco sustentar (em relação ao campo e as entrevistas aqui mobilizadas), que a relação de Breno com Lígia e Sebá se dá a partir da correção e sugestão de ideias que possam enriquecer as potencialidades de criações futuras, investindo numa formação não focada num aprendizado fixo e transmissivo, mas eminentemente aberto e relacional, que se faz no enveredamento em múltiplos caminhos e a busca por

especializações em estilos variados a partir dos interesses individuais. O foco das relações é permitir que os tatuadores singrem de forma independente caminhos à sua escolha: “Seu acompanhamento [de Breno] não torna os tatuadores dependentes, mas incentiva a pesquisa e aperfeiçoamento de um estilo próprio pautado nas preferências que não se prendem exatamente ao próprio campo da tatuagem.” (MACHADO, 2018, p.49)

No que tange às relações com as argumentações teóricas aqui mencionadas, tais proposições sobre as relações dos tatuadores permitem destacar a formação de uma rede, no sentido atribuído por Latour (2012), englobando a constituição dos tatuadores por meio das relações que tecem entre si, tal como nas associações com instâncias que influenciam a construção de um estilo próprio (sobre tal temática, me deterei com mais ênfase no subtítulo seguinte). Breno, na relação com Guy Aitchison, afetou-se pela receptividade e ajuda recebida, buscando levar tal disponibilidade de ajuda adiante, no caso com Sebá e Lígia. Num âmbito de formação artística, a rede constitutiva da identidade artística de Breno comporta o gosto por tatuagens em preto e cinza, mesclando o gênero abstrato, comumente chamado de biorgânico, explorando tessituras, musculaturas, veiuras de plantas, texturas de ossos e crânios combinados com desenhos variados. Sebá comporta em sua formação o gosto por tatuagens *old-school* explorando temáticas ocultistas e o uso intenso de cores mais escuras, ao passo que Lígia explora o preto e cinza por traços delicados, dando ênfase ao movimento das figuras que cria. As redes aqui mobilizadas são pensadas de forma variada e complementar, tanto englobando as relações entre sujeitos, como redes de constituição que envolvem a relação com aspectos constitutivos de suas preferências, a saber: experiências, estilos artísticos, filmes e etc. Isso mostra exatamente o sentido “simétrico” que Latour (2012) engloba em sua noção de rede ao incorporar um campo relacional com humanos e não-humanos.

Em relação à Ingold (2015), percebe-se que o campo constitutivo das experiências de vida, sejam na relação com outros sujeitos, em estudos sobre arte, estilos de tatuagens ou aprofundamento em temáticas particulares, serve como base para a construção dos sujeitos, concebidos enquanto linhas em

movimento contínuo na produção de emaranhados, de teias de vida (INGOLD, 2015). As experiências, relações e constituições de preferências dos tatuadores são pontos de encontro que constituem não apenas a bagagem experiencial dos sujeitos, mas suas ferramentas de ação no mundo e as bases para, no presente caso, desenvolvimento de criatividade na criação de desenhos a serem tatuados, buscando dentro de um contexto Ocidental da tatuagem, certo tipo de identidade artística. Nesta linha argumentativa, a questão deste subtítulo foi explorar as possibilidades de reflexão acerca das relações entre tatuadores experientes e iniciantes, localizando estas relações não em termos de incorporações de técnicas dadas, mas orientações, dicas e correções para que os iniciantes evitem erros e invistam em suas construções identitárias de tatuadores a partir da união de suas preferências. Isto é, estas relações são muito mais abertas, dando suporte a uma formação enfatizada nos estudos e pesquisas feitos pelos próprios interessados.

Em relação ao contexto geral da tatuagem no Ocidente, tendo como referência sua matriz de ênfase estética e os variados caminhos de desenvolvimento artístico de tatuadores, destaco aqui a percepção da relação de Breno com Lígia e Sebá não como mestre-discípulo (FERREIRA, 2014), mas uma orientação que visa corrigir erros e fornecer sugestões, cabendo aos neófitos a construção de seus próprios estudos, formação de preferências e aprofundamento em estilos variados. Por tal expansão da tatuagem na sociedade contemporânea pós 1980 ser capaz de absorver diversas matrizes de preferências e gostos advindos da variedade de classes e grupos, a formação de cada tatuador permite-se entregar à abundância de potencialidades de caminho, não havendo necessidade de pensa-la pelo viés de ensinamentos rígidos passados de geração em geração, na qual o mestre transmitiria um saber fixo ao neófito, para que este reproduza-o. No contexto atual em que vários estilos de tatuagem pululam², chamando a atenção de diversos grupos, preferências e classes, a possibilidade de especialização de cada tatuador é altamente variada, cabendo apenas a este a busca por formar sua identidade como tatuador. Cabe agora, no que tange a constituição de preferências e relação com a criação de

² Entre eles, pode-se citar alguns: *old-school*, *new-school*, tribal, maori, realismo, aquarela, celta, biomecânica, biorgânica, feminina, etc.

desenhos, explorar a construção dos processos criativos e as ligações com a bagagem experiencial de cada tatuador.

CRIATIVIDADE ENQUANTO ABERTURA AO MUNDO EXPERIENCIAL

A criatividade, vista enquanto ferramenta analítica, permite pensar uma gama de possibilidades em meio a pluralidade de um conceito. Para o presente caso, a criatividade envolve:

a potencialidade de criação de tatuagens de forma que destaquem o tatuador como alguém diferenciado de outros, seja na construção de técnicas de desenhos, traços ou outras características específicas que denotem um “estilo” particular, ou a criação de desenhos únicos, ou seja, não copiados. (MACHADO, 2018, p.59)

Desta forma, sugiro partir de uma reflexão que toma a criatividade não por uma suposta essencialidade “mágica” ligada a natureza do sujeito, isto é, vista como um “dom” divino/natural. Penso aqui o conceito pela via de uma construção trabalhada ao longo do tempo. Nesta linha de análise, Richard Sennett (2015) contribui com reflexões acerca do tema, apontando que os processos de inspiração e criação ocorrem pela via do treinamento e repetição:

Uma criança prodígio como Wolfgang Amadeus Mozart efetivamente tinha a capacidade de se lembrar de uma quantidade impressionante de notas, mas entre os 5 e 7 anos de idade Mozart aprendeu a treinar sua grande memória musical inata improvisando no teclado. Desenvolveu métodos para parecer estar produzindo música espontaneamente. A música que comporia mais tarde também parece espontânea porque a anotava diretamente na página, com relativamente poucas correções, mas as cartas de Mozart mostram que ele perpassava as partituras mentalmente repetidas vezes antes de registrá-las nas pautas. (SENNETT, 2015, p.48; 49)

O que o autor aponta é a centralidade da repetição e insistência como ferramentas ligadas ao aprimoramento prático. Os três tatuadores pesquisados buscam estudar e praticar variadas técnicas de tatuagem e desenho, buscando mesclá-las na criação de algo vinculado as suas preferências. Breno destaca a centralidade de certos artistas e elementos que afetam-no em sua formação enquanto tatuador. Vários destes elementos extrapolam o campo próprio da tatuagem, se misturando em seus desenhos e criando certa identidade artística:

Breno: Cara, pra falar a real, a minha grande inspiradora é a natureza. A melhor, a mais perfeita artista e designer é a natureza. Ela resolve todos os problemas que a gente tem da forma mais elegante possível. De tatuador, o cara que mais me influencia é o Guy Aitchison. Não só pela questão estética mas pela abordagem. Ele se especializa na arte do abstrato, ele chama de abstract tattoo. [...] De artistas são vários, por exemplo: o Giger – que é o cara que fez o Alien – é do caramba, uma puta influência. Dali, Da Vinci, Albrecht Dürer, Gustave Doré, Picasso. Ou seja, um cara do Surrealismo, um cara do Renascimento, um cara do Expressionismo Abstrato. Então todos eles tem uma forma de contribuir. Eu gosto tanto da tatuagem mais abstrata, como de uma parte mais gráfica, uma parte mais de preto. Eu sempre tendo a usar muito o preto, eu acho que ele tem uma força legal. Eu gosto muito da parte abstrata que é onde você pode pirar. [...] Se você olhar um ecossistema, um inseto, como ele tá crescendo, como solta. A veíura de folha, um galho de árvore, um fungo que tá crescendo. Animal em decomposição ... eu tenho um banco de imagens só de fotos de células cancerígenas, vírus. Só de coisas que as pessoas pensam “cara, isso é hediondo. Mas sabe aquela coisa de extrair beleza da dor, de tudo? Acho que a vida tem que ser assim.

Tal fala expressa parte do que presenciei no período etnográfico, no sentido da variabilidade de instâncias de influência que afetam o trabalho de Breno. O centro da questão não está em aprender e reproduzir elementos técnicos de cada estilo, mas ver nestes potenciais de combinação, possibilidades de experimentação; isto é, algo próximo do princípio da *ecceidade* (DELEUZE; GUATTARI, 1995), no sentido das potencialidades de movimento a partir do encontro de Breno com variadas instâncias de influência, que vão desde elementos estéticos da natureza, estilos de pintura, desenho e tatuagem. Estes elementos que o influenciam são encontros variados que abrem novos caminhos e possibilidades combinatórias na criação de tatuagens novas. Em relação à Ingold (2015), é possível afirmar que tais encontros expressam exatamente a constituição destes tatuadores a partir do movimento de suas experiências, de suas linhas de vida (INGOLD, 2015) que formam emaranhados de teias constitutivas das relações tecidas.

Merleau-Ponty em “Eye and Mind” (1964) destaca que o pintor (e aqui, o tatuador) não é responsável por representar uma suposta externalidade objetiva do mundo, mas se expressar através daquilo que seus olhos veem, seu corpo experimenta, e sua mente interpreta “Não vejo [o espaço] de acordo com seu

envelope exterior; eu vivo nele por dentro; estou imerso nele. Afinal, o mundo está ao meu redor, não na minha frente.” (MERLEAU-PONTY, 1964, p.178). Sua arte é uma expressão daquilo que a mente concebe nas suas experiências e aprendizados anteriores, cabendo ao corpo (a mão, no caso) constituir a experiência pela constituição de habilidades específicas; no caso de domínio de técnicas de desenho e tatuagem. Ou seja, o tatuador cria desenhos a partir das experiências e aprendizados anteriores, não no sentido de reproduzir o que foi aprendido, mas usar tais ensinamentos e técnicas como ferramentas de abertura para criação de desenhos próprios.

Sobre a questão de junção e combinação de influências, Nicolas Bourriaud (2011) lança mão do conceito de “radicante” para se referir a potencialidade de “inventar novas relações com o mundo” (BOURRIAUD, 2011, p.123). O artista radicante é expressão de fronteiras porosas que mancha especificações geográficas e culturais, não representando signos, mas tem o objetivo “de produzir relações com o mundo” (BOURRIAUD, 2011, p.157). A constituição do artista radicante, dos tatuadores aqui representados, é dada pela trajetória e por suas experiências, não com uma identificação a estilos particulares. Tais questões são perceptíveis na constituição de influências de Breno e também o serão nas de Lígia e Sebá.

Lígia por sua vez, constrói seu quadro referencial a partir de uma miríade de artistas e estilos encontrados principalmente na internet, sem se preocupar em nomear autores específicos que norteiam seu campo de influências, mas destacar a importância que a diversidade implica em seu trabalho, mesclando influências, ideias e concepções advindas de diversas partes:

Lígia: Em termos de artista eu não achei nenhum completo pra se dizer: “pô, esse é o cara!” Mas tem vários pontos de várias pessoas diferentes que eu penso: “nossa, adoro o jeito como esse trabalha o preto, adoro o jeito como esse deixa as coisas meio gráficas, adoro a delicadeza desse aqui”. Acaba juntando tudo assim, são várias coisinhas de várias pessoas que não são necessariamente consagradas ou tatuadoras.

Por seu depoimento, a questão que aqui transparece segue por uma ideia de potenciais de afetação. Bruno Latour (2008) parte do conceito de “articulação” para se referir às formas de aprendizados produzidos a partir do encontro de

sujeitos com outros sujeitos e/ou objetos que suscitam novas possibilidades de percepções: “Articulação, portanto, não significa capacidade para falar com autoridade [...] mas ser afetado por diferenças” LATOUR, 2008, p.43). Tal conceito implica em dar ênfase à relação enquanto fonte de conhecimento qualitativo, não quantitativo, ou seja, a questão não é saber mais, mas saber melhor. Para a análise presente, não se trata de um acúmulo de conhecimento sobre estilos de desenho e tatuagem, mas elementos que sirvam de potenciais de criação, que expandam o caminho para o melhor desenvolvimento de um estilo de tatuagem. O que Lígia mobiliza em sua fala e em suas tatuagens traz exatamente essa questão: o ponto central de sua construção como tatuadora perpassa o estudo e articulação de vários elementos que julga serem importantes para a criação de desenhos. Já que seu campo referencial não engloba nenhum artista exclusivo que a influencie de modo finalista e cabal, os elementos variados que busca em cada sujeito articulam-se como formas de expandirem seus potenciais de criação. Não se trata de copiar técnicas, estilos ou usos de cores, mas incorporar tais elementos em seu próprio estilo, de sua forma. Podemos observar também, como base no conceito de “articulação” (LATOUR (2008), que apesar de Breno especificar uma série de artistas que de alguma forma lhe influenciam, o foco desta influência segue por semelhante via, no sentido de incorporar elementos de seus trabalhos na prática da tatuagem, abrindo um leque de possibilidades de criação em cada desenho.

Sebá, por fim, aproxima sua fala aos outros tatuadores, destacando sujeitos como Breno que auxiliaram-no em seu início de carreira. No quesito artístico, Sebá segue pela mesma linha de Lígia, não citando de forma específica tatuadores e/ou pintores que influenciem de forma cabal a constituição de sua arte.

Sebá: Tenho muita inspiração em coisas relacionadas ao ocultismo. Coisa desse tipo ou que seja muito bem trabalhada a ideia. Faço muita coisa relacionada ao ocultismo e coisa relacionada ao universo, extra-terrestres e tal. Tudo que é desconhecido me agrada muito. Mas eu não tenho um artista que possa dizer que me inspirou. Eu tenho meus amigos que influenciam e vou procurando também artes na internet que podem me ajudar a melhorar. De vez em quando o Breno me envia umas paradas que ele sabe que eu curto pra dar uma sacada. Hoje em dia, tenho acompanhado muito o instagram Pope of Hell, que fazem uns desenhos violentos.

Aqui, o ponto nodal de sua influência não se atrela nem a estilos ou artistas particulares, mas a uma temática: o ocultismo³. Seu gosto por tal meio é o que impulsiona os estudos sobre o aprimoramento em seu estilo, utilizando artes aleatórias disponibilizadas no Instagram Pope of Hell⁴ e em outras fontes como elementos que expandem suas possibilidades de criação. Mais uma vez, o elementos da articulação (LATOIR, 2008) aqui presentes se dão por meio de uma afetação ampla, no qual o contato com características e elementos expressos na arte de pintores, tatuadores e desenhistas variados são os principais aspectos que podem despertar novas possibilidades de criação.

Se até aqui apontou-se o caráter de combinação articulatória nas relações e estudos que incitam pontos utilizados para criar certa identidade artística por parte dos tatuadores, cabe, por fim, pensar na gênese de criação dos desenhos, na motivação criativa para elaboração. Tal questão segue por uma via de abertura para o mundo:

Lígia: Às vezes umas coisas super nada a ver te inspiram. E não é nem alguém que produza visualmente. Às vezes eu tô conversando contigo e você fala alguma coisa que eu acho que é de uma sensibilidade que eu vou pensar “Nossa...”. Uma vez eu e o Breno estávamos conversando sobre caramujo. Ele disse que achava caramujo muito bonito e ficamos pirando. É um bicho que ao mesmo tempo que é asqueroso, tem uma beleza. Aí eu falei: “cara, faz um caramujo com um castelo em cima”. Ele fez e um cara tatuou.

Sebá: O cliente chega pra você e fala que quer esse trampo, e eu chegar e apresentar uma proposta, é diferente. Se eu só falar com você, você não vai imaginar. Mas se eu tenho uma coisa pra te mostrar, é diferente, porque eu tenho na mente uma biblioteca de imagens maior. Eu já tive ideia de trampo vendo Two and a Half Men.

Breno: Esse é o lance, você fala com alguém e ele diz algo que você pensa: “que romântico isso, sensível”. Eu gosto. É música, às vezes é o que a pessoa te fala, é no dia-a-dia, nos filmes. É o que eu sempre falo, tem que estar com o olho aberto pra tudo. Às vezes se você quer fazer uma tatuagem, vai procurar lá na música, pra você sair da sua área de atuação e da sua zona de conforto.

Tais depoimentos destacam um modelo de criatividade a partir “de uma

³ “Esse ocultismo diz respeito às referências satanistas, anticristãs, thelemitas e etc, ou seja, tudo que envolve conhecimentos (ligados à metafísica) sobre morte, espíritos, demônios e etc.” (MACHADO, 2018, p.72)

⁴ Disponível em: https://www.instagram.com/popeofhell_art/ Acesso em 04 jun. 2018

atenção aos aspectos socioculturais que envolvem o indivíduo, desvinculado da crença ‘romântica’ na genialidade do sujeito.” (MACHADO, 2018, p.74). Isto é, a ênfase se dá num modelo de abertura ao mundo no sentido atribuído por Latour (2008) à ideia de “afetação”. Estar aberto é permitir que filmes, músicas, conversas e outros aspectos da vida cotidiana afetem o sujeito de tal modo que isso gere ideias a serem desenhadas e oferecidas para tatuar. A experiência adquirida com treinamentos em desenho e tatuagens anteriores, somada a construção de um estilo particular pautado nas preferências do tatuador dão o tom da forma como cada uma dessas experiências de “afetação” serão externalizadas na construção do desenho. A criatividade, sendo aspecto essencial na construção de tatuagens, se dá então exatamente pela complementação destes três aspectos aqui analisados: a experiência adquirida em treinamentos, a construção de preferências de estilos diversos que dão base para a identidade do tatuador e, por fim, sua abertura a fazer de experiências variadas e cotidianas a base de inspiração para elaboração de ideias a serem criadas e tatuadas.

Os desenhos criados tem como base apenas sua própria elaboração a partir da vontade do tatuador, e são oferecidos à preços mais baratos em redes sociais para que sejam tatuados, dando pouca margem para o cliente sugerir mudanças. Sobre os desenhos criados a partir da relação com os clientes, a fala de Sebá representa também os posicionamentos de Breno e Lígia. Cabe ao tatuador, na relação com o cliente, apresentar modelos de desenhos criados por estes, já que sua “biblioteca de imagens” (que concerne no conjunto de suas experiências e práticas focadas no aprofundamento de suas preferências) é maior do que a do cliente. Já que o tatuador é o sujeito que possui experiência de como levar pro papel (e posteriormente à pele) ideias abstratas, cabe a este levar ao cliente sugestões a partir de desenhos feitos, no qual mescla-se o pedido do cliente com as preferências artísticas que denotam certa identidade ao tatuador, fazendo com que cada tatuagem, mesmo aquelas criadas na relação com clientes, sigam certo padrão que as caracterize como sendo de tais tatuadores.

CONCLUSÃO

De forma geral, o objetivo de tal trabalho foi trazer algumas reflexões já apontadas em minha dissertação (MACHADO, 2018), aprofundando a questão da constituição da criatividade enquanto mescla da experiência do tatuador, a construção de suas preferências e seu posicionamento de abertura para o mundo, a fim de produzir novas ideias.

O treinamento em técnicas de desenho e produção tatuagens cria padrões de capacidade que permitem que tatuadores se tornem hábeis artífices, como indica Sennett (2015), podendo pensar tanto habilidades cognitivas quanto manuais na elaboração do resultado final. Nesta linha, busquei destacar que o campo experiencial, a constituição de preferências e consequente influência na identidade dos tatuadores a partir de uma multiplicidade de instâncias variadas aponta para a constituição de uma identidade radicante, como sugere Bourriaud (2011). A mobilização de Merleau-Ponty (1964) teve por cerne a percepção do fazer da tatuagem através das possibilidades de criação que partem da experiência constitutiva de tais tatuadores. Por sua vez, tal constituição múltipla de uma trajetória combina a construção dos sujeitos por um viés transformativo, em que os tatuadores são resultados (nunca finalistas) dos caminhos e trajetórias percorridos, tal como Ingold (2015) descreve através da metáfora da aranha e sua teia. Estes trajetos se dão por meio de relações com sujeitos, objetos e elementos que delimitam movimentos possíveis, potencialidades de ação e criação, como a “ecceidade” de Deleuze e Guattari (1995) propõe, isto é, compreendendo os encontros e experiências não como cargas incorporadas quantitativamente, mas potencialidades variadas de transformação do campo de ação. Estas relações, no que tange aos resultados finais (tatuagem), foram pensadas sob a égide das reflexões de Latour (2008, 2012), principalmente fazendo-se valer dos conceitos de “articulação” e “afetação”, em que o sujeito tece suas relações abrindo-se às experiências com o mundo, permitindo-se afetar pelo que estas oferecem e produzindo um tipo de articulação que, na mesma linha do que Deleuze e Guattari (1995) e Ingold (2015) destacam, aponta não para o acúmulo experiencial, mas para a construção de novas possibilidades de percepção e ação, além de trazer a “teoria ator-rede” enquanto viés teórico-metodológico que permeia a relação entre os tatuadores pesquisados e

os elementos que constituem suas preferências e formações. Esta ideia, por fim, permite pensar a elaboração de novos desenhos e tatuagens a partir do que as experiências com filmes, conversas, músicas e etc podem causar nos tatuadores.

REFERÊNCIAS

BITARELLO, Breno. **A Tatuagem Como Processo**. Tese (Doutorado em Educação, Arte e História da Cultura). Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo. 2016

BOURRIAUD, Nicolas. **Radicante: por uma estética da globalização**. São Paulo: Martins Fontes, 2011

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Editora 34. 1995

FERREIRA, Diego de Jesus Vieira. **Artesãos da Pele: aprendendo a ser tatuador. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira**. Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza. 2012

FERREIRA, Vítor Sérgio. **Entre as Belas-Artes e as Artes de Tatuar: novos itinerários de inserção profissional de jovens tatuadores em Portugal**. Revista Antropolítica. n. 37. Niterói. 2014

FONSECA, Andrea Lissét Perez. **Tatuar e Ser Tatuado: “Etnografia da Prática Contemporânea da Tatuagem” Estúdio: Experience Art Tattoo – Florianópolis – SC – Brasil**. 2003. 151f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social , Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC. Florianópolis, 2003

INGOLD, Tim. **Estar Vivo: Ensaio sobre Movimento, Conhecimento e Descrição**. Trad: CREDER, Fábio. Petrópolis: Editora Vozes. 2015

LATOUR, Bruno. Como falar do corpo? A dimensão normativa dos estudos sobre ciência, In: NUNES, J. A.; ROQUE, R. (Org.). **Objectos impuros: experiências em estudos sobre a ciência**. Porto: Edições Afrontamento. 2008. p. 39-61.

_____. **Reagregando o Social. Uma Introdução à Teoria do Ator-Rede.** Salvador: Edufba. Bauru: São Paulo: Edusc. 2012

LE BRETON, David. **Sinais de Identidade: tatuagens, piercings e outras marcas corporais.** Lisboa. Miosóts. 2004

MACHADO, Rafael Siqueira. **A Problematização da Tatuagem sob a Ótica da Virada Ontológica na Antropologia.** CSOnline – Revista Eletrônica de Ciências Sociais. Juiz de Fora. n. 24. 2017

_____. **ARS(TIFEX): articulações na formação e no fazer de tatuadores.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – PPGCSO. Universidade Federal de Juiz de Fora. 2018.

MERLEAU-PONTY, Maurice. Eye and Mind. In: EDDIE, J.M..**The Primacy of Perception, and Other Essays on Phenomenological Psychology, The Philosophy of Art, History and Politics.** Evanston. IL: NorthwesternUniversity Press. 1964.

MOL, Annemarie. **The Body Multiple: ontology of medical practice.** Durham: Duke University Press, 2002

OSÓRIO, Andréa Barbosa. **O Gênero da Tatuagem: Continuidades e novos usos relativos à prática na cidade do Rio de Janeiro.** Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia – PPGSA, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. 2006

SENNETT, Richard. **O Artífice.** Editora Record: Rio de Janeiro. 2015

**ENTRE EUFORIA E MELANCOLIA:
PESSOAS COM TRANSTORNO BIPOLAR E O MUNDO DO TRABALHO**

**BETWEEN EUPHORIA AND MELANCHOLY:
PEOPLE WITH BIPOLAR DISORDER AND THE WORLD OF LABOUR**

Leticia Maria de Luna*

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo observar os impactos do Transtorno Bipolar sobre as relações de trabalho. O Transtorno Bipolar é um transtorno de humor caracterizado por dois estados: estado de mania e estado depressivo. O estado de mania é caracterizado por um tipo de euforia exacerbada, enquanto o estado depressivo é caracterizado por um período de melancolia. O presente artigo é de natureza qualitativa exploratória. Para a elaboração do artigo, utilizamos de três passos: primeiramente, uma revisão bibliográfica dividida em três eixos: explicar o que é o Transtorno Bipolar; inserir a perspectiva sobre o transtorno na discussão nas ciências sociais sobre Sofrimento Psíquico, utilizando um referencial múltiplo e encarando a questão para além da internalização do sofrimento, como problema social e sociológico; descrever as principais mudanças no mundo do trabalho na atualidade e possíveis impactos na subjetividade dos trabalhadores. Em segundo lugar, coletamos dados através de entrevistas semi-estruturadas com pessoas com Transtorno Bipolar e que trabalham. Em terceiro lugar, fazemos uma análise correlativa entre o que foi visto no referencial teórico e as entrevistas. Como resultados, podemos mencionar que observamos um caráter diverso do que os manuais de psiquiatria fornecem sobre a experiência do Transtorno Bipolar; relacionado ao trabalho, a ordem atual, também é algo relativizado, no sentido que cada um possui uma forma de trabalho diferente, e leem a relação entre burocracia, produtividade e demanda no trabalho diferentemente, de modo que os estados de mania e depressão afetam de diversas formas a atividade de trabalho dos entrevistados.

Palavras-chave: Transtorno Bipolar. Mania. Depressão. Trabalho. Sofrimento psíquico.

ABSTRACT

This article aims to examine the impacts of Bipolar Disorder on work relationships. Bipolar Disorder is a mood disorder characterized by two states: manic and depressive. The manic state is marked by an exaggerated euphoria, while the depressive state is defined by periods of melancholy. This study is qualitative and exploratory in nature. The article was developed in three steps. First, a bibliographic review divided into three axes: explaining what Bipolar Disorder is; incorporating perspectives on the disorder into the social sciences discussion on mental suffering, using a multidisciplinary framework and

Artigo Recebido em: 03/01/2024 Aceito em 30/12/2024.

Revista Idealogando, Recife, v. 7, n. 1, p. 99-119, 2023, Universidade Federal de Pernambuco



Este artigo está sob uma [Licença Creative Commons 4.0 Internacional - CC BY](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

addressing the issue beyond the internalization of suffering as a social and sociological problem; and describing the main changes in the contemporary labor market and their possible impacts on workers' subjectivity. Second, data were collected through semi-structured interviews with individuals who have Bipolar Disorder and are employed. Third, a correlative analysis was conducted between the theoretical framework and the interview data. The results indicate a diverse understanding of Bipolar Disorder experiences compared to psychiatric manuals. Regarding work, the current organizational structure is also relativized, as each individual has a unique approach to work and interprets the relationship between bureaucracy, productivity, and job demands differently. Consequently, the manic and depressive states affect the interviewees' work activities in various ways.

Vestibulum sed lobortis urna, sagittis pretium lacus. Pellentesque vitae placerat massa. Fusce dapibus vulputate viverra. Suspendisse ac cursus justo, vel venenatis eros.

Keywords: Bipolar disorder. Mania. Depression. Labour. Psychic suffering.

* Graduada em Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

INTRODUÇÃO

Durante as últimas décadas, mais especificamente a partir da segunda metade do século XX até o início do século XXI, vivenciamos uma série de mudanças: globalização, flexibilização das relações de trabalho, novas tecnologias de informação e comunicação (TIC), entre outras. Essas transformações têm impactado a subjetividade dos indivíduos em múltiplas esferas.

Richard Sennett (2005), por exemplo, observou como o novo capitalismo, o qual têm por marca a ênfase na flexibilidade do trabalho e a capacidade de correr riscos, lança os indivíduos em uma ordem sem vínculos estáveis, que os envolve em um processo amplo de concorrência, destrói o laço de solidariedade e comunidade, e corrói o caráter, isto é, afeta diretamente a subjetividade, destruindo uma perspectiva ética do trabalho.

De uma perspectiva crítica sobre a relação entre sofrimento psíquico e sociedade, Vladimir Safatle (2021) aponta para uma lógica cada vez mais individualizante e concorrencial, derivada do neoliberalismo como meio de governança dos corpos. Isso implica em uma necessidade de subordinação objetiva e subjetiva, onde o indivíduo torna-se responsável por si mesmo, desde os âmbitos do trabalho (onde o trabalhador vira empreendedor de si, tratando-se como capital) até os aspectos relativos à psique (por exemplo, com a transformação da vida emocional em um problema de “gestão”). Por

consequência, se no mundo do trabalho houve uma “psicologização” das relações com vistas a melhor geri-las (Safatle, 2021, p. 31), no âmbito da própria saúde mental, “(...) as próprias técnicas de clínicas de intervenção terapêutica começaram por obedecer, de forma cada vez mais evidente, a padrões de avaliação e gerenciamento de conflitos vindos do universo da administração de empresas” (Safatle, 2021, p. 32).

Com isso, é possível observar práticas de psicoterapias baseadas em lógicas de administração de empresa, não focando mais em questões a longo prazo, mas sim no imediato. Dessa forma, os indivíduos são “treinados”, segundo o autor, para obter melhoramento em suas performances nas organizações empresariais. Um ponto importante da análise feita pelo autor é o fato de que é necessário reconhecer que o sofrimento não é unicamente biológico, mas também social e por isso está relacionado a um sistema externo a ele. (Safatle, 2021).

Outros autores, como Byung-Chul Han (2017; 2019), têm uma argumentação em relação à atualidade e ao sofrimento psíquico que pensa o neoliberalismo como uma ordem que ultrapassa a anterior sociedade disciplinar. Trata-se agora de uma sociedade do desempenho, onde constantemente estamos avaliando e sendo avaliados, sujeitos a um processo de “autogestão” da vida, de modo que a ordem introjeta em nossas mentes as formas de organização social e individual que devemos seguir, em um processo de “psicopolítica”.

Dito isto, o objetivo do presente trabalho é analisar como o Transtorno Bipolar afeta as relações de trabalho na contemporaneidade. Este objetivo tem em vista as questões mencionadas acima que envolvem especificamente as relações entre formas de sofrimento psíquico e nossa sociabilidade, pensando aqui o trabalho como o objeto privilegiado, pois, “[...] mais do que uma categoria psicológica, o sofrimento parece ter se transformado em uma nova chave para se discutir o trabalho, seu significado, seu valor e sua função na compreensão da subjetividade, como também o modo como se estruturam os laços sociais e se vive em sociedade.” (BENDASSOLLI, 2010, p. 70).

Para dar conta desse objetivo, o texto a seguir estará estruturado em três

capítulos, além de conclusão e a presente introdução. O primeiro capítulo, o de referencial teórico, será dividido em duas partes.

Na primeira parte, procuraremos introduzir e explicar o que é o transtorno bipolar (TB), quais suas principais características e como ele pode afetar nossa sociabilidade; essa última questão mediada pela discussão atual sobre sociedade e sofrimento psíquico. Tendo como base teórica principal duas das principais obras da psiquiatra e ensaísta estadunidense Kay Redfield Jamison sobre Transtorno Bipolar sua autobiografia “Uma Mente Inquieta” (2009) e seu livro sobre a relação entre o Transtorno Bipolar e o ‘Gênio Artístico’ “Touched With Fire” (1994) -, iremos discutir desde definições básicas que caracterizam o transtorno até relação entre indivíduos diagnosticados com o Transtorno Bipolar e o impacto desse transtorno no trabalho exercido por estes.

Na segunda parte do capítulo de referencial teórico, procuraremos dar uma descrição das recentes mudanças no mundo do trabalho, com foco em como os sujeitos têm sido afetados em sua subjetividade. Sennett, com A corrosão do caráter (2005) e A cultura do novo capitalismo (2019), será nossa principal referência, tendo em vista o foco do autor para com questões que envolvem trabalho, cultura, psique e cotidiano.

O segundo capítulo tratará dos procedimentos metodológicos adotados para o presente trabalho. Destacamos que o presente trabalho é de natureza qualitativa exploratória, utilizando como técnica de coleta de dados a entrevista semiestruturada. Buscamos entrevistar indivíduos possuidores de Transtorno Bipolar que trabalham, a fim de observar como essa forma de sofrimento psíquico afeta e é afetada pela ordem atual da vida e do trabalho.

No terceiro capítulo, trataremos da análise dos dados coletados. Buscaremos relacionar o transtorno bipolar e o trabalho dos sujeitos entrevistados.

O TRANSTORNO BIPOLAR

Podemos afirmar que o Transtorno Bipolar se caracteriza, de maneira geral, como uma condição psíquica na qual ocorrem variações de humor as quais partem desde momentos desde a euforia à melancolia. Os principais

atributos que definem o transtorno, levando em conta a perspectiva de variação mencionada, são os estados maníacos e depressivos.

Definiremos mania e depressão de forma mais detalhada posteriormente; aqui, apresentaremos, porém, definições básicas dos dois principais estados. A mania designa por um período no qual o indivíduo comporta-se de maneira eufórica, podendo até mesmo agir além dos padrões sociais de comportamento. Os episódios depressivos seriam uma expressão contrária aos episódios de mania, ou seja, são definidos como situações de baixas do humor. (TUNG, 2007).

O Transtorno Bipolar é muito comum na população de todo o mundo, afetando significativamente a vida de seus portadores. O Transtorno Bipolar é considerado, na literatura psiquiátrica, uma doença geneticamente complexa, pois, para que esta se manifeste, é preciso que exista um conjunto de genes que interagem em uma fisiopatologia complexa. (MICHELON E VALLADA, 2005, p. 22). Porém, faz-se necessário ressaltar ainda que não só os genes, mas também os fatores ambientais estão relacionados com a manifestação do Transtorno Bipolar, sendo esta então uma característica das doenças complexas, segundo estudos psicossociais.

Ainda levando em conta os fatores genéticos relativos ao Transtorno, podemos observar abaixo que os autores avaliam um grau de hereditariedade gerador de predisposição à bipolaridade:

“(...) não está claro como a informação genética se transmite entre as gerações e quais os fatores responsáveis pela expressão do TB. De modo geral, quanto maior o número de afetados com parentesco próximo, maior a chance de um indivíduo manifestar a doença. Por ser uma doença complexa, quanto maior o número de variantes gênicas de suscetibilidade e quanto maior o contato com fatores ambientais precipitantes, maior o risco.” (Michelon e Vallada, 2005, p. 25)

Acrescenta-se a isso que o Transtorno Bipolar é difícil de ser avaliado quando se leva em consideração quando e como são apresentados os primeiros sintomas (ainda assim, alterações na função cerebral de indivíduos os quais apresentam depressão e mania têm sido relatadas). A partir do uso de modelos genéticos e de neuroimagem no transtorno de humor bipolar, pesquisas vêm animando referenciais teóricos e conceituais para que seja possível

compreender como os mecanismos biológicos podem estar ligados com a “apresentação clínica, o curso e a resposta farmacológica” no Transtorno (Machado-Vieira, et. al. 2005, p. 29).

Anteriormente ao DSM III (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais) o Transtorno Bipolar tinha a nomenclatura de “psicose maníaco-depressiva”. Acreditava-se que o mesmo se caracterizava simplesmente por mudanças entre estados depressivos e maníacos. Atualmente, quando se pensa sobre o Transtorno Bipolar, incluem-se características além dessas, assim como formas mais brandas, a exemplo do estado de hipomania (mais leve do que os episódios de mania) etc. Sendo assim, o diagnóstico se tornou popular, já que os critérios não seriam mais tão estreitos, e também por interesses da indústria farmacêutica (CORRÊA & LIMA, 2020, p. 2).

Atualmente, no DSM, o qual em sua versão mais atual é o DSM-V (Manual Diagnóstico e Estatístico De Transtornos Mentais, 2014), podemos encontrar uma definição mais detalhada das diferentes possibilidades de diagnóstico do transtorno bipolar. Uma de suas atualizações refere-se à forma de classificar os transtornos: o DSM-V buscou realizar uma categorização racionalizada dos mesmos, levando em conta que esses são as condições mais diagnosticadas; em seu prefácio, podemos ver que, de definições como episódios “maníaco”, “hipomaníaco” e “depressivo maior”, o manual agora possui as classificações de: transtorno bipolar tipo I, transtorno bipolar tipo II, e transtorno depressivo maior, visando facilitar a compreensão e o diagnóstico (Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais, 2014, p. xlii).

O EPISÓDIO MANÍACO

Na presente seção, pretendemos aprofundar-nos na definição e nas consequências do que foi classificado acima de “episódio maníaco”, uma das características básicas do Transtorno Bipolar. Em primeiro momento, o DSM-V oferece uma definição básica sobre os atributos do episódio:

“A característica essencial de um episódio maníaco é um período distinto de humor anormal e persistentemente elevado, expansivo ou irritável e aumento persistente da atividade ou da energia, com duração de pelo menos uma semana

e presente na maior parte do dia, quase todos os dias (...) O humor, em um episódio maníaco, costuma ser descrito como eufórico, excessivamente alegre, elevado ou “sentindo-se no topo do mundo”. Em certos casos, o humor é tão anormalmente contagiante que é reconhecido com facilidade como excessivo e pode ser caracterizado por entusiasmo ilimitado e indiscriminado para interações interpessoais, sexuais ou profissionais. Por exemplo, a pessoa pode espontaneamente iniciar conversas longas com estranhos em público. Algumas vezes, o humor predominante é irritável em vez de elevado, em particular quando os desejos do indivíduo são negados quando ele esteve usando substâncias. Mudanças rápidas no humor durante períodos breves de tempo podem ocorrer, sendo referidas como labilidade (i.e., alternância entre euforia, disforia e irritabilidade).” (Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais, 2014, p. 127).

Podemos observar acima que o manual caracteriza o episódio como um período “anormal” de variação de humor. Isso significa que ele acarreta comportamentos tidos como desviantes das normas sociais, implicando ações que podem ir desde uma euforia positiva, que acaba levando a uma postura mais extrovertida, tornando o indivíduo mais proativo, comunicativo, até como atitudes de auto sabotagem, de modo a causar comportamentos exagerados e destrutivos para consigo mesmo.

Durante episódios maníacos os indivíduos têm a sensação de aumento de suas potencialidades. Por isso algumas das principais características destes episódios são: auto-estima elevada, grandiosidade, muito falante, loquaz ou logorréico, fuga de idéias, distratibilidade, menor necessidade de sono, aceleração psicomotora, desinibição social e/ou sexual, elevado gasto de dinheiro, maior envolvimento em atividades prazerosas (Dalgarrondo, 2008, p. 317).

Pretendemos, porém, ir além das definições básicas do manual. Para isso, uma obra considerada referência no tema do Transtorno Bipolar é “Uma mente inquieta”, de Kay Redfield Jamison (2009). Jamison é uma psicóloga clínica renomada, autoridade internacional em se tratando da “doença maníaco-depressiva” (Transtorno Bipolar), e é ela própria diagnosticada com o

transtorno.

O referido livro consiste em uma autobiografia, ao mesmo tempo em que traz informações científicas de forma didática, servindo como uma introdução ao tema. Ao mesmo tempo, levando em conta a perspectiva biográfica, é possível observar como o Transtorno afeta aspectos da vida social, com base nos relatos da autora. Para fins do presente trabalho, não abordaremos a biografia de Jamison de forma ampla; pretendemos observar seus relatos específicos relativos aos episódios de variação de humor.

Assim, no estado maníaco tudo parece acelerado. Interior e exteriormente, tudo passa a ser muito interessante e empolgante além do “normal”. Por outro lado, isso não significa que um estado de euforia seja necessariamente algo “positivo”. Os estados de euforia podem ser danosos para a pessoa diagnosticada.

No Transtorno Bipolar, os episódios maníacos, eventualmente, podem proporcionar experiências consideradas positivas, porém as consequências são frequentemente negativas. As experiências podem atingir níveis de intensidade capazes de desconectar o indivíduo da própria realidade. Causando, em seguida, o declínio do humor elevado para estados depressivos.

O EPISÓDIO DEPRESSIVO

Na presente seção, pretendemos discorrer sobre os episódios depressivos, como parte atributiva do Transtorno Bipolar. É importante ressaltar que levamos em conta não a depressão em si aqui, como o transtorno depressivo isolado, mas a depressão causada especificamente pela bipolaridade.

Desse modo, temos que, na fase depressiva do Transtorno Bipolar, as emoções e comportamentos tornam-se desligadas de quaisquer formas de satisfação. Assim, o indivíduo no episódio depressivo sente-se como que em um torpor extremo, diferentemente dos episódios de mania, nos quais os comportamentos e as emoções são experienciados de formas intensas dentro de suas variações.

Abaixo, podemos notar uma descrição dos sintomas da depressão a partir

do DSM V:

“Os sintomas dos critérios para transtorno depressivo maior devem estar presentes quase todos os dias para serem considerados presentes, com exceção de alteração do peso e ideação suicida. Humor deprimido deve estar presente na maior parte do dia, além de estar presente quase todos os dias. Insônia ou fadiga frequentemente são a queixa principal apresentada, e a falha em detectar sintomas depressivos associados resultará em subdiagnóstico. A tristeza pode ser negada inicialmente, mas pode ser revelada por meio de entrevista ou inferida pela expressão facial e por atitudes. [...] Fadiga e perturbação do sono estão presentes em alta proporção de casos; perturbações psicomotoras são muito menos comuns, mas são indicativas de maior gravidade geral, assim como a presença de culpa delirante ou quase delirante.” (Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais, 2014, p. 162).

O manual citado acima mostra que existem determinadas características e sintomas comumente expressados por indivíduos em estado depressivo. Sintomas mais leves como alterações no sono, e aqueles mais severos como alucinações, os quais são considerados nas duas referências, sendo então importantes para o diagnóstico dos episódios depressivos.

Jamison (1994, p. 18) caracteriza o episódio depressivo da seguinte maneira: “The depressive, or melancholic, states are characterized by a morbidity and flatness of mood along with a slowing down of virtually all aspects of human thought, feeling and behavior that are most personally meaningful”. Desse modo, a definição da autora consegue condensar o que vimos acima apenas de forma descritiva dos sintomas, sendo a depressão definida então como uma alteração de humor que pode carregar uma diversidade de características.

SOFRIMENTO PSÍQUICO NA ATUALIDADE E TRANSTORNO BIPOLAR

Na presente seção, pretendemos dar uma abordagem social ao Transtorno Bipolar. Para isso, buscamos inseri-lo dentro da discussão de sofrimento psíquico e sociedade, presente na sociologia da atualidade.

Como apresentamos no início da introdução do presente trabalho, as sociedades pelo mundo vêm experimentando uma série de mudanças ocorridas ao longo das últimas décadas: globalização, flexibilização das relações de trabalho, novas tecnologias de informação e comunicação (TIC), entre outras.



A partir de um paralelo com a perspectiva foucaultiana, Byung-Chul Han (2017) propõe que, se anteriormente ao século atual a sociedade era considerada como disciplinar, a qual seria caracterizada por "sujeitos da obediência", no momento presente a sociedade é designada como 'sociedade do desempenho'. Por consequência, os sujeitos seriam marcados também pelo desempenho, já que tal sociedade funciona buscando engendrar formas de subjetividade que correspondam às suas demandas. Dessa forma, se o momento atual é caracterizado por excesso de positividade, no século anterior, vivia-se uma época imunológica, ou seja, buscava-se afastar a negatividade do que é estranho. A violência neuronal, na forma de uma brutal invasão das psiques individuais por imperativos positivos de ação, enquadra-se no que se pode entender como uma violência sistêmica.

Positividade e desempenho são atributos relacionáveis ao transtorno bipolar, especificamente nos estados de mania, como maior proatividade, disposição para agir, dentre outros sintomas experienciados pelo sujeito bipolar nesse estado. Por isso, o sistema neoliberal se apropria do que é gerado até mesmo pelo sofrimento dos indivíduos.

Byung-Chul Han (2017), mostra que em se tratando de patologias, o presente século caracteriza-se não por bacteriológico ou viral, mas sim por neuronal. Isto é, o hodierno seria marcado pelo excesso de positividade, resultando assim em doenças neuronais como: depressão, transtorno de déficit de atenção com síndrome de hiperatividade (TDAH), Transtorno de personalidade limítrofe (TPL) e Síndrome de Burnout (SB). Assim, Han conclui que os adoecimentos neuronais são estados patológicos causados por um exagero de positividade, ou seja, a superprodução, super desempenho ou supercomunicação são resultados da violência da positividade (p. 21). Essa relação está imbricada com o que o autor chama de passagem da sociedade disciplinar para a sociedade do desempenho: "[...] seus habitantes não se chamam mais "sujeitos da obediência", mas sujeitos de desempenho e produção. São empresários de si mesmos.". (p. 23). Para o autor, essa mudança de paradigma já habita o inconsciente social, de modo que os sujeitos dentro de tal ordem possuem em si o desejo de maximizar a produção. Se a sociedade

disciplinar era organizada em torno da negatividade, de uma série de pressões sobre os sujeitos, a sociedade do desempenho possui um excesso de positividade, uma vontade de proatividade inscrita no sujeito.

Essa discussão gira em torno do que o autor, em outro livro, caracteriza como a forma de dominação na atualidade, que parte de um processo em nós mesmos nos sujeitamos e nos exploramos, a era da psicopolítica.

A psicopolítica neoliberal, assim, tem como objetivo explorar a pessoa, não só o seu trabalho, mas sua subjetividade também no campo da vida, e para isso utiliza de meios cada vez mais sofisticados. Para que o próprio sistema funcione cada vez mais próximo à perfeição, no neoliberalismo o aperfeiçoamento pessoal é sempre estimulado a partir do uso de treinamentos de otimização pessoal. Assim, como resultado da exploração da psique, por consequência, vivemos a era das doenças mentais. A busca por 'otimização pessoal' e 'aumento da eficiência' imposta, de maneiras sofisticadas, pelo neoliberalismo tem frequentemente resultados opostos já que causam a degradação dos sujeitos. O 'desempenho' deixa de ser então uma característica positiva para tornar-se seu perfeito contrário, tendo como uma das principais consequências o adoecimento mental. (HAN, p. 2019).

Em se tratando do neoliberalismo, a análise de Dardot e Laval (2016), tem uma relevância importante por observar a construção do neoliberalismo a partir de uma perspectiva relativa à dominação, no sentido de governança política, fortemente inspirada em Foucault. "O neoliberalismo pode ser definido como um conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência." (2016, p. 17). Essa interpretação sugere mais que uma mudança no caráter econômico: um impacto governamental que visa alterar a própria subjetividade.

Desse modo, o sujeito é produzido pela sociedade neoliberal, de modo que esse possa ser governado e ao mesmo tempo vigie a própria conduta, de modo a ser um elemento concorrencial máximo, assumindo os riscos e responsabilidade por eventuais fracassos (Dardot & Laval, 2016, p. 328). Isso significa, de certo modo, que o trabalhador deve "gerir a si mesmo". Tal gestão inclui as diversas dimensões da subjetividade, como a motivação para persistir

após fracassos ou o “bom humor” na relação com os clientes.

A interpretação de Gabriel Peters (2021) nos mostra que na atualidade do capitalismo, pensando nas relações de vida e no mundo do trabalho, os sujeitos estão inscritos num processo de constante avaliação. Neste sistema avaliativo, uma das principais características é a capacidade dos indivíduos de mostrarem ser diferentes e únicos, e por isso, melhores que os outros. Para isso, não somente do corpo, mas também da mente é exigido, ou seja, o que está no campo da mente começa a fazer parte do que é exigido dos indivíduos no novo capitalismo.

Peters, baseado na ideia de aceleração sugerida por Hartmut Rosa, ou seja, na ideia de que o ritmo da existência dos indivíduos vem sendo alteradas para um modo de existência “situacional”, afirma que com a aceleração do mundo afeta também a percepção de tempo dos indivíduos. Diante das transformações radicais e abruptas dos contextos sociais de experiência torna-se quase impossível pensar o passado como meio de aprendizado, ele não existe, já não serve, é como se estivesse acontecido a mais tempo do que realmente fora, e o futuro nunca poderia existir como se imagina agora, já que quando este se fizer presente será tão efêmero e dessemelhante ao agora (Peters, 2021, p. 79).

Se na modernidade tardia existem formas ideais as quais devem ser seguidas pelos indivíduos, Peters mostra como a depressão pode ser, de certo modo, interpretada então como um “protesto ético-político do indivíduo”, ou seja, o não cumprimento das normas tendo como causa o estar deprimido. De outro lado, o autor aponta a importância de não se deixar cair em romantismos superficiais sobre a questão, já que dessa forma pode ser possível que haja negligência sobre os pesares reais da depressão. Nesse sentido, embora defenda que a questão da depressão seja tratada na esfera política, ele propõe que a mera substituição dos tratamentos considerados “formas individualizadas de tratamento psiquiátrico e psicoterapêutico” pela luta política seria “simplista e irresponsável” (Peters, 2021, p. 81).

Desta forma, sendo o sujeito depressivo interpretado como o fracasso da autogestão na pós-modernidade, essa lógica aplica-se, por conseguinte, ao sujeito em estado depressivo no Transtorno Bipolar. Por isso que, neste estado

de transtorno, se têm experiências associadas ao sujeito que “deu errado”, tendo que lidar com as consequências da experiência depressiva. Vivenciando a depressão, torna-se difícil adaptar-se às exigências de vida e trabalho na atualidade, já que estes sujeitos se encontram, provavelmente, incapacitados de “autogestão”, como demandado pela ordem atual.

Contudo, no Transtorno Bipolar se tem o “adicional” que é o estado de mania, não existente em quadros apenas depressivos. Assim, é possível observar o sujeito no estado de mania, com sintomas os quais podem ser associados a uma pré disposição para exercer uma forma de sociabilidade polivalente e flexível, condizente com o espírito empreendedor do neoliberalismo.

Para aprofundar a análise dos sujeitos dentro dessa ordem, pretendemos, na próxima seção, fazer uma análise das relações de trabalho com ênfase no que se convencionou chamar de capitalismo flexível. Os autores que tratamos até agora, especialmente os da presente seção, chamam a ordem atual de diversas formas: desde “novo espírito do capitalismo” (Peters, 2021 a partir dos trabalhos de Luc Boltanski e Ève Chiapello) até neoliberalismo, capitalismo neoliberal etc. (Han, 2019; Dardot & Laval, 2016), mas optamos pela noção de “capitalismo flexível” por entender, como veremos, as relações de trabalho ligadas à práticas culturais e subjetivas das pessoas, dentro de uma ordem econômica específica que não se resume à sua economia.

MUNDO DO TRABALHO E SUBJETIVIDADE, ONTEM E HOJE

Na presente seção, pretendemos observar os caminhos do mundo do trabalho na atualidade, com foco principal na cultura e subjetividade das pessoas que trabalham. Nosso intuito, aqui, é complementar a discussão acerca das mudanças ocorridas nas sociedades (especialmente as ocidentais) nas últimas décadas. Damos privilégio à discussão acerca das mudanças no mundo do trabalho, levando em conta a vigência do modo de produção capitalista e sua capacidade de adaptação ao longo da história.

Desse modo, as duas questões fundamentais são: a consolidação de um tipo de subjetividade “fordista” durante boa parte do século XX, atrelada a uma

estrutura burocrática envolvendo Estado e capitalismo; e, posteriormente, o tipo de subjetividade flexível que vem a ser, na literatura, um paradigma dominante tanto para o trabalho quanto para a vida, principalmente a partir dos anos 1990.

O CAPITALISMO BUROCRÁTICO E O FORDISMO-TAYLORISMO

A presente seção trata de discutir o que se convencionou por “capitalismo burocrático”, entendendo-o basicamente como uma estrutura organizativa de compromisso e contrapartidas sociais em complemento a uma ordem de trabalho erigida sob as bases do fordismo-taylorismo (que veremos melhor abaixo). Essa estrutura “social”, erigida principalmente no pós-guerra, compreendendo – em diversos casos e formas – direitos do trabalho, direito a organização coletiva e previdência social, funcionou ao capitalismo como legitimadora de sua forma de dominação, permitindo a construção de um senso de narrativa (derivado de seguridade) e linearidade de vida aos trabalhadores (Sennet, 2005). Por fordismo, entendemos um sistema de produção que tem suas origens em 1914, quando Henry Ford introduz o “dia de oito horas e cinco dólares como recompensa para os trabalhadores da linha automática de montagem de carros” em Dearborn, Michigan (Harvey, 2008, p. 121). Esse sistema de produção, impondo uma jornada fixa e um alto salário, como contrapartida à produção em massa e fragmentação do trabalho; esse sistema é associado historicamente à moderna gestão científica, especialmente com o taylorismo, cujo pilar era a transferência do saber para a administração, que coordenaria os processos do fazer. (Antunes, 2015). As revoluções nas formas de gestão da força de trabalho e o avanço sobre a superprodução vêm a conformar o que se convencionou por “paradigma fordista taylorista”, sob a esteira e o cronômetro. Atividades simples com tempo cronometrado, produção em massa, monotonia, etc. (Antunes, 2015).

Sennett (2019) aponta para o fato de que o capitalismo burocrático conseguiu manter, por tempo considerável, uma estabilidade econômica, o que foi responsável por determinadas contrapartidas organizativas na sociedade, o que resultou em um compromisso entre economia e regulação. Isso implica a construção de uma ordem definitivamente hierárquica (em relação à divisão do trabalho), piramidal (isto é, uma base lotada e uns poucos indivíduos no topo), e

um controle cronometrado do tempo, de forma minuciosa, implicando esse triângulo de características numa forma de disciplina específica do capitalismo burocrático. Utilizando a análise de forma weberiana do capitalismo como base, o autor associa o capitalismo burocrático à estrutura militar, assim estando associado ao trabalho.

Acreditamos ser importante não tomarmos como um processo “evolutivo” o capitalismo, se conformando em fases e sem nenhum tipo de “resistência”. Sennett, citando David Noble (2005, p. 46), observa que os trabalhadores na indústria taylorista demonstravam meios de atrapalhar e sabotar os procedimentos de imposição do cálculo frio do cronômetro sobre seu trabalho. Assim, vemos que as mudanças não passam simplesmente batidas pelos trabalhadores, que não são então sujeitos passivos.

O PARADIGMA FLEXÍVEL E O NEOLIBERALISMO: TRABALHO, FLEXIBILIZAÇÃO, “GESTÃO-DE-SI”

Desse modo, partimos de uma apreciação crítica de textos que discutem a atualidade do mundo do trabalho, geralmente centrados em uma noção de “empreendedorismo” que acreditamos ser limitada, e que também pode causar uma compreensão errada das questões que envolvem o trabalho. Assim, é importante resgatar a noção de trabalho, destacando seu aspecto precarizado, flexível.

Os debates acerca do que se pode conceber pela nova ordem capitalista (novo capitalismo, capitalismo flexível, acumulação flexível etc.) podem variar, mas há certo consenso de que as mudanças têm origem a partir da década de 1970, com a crise do Bretton Woods (Sennett, 2019, p. 41) ou com o que se chama de crise estrutural do capital (Antunes, 2015). A crise econômica levou os bancos à exportação de capitais, abrindo uma rede nova de investimentos em diversos países.

Partindo de como Sennett interpreta o capitalismo flexível, é possível entender que a burocracia não “desapareceu”, ela se expressa de outras formas. O regime flexível tem como característica o poder descentralizado, havendo mesmo assim a concentração de poder (Sennet, 2005, p. 63). Além disso, há

uma disciplinarização específica baseada em times de trabalho, com compartilhamento de atividades (p. 59), além de levar em conta um processo constante de reinvenção descontínua de instituições (p. 55), o que significa que cada vez mais ocorrem mudanças nos empreendimentos. Nota-se que vinha ocorrendo uma inquietação em relação ao estado em como as coisas estavam: o comportamento flexível necessita de mudança. Desse modo, este processo de mudança está ligado à estabilização do neoliberalismo (do qual falamos na seção anterior, na discussão sobre sofrimento psíquico).

Para incrementar a discussão, achamos importante também citar a perspectiva de Jonathan Crary, acerca do que ele aponta como um capitalismo “24/7”, isto é, 24 horas por dia, 7 dias por semana, sendo um tipo de regime de super-produtividade baseado na “superação” (pelo capital) do sono, e que observamos como fortemente atrelada ao neoliberalismo. Mais do que um “slogan”:

“[...] a expressão 24/7 é uma redundância estática que desautoriza qualquer imbricação com as tessituras rítmicas e periódicas da vida humana. Evoca um esquema arbitrário e inflexível de uma semana de duração, esvaziado de quaisquer desdobramentos de experiências, cumulativas ou não. [...] muitas instituições no mundo desenvolvido funcionam há décadas em regime 24/7. Mas só recentemente a elaboração, a configuração da identidade pessoal e social foi reorganizada para ficar conforme à operação ininterrupta de mercados, às redes de informação e outros sistemas. Um ambiente 24/7 aparenta ser um mundo social, mas na verdade é um modelo não social, com desempenho de máquina – e uma suspensão da vida que não revela o custo humano exigido para sustentar sua eficácia.” (Crary, 2016, p. 18)

Assim, entendemos com o autor que “O tempo 24/7” é um tempo de indiferença, ao qual a fragilidade da vida humana é cada vez mais inadequada, e onde o sono não é necessário nem inevitável” de modo que, se tratando de trabalho, “[...] torna plausível, até normal, a ideia do trabalho sem pausa, sem limites.” (Crary, 2016, p. 19). Isso está atrelado à especificidade da produtividade sem pausa; o que, para nós, tem um tom próximo à noção de “empreendedor de si” que deve buscar sempre investir em si mesmo como seu capital.

Destacamos o artigo de Amorim, Moda e Mevis (2021), onde argumentam que o empreendedorismo deve ser entendido como uma chave analítica

relevante para entender a subjetividade do trabalho no neoliberalismo, ou melhor, o empreendedorismo como uma forma de vida, buscando analisar a passagem das relações entre capital e trabalho às cotidianas, à própria subjetividade dos trabalhadores.

Do modo como os autores tomam a questão entre trabalho e empreendedorismo, observa-se o fordismo no século XX como um paradigma que capturava a subjetividade do trabalho para formar um modo de vida específico, no sentido de que o trabalhador fordista se conformava dentro de uma estrutura burocrática. Assim, apontam como, na sociedade neoliberal, há um ponto de virada que alarga o conceito de empreendedorismo, deslocando-o do “empresário capitalista” à “classe trabalhadora”, que é quem supostamente empreende (a si mesma) (AMORIM, MODA & MEVIS, 2021, p. 6).

Antunes (2015), fazendo um desenho amplo da situação do trabalho na atualidade, mostra como se faz necessária uma concepção ampliada de classe trabalhadora enquanto classe-que-vive-do-trabalho, englobando tanto trabalhadores produtivos como improdutivos, industriais ou de serviços, materiais ou imateriais (pp. 139-140).

A interpretação de Ricardo Antunes (2015) elucida um fato importante: apesar das novas conformações do mundo do trabalho, o trabalho ainda não perde centralidade, não perde sua importância como categoria e como meio de vida; se pudermos acrescentar, as mudanças na forma do trabalho e no gerencialismo não implicam mudanças no trabalho em si, e sim na forma como o capital impõe suas condições. Interpretar o empreendedorismo como algo dado, como substituto do trabalho, esconde o fato de que, apesar de flexíveis, e até mesmo “empreendedores de si”, a classe trabalhadora ainda trabalha.

Acreditamos que o trabalho realmente passa por uma mudança, principalmente em termos de relação de poder e dominação ligados à prática, gerando um tipo de “poder sem autoridade” (Sennet, 2005): a dinâmica do trabalho e a culpabilização de si, especialmente levando em conta o caráter de projetos de curto prazo, cria meios de gestão que transferem a culpa e a responsabilidade, ao mesmo tempo que ainda existe (mesmo que se chame de gerente ou team leader) alguém que detém um poder, mesmo que numa

hierarquia invisibilizada (p. 36). Desse modo, a flexibilização do trabalho não é algo “novo”, vindo desde os anos 1970; a questão central é que ela passa e tem passado por enormes mudanças no mundo do trabalho.

CONCLUSÃO

No presente trabalho, tivemos como objetivo observar os impactos do Transtorno Bipolar no trabalho, e para isso realizamos entrevistas semi-estruturadas com entrevistados selecionados através do método bola de neve. No referencial teórico, observamos, a partir da bibliografia sobre Transtorno Bipolar, que este caracteriza-se, de modo geral, em dois estados: o estado de mania e o estado depressivo. No estado de mania, o indivíduo encontra-se, no geral, eufórico, criativo, loquaz, com tendências ao uso abusivo de álcool e substâncias ilícitas, podendo haver alucinações e estado de psicose em casos mais graves. Já o estado depressivo se comporta como o extremo oposto do estado de mania. Alguns dos principais sintomas são: tristeza profunda, apatia, reclusão, ausência de vontade para realizar tarefas cotidianas, pensamentos suicidas e de morte.

Na segunda seção do referencial teórico, verificamos, através dos textos sociológicos de base, as configurações do mundo do trabalho, partindo do modelo fordista-taylorista até o mundo da flexibilização, para assim refletirmos sobre até que ponto são aplicadas à realidade do presente trabalho.

Por ser diagnosticada com transtorno bipolar, eu conhecia previamente uma pessoa que também é portadora e, através desse contato, pude conhecer o primeiro entrevistado; em seguida, este último indicou outras duas pessoas a serem entrevistadas.

Os entrevistados tiveram diferentes comportamentos nas entrevistas: algumas perguntas eram respondidas mais amplamente em comparação a outras. Um dos entrevistados forneceu respostas muito breves, demonstrando indiferença com determinadas perguntas. Por outro lado, outro entrevistado respondeu detalhadamente à maioria das perguntas que lhe foram feitas. É importante ressaltar que os entrevistados são todos homens, o que abre espaço para, em uma pesquisa futura, levar em consideração a questão de gênero.

Na análise dos dados, foi possível observar a relação entre os sujeitos entrevistados e o transtorno bipolar; como cada um deles vivencia o transtorno não só de forma subjetiva mas também interpessoal. Além disso, investigamos a relação entre o Transtorno Bipolar e o trabalho, e o que pudemos constatar consta no seguinte: o Transtorno Bipolar, por mais que descrito por manuais e pela literatura da psiquiatria como definido por uma série de características uniformes, é experienciado de forma bem diferente para cada indivíduo; no que diz respeito aos entrevistados, que possuem tipos de trabalho bem diferentes entre si, pudemos observar uma influência de estados de humor, causados pelo Transtorno, em relação ao cotidiano de trabalho (bem como ao cotidiano em geral, como mostram as falas dos entrevistados).

Não dá pra fazer uma inferência direta, do tipo “o Transtorno afeta negativamente o trabalho”. O que podemos fazer, e o que foi nosso objetivo, é observar certos impactos característicos através da experiência dos entrevistados, e daí nós pudemos ver questões como: o impacto de “crises” no que diz respeito ao humor afetando o trabalho, especialmente os estados depressivos; pudemos ver também como a ordem de rigidez ou flexibilidade no trabalho pode afetar e ser afetada pela condição do humor, quando um entrevistado afirma não conseguir socializar no trabalho, não querer ver ninguém quando em estado depressivo; ou até mesmo, na contramão, uma perspectiva próxima do que podemos pensar um “estado de mania”, quando um dos entrevistados afirma ser workaholic. Enfim, uma série de questões que ficam em aberto.

O que se espera é poder contribuir para novas questões e uma ampliação do debate sobre sofrimento psíquico e transtornos no âmbito da sociologia, para além de uma perspectiva médica ou psiquiátrica.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Henrique; et. al. **Empreendedorismo: uma forma de americanismo contemporâneo?** In: Cadernos CRH, Salvador, v. 34, p. 1-16, 2021. Disponível

em:

<https://www.scielo.br/j/ccrh/a/4zN8sv5BhPHhKKjywHRr4vy/?format=pdf&lang=pt>.

ALCÂNTARA, Igor et al. **Avanços no diagnóstico do transtorno do humor bipolar**. Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul, RS, 25, p. 22-32, abril 2003.

ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho?**. São Paulo: Cortez, 2015.

BENDASSOLLI, Pedro F. **Mal estar no trabalho: do sofrimento ao poder de agir**. Rev. Mal-Estar Subj., Fortaleza, v. 11, n. 1, p. 65-99, mar. 2011.

CORREA, Luiza Mota; LIMA, Rossano Cabral. **O transtorno bipolar na rede: a construção do diagnóstico em um grupo on-line**. Physis: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 28(4), 2018.

CRARY, Jonathan. **24/7: capitalismo tardio e os fins do sono**. São Paulo: UBU, 2016.

DALGALARRONDO, Paulo. **Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

DARDOT, Pierre.; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica: O neoliberalismo e as novas técnicas de poder**. Editora Âyiné, 2019.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 2008.

JAMISON, Kay Redfield. **Touched with fire: manic-depressive illness and the artistic temperament**. New York: Free Press, 1993.

JAMISON, Kay Redfield. **Uma mente inquieta: memórias de loucura e instabilidade de humor**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

MACHADO-VIEIRA, Rodrigo, et al. **As bases neurobiológicas do transtorno bipolar**. Revista Psiquiátrica Clínica. n 32, p. 28-33, 2005.



MICHELON, Leandro; VALLADA, Homero. **Fatores genéticos e ambientais na manifestação do transtorno bipolar.** Revista Psiquiatria Clínica, n 32, p. 21-27, 2005.

PETERS, Gabriel. **O novo espírito da depressão: imperativos de autorrealização e seus colapsos na modernidade tardia.** CIVITAS - Revista de Ciências Sociais, 21 (1), p. 72-83, maio, 2021.

RICHARDSON, Robert Jay. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** São Paulo: Atlas, 2012.

SAFATLE, Vladimir; **A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral.** In: Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico. Belo Horizonte: Autêntica, p.17-44, 2021.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter.** Rio de Janeiro: Record, 2005.

SENNETT, Richard. **A cultura do novo capitalismo.** Rio de Janeiro: Record, 2019.

TUNG, Ten Chei. **Enigma bipolar: consequências, diagnósticos e tratamento do transtorno bipolar.** São Paulo: MG Editores, 2007.